Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/03/2016 a 31/03/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Mapa define cota de subvenção de óleo diesel para pescadores. Cláudia Lafetá – Site do MAPA. 01/03/2016. 7

CNA inicia pelo Centro-Oeste debate para elaboração de Plano Agrícola e Pecuário para o Brasil – Site da CNA. 01/03/2016. 9

Demandas e entraves da Cadeia Pesqueira são apresentados ao novo Secretário de Pesca e Aquicultura do Mapa – Site da CNA. 01/03/2016. 9

Taxa de juros é tema de reunião da Comissão de Política Agrícola. Michelle Rabelo – Site da CNA. 02/03/2016. 11

Aquecimento global extremo piorará dengue e agricultura no Brasil. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 02/03/2016..... 12

O setor agropecuário e a sociedade não aguentam mais impostos, quaisquer que sejam, diz Presidente da CNA. – Site CNA. 02/03/2016. 14

Presidente da CNA defende solução definitiva para endividamento dos produtores rurais do Nordeste – Site da CNA. 02/03/2016. 16

MAB diz que acordo entre governo e Samarco não representa interesses de vítimas – Site do MST. 03/03/2016. 17

Movimentos de Luta pela Terra ocupam a CONAB em Minas Gerais – Site do MST. 03/03/2016. 19

Em nota, MST denuncia e condena o assassinato de Berta Cáceres – Site do MST. 03/03/2016. 19

Crimes e descaso afetam agricultura na Venezuela. John Otis – Valor Econômico. 03/03/2016. 21

Mudanças climáticas podem afetar geração de energia renovável. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 03/03/2016..... 23

Mulheres rurais: Rumo a novas conquistas. Juliana Reis – Site do MDA. 04/03/2016. 24

Mapa fará força-tarefa para regularizar situação de 3,4 mil embarcações. Priscilla Mendes – Site do MAPA. 04/03/2016. 27

Índice de preços de alimentos da FAO se estabiliza no menor nível desde 2007. Fernanda Pressinott. 04/03/2016. 28

Seminário reúne especialistas para discutir propostas para a Safra 2016/2017 – Site da CNA. 04/03/2016..... 29

Mais de mil mulheres Sem Terra ocupam fazenda autuada por trabalho escravo na BA – Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 05/03/2016. 30

Ela quer ficar no campo. Adolfo Brito – Site do MDA. 07/03/2016. 31

Mulheres do MST ocupam os trilhos da Vale no Maranhão. Reynaldo Costa – Site do MST. 07/03/2016. 33

"A mineração é inimiga do povo brasileiro", afirmam as mulheres Sem Terra – Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 07/03/2016. 34

No Paraná, mais de cinco mil mulheres Sem Terra realizam ação na Araupel – Site do MST, 08/03/2016. 35

Mulheres Sem Terra ocupam "falso projeto sustentável" de mineradora na Bahia – Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST. 08/03/2016. 36

Mulheres Sem Terra paralisam produção da Vale-Samarco em MG – Site do MST. 08/03/2016. 38

Mulheres do MST e do MAB ocupam superintendência do Incra, em Porto Alegre. Catarina de Medeiros – Site do MST. 08/03/2016. 39

Mulheres Sem Terra bloqueiam rodovia no MS – Site do MST. 08/03/2016. 42

MST e MAB protestam contra a Vale no Rio de Janeiro. Vanessa Ramos – Site do MST., 08/03/2016. 44

Mulheres de Nova Friburgo, RJ, se destacam na agricultura familiar – O Globo. 08/03/2016 45

A força e determinação da mulher na produção agropecuária brasileira – Site da CNA. 08/03/2016. 46

Autorização de pesca será renovada somente nas Superintendências Federais de Agricultura. Viviane Novaes – Site do MAPA. 08/03/2016. 59

Nespresso está entre os maiores clientes. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 08/03/2016. 59

Nem 30% das propriedades rurais do Espírito Santo aderiram ao CAR – Site da CNA. 08/03/2016. 60

O grito de luta das mulheres do semiárido. Najar Tubino – Site da Carta maior. 09/03/2016. 63

Soluções do endividamento rural no Nordeste devem ser efetivas, diz Vice-Presidente Diretor da CNA. CNA. 09/03/2016. 67

MDA debate demandas das trabalhadoras rurais. Tássia Navarro. Site do MDA, 09/03/2016. 68

Pela conquista de políticas públicas para as mulheres rurais. Tássia Navarro. Site do MDA, 10/03/2016. 69

Diálogo para fortalecer a agricultura familiar. Mateus Zimmermann. Site do MDA, 10/03/2016. 71

Agricultura defende aumento de área de irrigação para combater seca. Site O Globo. 10/03/2016 72

Nova Zelândia eleva controle de segurança alimentar de produtos lácteos – O Globo. 10/03/2016 73

Governo estuda modernização da Conab. Priscilla Mendes – Site do MAPA. 10/03/2016. 73

Se não aderir ao CAR, produtor rural não terá acesso a crédito agrícola e financiamento bancário, prevê Código Florestal. Site da CNA. 10/03/2016. 74

Audiência Pública debate Medida Provisória que prorroga pagamento de dívidas do setor da agricultura – Site da FETRAF. 10/03/2016. 76

Vale é denunciada por impactos sociais e ambientais em várias regiões do país. Site do MST, 11/03/2016. 77

Mulheres rurais: Na luta por direitos. Tássia Navarro. Site do MDA, 11/03/2016... 80

Mapa estabelece normas para a importação de cães-guia e produtos agropecuários durante Olimpíadas. MAPA. 11/03/2016. 82

Ministério da Agricultura garante biossegurança nas provas equestres. Priscilla Mendes e Cláudia Lafetá - MAPA. 11/03/2016. 83

Clima e agricultura: produção além das adversidades. Flávia Dias. Site do MDA, 15/03/2016. 87

Orgânicos desidratados são opção para assegurar renda. Site do MDA, 16/03/2016. 89

Mapa regulamenta produção, registro e comércio do pó de rocha na agricultura. Priscilla Mendes – MAPA. 15/03/2016. 90

Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da CNA realiza pesquisa sobre setor florestal não madeireiro. CNA. 15/03/2016. 91

Em workshop realizado pela CNA, produtores do sudeste propõem maior agilidade no zoneamento agrícola. Site da CNA. 15/03/2016. 93

Governo está empenhado em solucionar inadimplência de agricultores do Semiárido, diz diretor do Mapa. Inez De Podestà - MAPA. 16/03/2016. 95

Zoneamento pode se tornar mais flexível. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 16/03/2016. 96

Departamento de Sanidade Vegetal tem novo diretor. Site do MAPA. 16/03/2016. 97

Ministério cria câmaras setoriais da Pesca e da Aquicultura. João Carlos Rodrigues – Site do MAPA. 16/03/2016. 97

FETRAF/BRASIL realiza primeira reunião ampliada de 2016. FETRAF. 16/03/2016. 98

Incentivo às exportações de café da agricultura familiar. Site do MDA, 17/03/2016. 99

TRT proíbe usina da Abengoa de pagar cortador de cana por produção. Valor Econômico. 17/03/2016. 99

Criada câmara setorial da cadeia do camarão. João Carlos Rodrigues - MAPA. 17/03/2016. 101

Povos e comunidades tradicionais conhecem detalhes de acordo entre Samarco e governo. Site do MDS, 18/03/2016. 101

FAEAL convoca produtores do Nordeste para audiência pública sobre endividamento rural e MP 707. CNA. 18/03/2016. 103

Remuneração do produtor de castanha de caju melhora no Nordeste. CONAB. 18/03/2016. 103

MAPA realiza primeira reunião das câmaras setoriais da pesca,aquicultura e carcinicultura. CNA. 18/03/2016. 104

Seminário no RS discute indicação geográfica de produtos agropecuários. MAPA. 21/03/2016. 105

Prazo para envio de dados sobre estoque privado de arroz é prorrogado. CONAB. 21/03/2016. 107

Conab realiza mais dois leilões de feijão. CONAB. 22/03/2016. 107

Preço alto do etanol afasta consumidor. Fabiana Batista – Valor Econômico. 22/03/2016. 108

Maioria dos aquíferos é mal utilizada. Silvia Czapski – Valor Econômico. 22/03/2016. 109

Manual identifica espécies de peixes para ajudar no combate à fraude. Viviane Novaes - MAPA. 22/03/2016. 111

Cancelados mais de cem registros gerais de pesca e licenças de pescadores profissionais. MAPA. 22/03/2016. 112

Tendências e oportunidades para o mercado de carnes especiais é tema de workshop no Espírito Santo. CNA. 23/03/2016. 113

Agricultores usam mais recursos próprios. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 23/03/2016. 114

Projeto de Lei propõe troca do termo "agrotóxico" por "produto fitossanitário". CNA. 23/03/2016. 115

Estudo detalha fatores climáticos para a safra de verão. CONAB. 23/03/2016. ... 116

AMAZONAS: Produção da piaçava será discutida em reunião nesta quarta-feira (23). CONAB. 23/03/2016. 117

Fiscais federais identificam fraude em pescados à venda em supermercados do país. Viviane Novaes – MAPA. 23/03/2016. 118

Clima adverso derruba rendimento da soja em regiões do "Matopiba". Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 23/03/2016. 119

Consumo e oferta de peixe aumentam no feriado religioso. CNA. 23/03/2016. 121

Mulheres na luta por seus direitos. Tássia Navarro. Site do MDA, 24/03/2016. 123

Em busca de novos mercados. Tássia Navarro. Site do MDA, 24/03/2016. 126

Mudança de tributação favorece municípios. Bettina Barros – Valor Econômico. 24/03/2016. 127

Índice da Ceagesp indica peixes que tiveram queda de preços. MAPA. 24/03/2016. 129

Conab conclui censo de armazéns até novembro. CONAB. 24/03/2016. 130

Conab conclui censo de armazéns até novembro. MAPA. 28/03/2016..... 131

Criada câmara temática do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Cláudia Lafetá - MAPA. 28/03/2016. 131

Estados do Nordeste apresentam os mais baixos índices de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). CNA. 29/03/2016. 133

OIE reconhece trabalho do Mapa para declarar centro de hipismo como livre de doença de equídeos. Cláudia Lafetá - MAPA. 29/03/2016. 136

Movimento Pró-Logística percorre BR-174 em Mato Grosso para avaliar condições da Rodovia. CNA. 29/03/2016. 138

GPA anuncia compromisso para vetar compras de carne de áreas de desmate. Bettina Barros – Valor Econômico. 30/03/2016. 139

Deputadas do PR convidam Kátia Abreu a se filiar ao partido. MAPA. 30/03/2016. 140

Mapa e Embrapa lançam curso virtual de irrigação. Cláudia Lafetá - MAPA. 31/03/2016. 141

Cisternas garantem água, segurança alimentar e vida digna aos sertanejos. Site do MDS, 31/03/2016. 142

_Toc456290375

Mapa define cota de subvenção de óleo diesel para pescadores. Cláudia Lafetá – Site do MAPA. 01/03/2016.

Auxílio permite comprar o produto por valores mais baixos nos postos habilitados

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estabeleceu a cota anual de óleo diesel dos pescadores profissionais, armadores de pesca e indústrias pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições do produto para embarcações pesqueiras nacionais.

Os beneficiários e as empresas partícipes da subvenção, assim como os fornecedores de combustível autorizados, foram habilitados mediante as Portarias nº 1, de 8 de dezembro de 2015, Portaria nº 1, de 29 de janeiro de 2016 e Portaria nº 2, de 24 fevereiro de 2016. Veja aqui as portarias.

Por meio da subvenção, todos os pescadores profissionais artesanais, armadores e industriais proprietários ou arrendatários de embarcações pesqueiras têm direito a comprar o óleo diesel mais barato nos postos habilitados.

A quantidade de óleo diesel a ser comprada varia de acordo com o tipo do motor da embarcação. O que exige mais óleo, terá uma cota anual maior. Caso seja necessário menos combustível, a cota anual será menor, mas ainda suficiente para atender às necessidades anuais de pescaria.

O pagamento do auxílio pecuniário do governo federal é feito mensalmente por meio das entidades representativas do setor ou diretamente ao beneficiário, sempre em conta bancária específica para recebimento da subvenção.

Na Região Norte, a subvenção cobre os estados do Amapá e Pará. No Nordeste, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. No Sudeste, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. No Sul, Rio Grande do Sul.

Em 2016, a subvenção tem, até o momento, 26 entidades, 1.186 embarcações e 854 beneficiários, com investimentos de mais de R$ 13 milhões.

Para ter direito ao benefício, é preciso se inscrever na subvenção. O cadastro pode ser feito pela internet, por meio do endereço eletrônico http://ssadp.mpa.gov.br/. Os interessados também podem contar com a Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura de seu estado ou entidade representativa do setor pesqueiro, providenciando a entrega da documentação conforme a Instrução Normativa nº 10/2011.

Conab lança livro histórico do cultivo de arroz – Site da CONAB. 01/03/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulga, a partir desta quarta-feira (2), o livro A Cultura do Arroz, com temas ligados à engenharia de alimentos, nutrição, estatística, logística, agronomia e economia deste produto, que é o cereal de maior consumo no mundo e tem forte influência nos hábitos alimentares da população brasileira. A publicação será lançada durante Sessão Solene da Câmara dos Deputados, em homenagem aos 25 anos da Companhia, às 9h, com a presença do presidente, Lineu Olímpio de Souza, e diretores da Companhia.

Organizada em quatro partes, a publicação traz inicialmente aspectos nutricionais e alimentícios do cereal, com histórico, formas de consumo e o processo de pós-colheita, passando por formas de industrialização e padrões de comercialização. Numa etapa seguinte, destaca a produção realizada nos diversos estados, abordando os sistemas típicos de plantio, a potencialidade das áreas, produtividade e principais cultivares, pragas e doenças, entre outros.

A questão da armazenagem é outra preocupação do estudo. A pesquisa situa as condições oferecidas pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso que são responsáveis por 85% do arroz produzido no país. Faz, por exemplo, o comparativo da capacidade estática com a produção e a caracterização dos equipamentos de armazenagem localizados nas microrregiões produtoras. Já na análise econômica, relaciona a conjuntura do mercado orizícula, avalia a formação de preços e os custos de produção do arroz irrigado no estado do Rio Grande do Sul. "Este livro representa o esforço coletivo dos técnicos da Conab em reunir informações relevantes sobre o produto, pela importância e a forte relação com o hábito alimentar da população brasileira, agregando informações científicas e registros históricos", sintetiza o diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia, João Marcelo Intini. Os próximos produtos a receberem tratamento semelhante serão o milho, a soja e o trigo. A publicação A Cultura do Arroz poderá ser acessada na página eletrônica da Companhia e terá uma tiragem de mil exemplares, estando disponível via data slim, com a previsão de distribuir 300 unidades.

CNA inicia pelo Centro-Oeste debate para elaboração de Plano Agrícola e Pecuário para o Brasil – Site da CNA. 01/03/2016.

O primeiro workshop, para levantar propostas de aperfeiçoamento de políticas agrícolas e pecuárias para o país, acontece hoje, (01/03), em Goiânia (GO), a partir das 14h, com as federações de agricultura e pecuária do Centro-Oeste. As sugestões, aprovadas no encontro, vão compor o conjunto de propostas dos produtores rurais brasileiros, levadas como subsídios ao Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA) para elaboração do seu Plano Agrícola e Pecuário.

Coordenados pelo presidente da Comissão Nacional de Política Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Mário Schreiner, o workshop vai debater assuntos decisivos para o setor, incluindo crédito rural, linhas de investimentos do BNDES (Moderfrota, PCA, ABC, Inovagro e outros), políticas de apoio à comercialização e definição de preços mínimos, seguro rural e Proagro, condições de crédito para o médio produtor (Pronamp), condições crédito para o agricultor familiar (Pronaf), zoneamento agrícola de risco climático e plano plurianual agrícola.

Dentro de suas metas de atuação a Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA tem por objetivo discutir as principais questões relacionadas à política agropecuária do país e viabilizar ações para o fortalecimento do setor. Os workshops, portanto, promovem discussões com vistas ao Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017. O evento será realizado no auditório da Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), localizado na rua 87, número 662, Setor Sul, Goiânia (GO).

Demandas e entraves da Cadeia Pesqueira são apresentados ao novo Secretário de Pesca e Aquicultura do Mapa – Site da CNA. 01/03/2016.

A Comissão Nacional da Pesca da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) se reuniu, pela primeira vez, com o novo secretário de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Marlon Carvalho Cambraia. A reunião ocorreu na terça-feira, (23/02), na sede do Ministério, em Brasília. O intuito do encontro foi apresentar propostas do setor pesqueiro, visando o aperfeiçoamento da cadeia, aumentando o consumo interno, a competitividade e a produção de pescados no país.

Dentre as principais demandas do setor estão: ordenamento pesqueiro, suprimento da falta de estatísticas em relação à produção de pesca, manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), políticas de crédito, adequação do programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel; além da construção e operacionalização dos terminais pesqueiros públicos.

De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Pesca da CNA, Flávio Leme, para ordenar a cadeia pesqueira é preciso dar continuidade as implantações dos Comitês Permanentes de Gestão (CPG), distribuídos pelo país. Para Leme, também é necessário que o levantamento da produção seja confiável para o correto dimensionamento das ações de governo voltadas ao fomento da produção, para geração de emprego, renda e alimentos de alta qualidade. "É preciso criar um sistema de dados concisos e permanentes de estatísticas pesqueiras, cuja implantação é fundamental para a formulação de políticas públicas", observou.

Para o presidente da Comissão, outro fator imprescindível para o setor é a modernização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira, com o objetivo principal de organizar o cadastro de atuação, com a emissão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca em território nacional. "Precisamos da atenção do Ministério em relação às licenças das embarcações, de forma a ampliar o prazo atual de um ano e dar mais agilidade ao processo", ressaltou.

Flávio Leme aproveitou a oportunidade para pleitear maior divulgação e incentivo ao Plano Safra da Pesca e Aquicultura. Para ele, a disponibilização de crédito é o instrumento principal de garantia ao desenvolvimento do setor.

O secretário do MAPA afirmou que fará o possível para ajudar os setores, uma vez que o país tem potencial para aumentar sua produção e passar de importador para grande exportador, assim como já somos de outras proteínas animais. Cambraia tentará dar prioridade na mudança da renovação das licenças das embarcações de anual para cada três anos; além da realização de força tarefa para renovar as licenças de pesca e certificados do Regime Nacional de Certificação de Capturas – RCC.

O encontro, segundo a assessora técnica da Comissão da CNA, Lilian Figueiredo, foi bastante produtivo. "O secretário Marlon também se propôs a resolver o problema do atraso das emissões das autorizações provisórias do defeso do camarão na região Sul e

Sudeste e prorrogar por um ano as autorizações de pesca emitidas em 2015", complementou.

Taxa de juros é tema de reunião da Comissão de Política Agrícola. Michelle Rabelo – Site da CNA. 02/03/2016.

O próximo Plano Agrícola e Pecuário foi tema de reunião na tarde desta terça-feira, 01 de fevereiro. Membros da Comissão Nacional de Política Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estiveram em Goiânia, onde se reuniram com as principais lideranças de Goiás e da região centro-oeste. O encontro aconteceu na sede da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - FAEG e teve o objetivo de reunir sugestões para melhorar o documento que trará as medidas relacionadas ao setor agropecuário, especialmente nas linhas de crédito para custeio e financiamento em 2016 e 2017. A maior reclamação dos produtores diz respeito aos altos juros referentes às linhas de crédito disponibilizadas pelo governo federal.

O encontro teve o objetivo de reunir sugestões para melhorar o documento que trará as medidas relacionadas ao setor agropecuário. O presidente FAEG, que também responde pela Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA, José Mário Schreiner, recebeu os produtores e membros do setor, além de representantes dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal. "Hoje coletamos informações e propostas para o próximo Plano Agrícola. Nosso intuito é entender os sentimentos dos produtores, que estão na ponta da cadeia, apontar os principais gargalos e formatar propostas factíveis que atendam os produtores. Queremos hoje discutir também assuntos relacionados as taxas de juros, linhas de crédito e seguro agrícola", disse. "É um momento importante onde começaremos a definir a política agrícola brasileira para o próximo ano", completou.

Auxiliando Schreiner a receber produtores e entidades, o gerente de Assuntos Técnicos e Econômicos da FAEG, Edson Novaes, esclareceu que a iniciativa que resultou na reunião partiu da CNA e que outros estados também devem ser palco da discussão. "A ideia é coletar diferentes propostas que contemplem um Plano Agrícola democrático". Ele explica que a lista de reivindicações dos produtores do centro-oeste é encabeçada por dois pontos considerados essenciais: uma carta de juros menor e recursos que possam atender a subvenção do prêmio do Seguro Rural para todos os produtores do Brasil, o que desoneraria o setor produtivo.

Em um primeiro momento da reunião, o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, fez uma breve apresentação do atual cenário econômico do país e retomou o período delicado que o setor atravessou. Depois contou que a Confederação vai visitar outros estados e colher opiniões diversas. O resultado formará uma proposta que represente, ao máximo, os produtores brasileiros. Ele afirmou que a intenção da CNA é que até o final de março a entidade tenha uma proposta formatada que será apresentada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Para o produtor de soja de Mineiro, Rogério Vian, a taxa de juros utilizada nas linhas de financiamentos disponibilizadas pelo governo federal é o maior entrave enfrentado elo setor. “Na minha opinião é necessário que as taxas iniciais - em torno de 6,5% - retornem. Assim, o produtor daria conta de pagar”.

Aquecimento global extremo piorará dengue e agricultura no Brasil. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 02/03/2016.

“Vastas regiões do Brasil poderão se tornar perigosas para a população caso o aquecimento global ultrapasse o limite extremo de 4°C em relação à era pré-industrial.” É assim que começa o sumário executivo de um estudo inédito sobre os riscos das mudanças climáticas no país em cenários de temperaturas mais elevadas ao acordado na conferência de Paris, a CoP-21.

O impacto na área da saúde, por exemplo, pode aumentar as mortes por exposição ao calor e alta umidade do ar. A incidência de insetos como o Aedes aegypti deve aumentar. No fim do século, cidades de quase todo o Brasil terão condições térmicas ainda mais favoráveis para a disseminação do mosquito transmissor da dengue e zika, no caso de o aumento da temperatura no país ultrapassar os 4°C.

Entre 2071 e 2099, cidades de praticamente todo o Brasil podem ter condições térmicas favoráveis à disseminação do mosquito (à exceção do Centro Oeste onde a temperatura pode ser tão alta que prejudicaria sua reprodução). No Rio de Janeiro e no Espírito Santo, um aumento da temperatura média projetado para 4,6°C e 5,1°C aumenta o potencial de epidemia da dengue no fim do século.

Sete pesquisadores brasileiros das áreas de clima, saúde, agricultura, energia e biodiversidade assinam, com suas equipes, o estudo “Riscos de Mudanças Climáticas no

Brasil e Limites à Adaptação" coordenado pelos climatologistas Carlos Nobre e José Marengo, realizado com apoio da Embaixada do Reino Unido no Brasil e divulgado em Brasília.

"A temperatura hoje já aumentou 1°C. Estamos analisando cenários em que a temperatura média, que hoje no Brasil é de 25,5°C seja de 28°C para cima", explica Carlos Nobre. "A probabilidade de isso acontecer não é desprezível", continua. "A lógica deste projeto é analisar impactos muito grandes, mesmo com probabilidades pequenas." Olhando o quadro global, ele diz que a chance, no Brasil, de o aumento da temperatura superar 4°C, é de 30%. "Não é probabilidade pequena e tem que ser considerada em qualquer cenário."

O projeto colocou a lupa em cenários de baixa probabilidade de ocorrência, mas de forte impacto e foi feito a partir da literatura científica existente no Brasil, explicou Marengo.

Cidades do Norte e Nordeste sofrerão mais com temperaturas médias maiores ou iguais a 30°C. A taxa de mortalidade em idosos pode ser até 7,5 vezes maior. Desastres naturais podem tornar ainda mais escassa a água tratada e aumentar casos de hepatite e diarreia. "Um dado muito óbvio, é que o mosquito da dengue vai chegar a Buenos Aires em algumas décadas conforme a temperatura aumentar", diz Nobre.

O estudo mapeou 83 municípios de alto risco para inundação em cenário de temperaturas mais altas. "A dengue poderia estar praticamente em todo o território brasileiro. A condição climática ajudaria, ao lado de condições como crescimento desorganizado das cidades, falta de saneamento e até a dificuldade do setor da saúde em lidar com estas doenças", diz a pesquisadora Beatriz Oliveira, da Fiocruz, da equipe do projeto.

Segundo ela, o aumento de 4°C na temperatura causa a expansão da malária no Norte e da leishmaniose no Mato Grosso e em Minas Gerais. Doenças de veiculação hídrica encontram o pior cenário no Rio Grande do Sul, onde se prevê aumento das chuvas. Os casos de diarreia aumentariam em até 45% no Norte e Nordeste, diz Beatriz Oliveira. "E falta aprofundamento de estudos sobre o que vai acontecer, por exemplo, com a poluição atmosférica", continua.

Nestes cenários climáticos, a agricultura será muito impactada no Brasil. A previsão, com aquecimento superando os 4°C, é de redução de 13% nas áreas de baixo risco climático de produção de arroz em comparação a 1990. A cultura do feijão sofrerá ainda mais, com perdas de 57% nas áreas de baixo risco e produção restrita ao Paraná, Santa Catarina e

Rio Grande do Sul. A soja tem a maior perda (81%) e as lavouras devem migrar para o norte do Mato Grosso, como já vem acontecendo. A boa notícia é que, no caso da soja, devem ser lançados cultivares com alta tolerância à seca e deficiência hídrica, diz o estudo.

"Se aquecer muito, vamos ter problemas de produção em áreas que deixam de ser de baixo risco climático e chegarão a alto risco", diz Eduardo Assad, da Embrapa.

Em biodiversidade, o aumento no percentual de risco de extinção de espécies no mundo, com aumento de temperatura de 4°C é de 15,7%. Na América do Sul, onde o índice de extinção de espécies é o mais alto do mundo, este dado salta para 25%, diz Fabio R. Scarano, da Universidade Federal do Rio do Janeiro. "Pode haver redução nas populações de espécies de abelhas nativas da Mata Atlântica em 2030, situação que poderia se agravar até a extinção entre 2050 e 2080", diz Scarano.

"Este tipo de estudo mostra os limites da adaptação à mudança do clima", diz Nobre. "O objetivo do projeto é fazer com que os que decidem políticas públicas tenham consciência que o problema é grave", completa Marengo.

"Qualquer projeto de hidrelétrica no mundo que tenha dinheiro do Banco Mundial tem que considerar cenários de mudança climática. O banco quer saber se vai emprestar dinheiro para uma obra que talvez não tenha condições de retornar o empréstimo", diz Roberto Schaeffer, da Coppe-UFRJ e autor da parte de energia.

O setor agropecuário e a sociedade não aguentam mais impostos, quaisquer que sejam, diz Presidente da CNA. – Site CNA. 02/03/2016.

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, disse que a incidência de mais tributos sobre a produção vai reduzir a competitividade do setor agropecuário. A afirmação foi feita, nesta quarta-feira (2/3), em Brasília (DF), durante o lançamento do movimento "Agora Chega de Carga Tributária – Não à CPMF", campanha lançada nacionalmente pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o apoio da CNA e de mais de 100 entidades da sociedade civil, contrárias à cobrança de mais impostos e à volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

“A sociedade não aguenta mais tributação, qualquer que seja. E com a agropecuária não é diferente. Estamos vendo nossa competitividade ser reduzida e qualquer tributação em cima do que produzimos vai reduzi-la ainda mais”, afirmou João Martins. Ele ressaltou que, há duas semanas, a entidade apoiou os produtores de Goiás contra a oneração sobre as exportações de soja e milho pelo governo estadual, medida que acabou sendo suspensa na última sexta-feira. Ele também reiterou a posição da entidade, contrária ao retorno da CPMF.

O presidente da CNA relatou, também, o empenho das confederações em discutir alternativas para a normalização do ambiente visando a retomada do crescimento econômico. Neste contexto, acrescentou, a avaliação dos principais segmentos da economia é de que o aumento da carga tributária vai dificultar a capacidade do setor produtivo de sair deste cenário difícil. “O governo precisa pensar a respeito da gravidade do momento que o país está vivendo”, alertou João Martins.

Como parte das ações do movimento contra o aumento da carga tributária e o retorno da CPMF, a OAB lançou o site www.agorachega.oab.org.br. Neste endereço, as entidades interessadas em fazer parte desta ação podem aderir à iniciativa pelo endereço econômico ou pelas redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram). A programação também prevê atos nas 27 unidades da federação e mobilizações no Congresso Nacional.

Câmara dos Deputados faz homenagem aos 25 da Conab – Site da CONAB. 02/03/2016

A Companhia Nacional de Abastecimento foi homenageada em sessão solene da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (2), por seus 25 anos de atuação no apoio ao produtor rural e na execução de políticas de abastecimento e combate à insegurança alimentar no país.

A sessão foi prestigiada por 134 deputados - 20 deles pediram a palavra para enaltecer o trabalho da Companhia. Segundo o deputado Pedro Fernandes (PTB/MA), as ações da estatal contribuem para regularidade do abastecimento do país e para a garantia da renda ao produtor rural. "A Conab é o centro de referência em informações agropecuárias, pois junta tecnologia e capacidade logística, além de possibilitar a realização de um trabalho fundamental para a agricultura e a população brasileira", ressaltou.

Para o deputado Pepe Vargas (PT/RS), que foi ministro do Desenvolvimento Agrário, a empresa é fundamental para garantir a soberania alimentar do país e a segurança alimentar e nutricional da população. "A Conab vem sendo decisiva para que a agricultura brasileira tenha o desempenho que tem. É preciso que o governo, nas suas mais variadas instâncias, possa fortalecer a posição institucional para que possa cumprir um papel ainda mais importante em todas as políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento do Brasil", afirmou.

A deputada Flávia Morais (PDT/GO) destacou as ações da Companhia de apoio aos produtores, disponibilizando uma rede de atendimento em todo país. "Sem essa contribuição, dificilmente o Brasil estaria vivendo o momento oportuno de crescimento no setor", observou.

Durante o evento, também houve o lançamento do livro A Cultura do Arroz, com temas ligados à engenharia de alimentos, nutrição, estatística, logística, agronomia e economia deste produto, que é o cereal de maior consumo no mundo e tem forte influência nos hábitos alimentares da população brasileira.

Ao final da cerimônia, o presidente da Companhia, Lineu Olímpio de Souza, agradeceu a homenagem. "Agradeço a confiança e o acolhimento de todos vocês, deputados e senadores. E conto não apenas com o competente desempenho dos senhores e das senhoras em suas atribuições, mas também com o dever de cidadania que os motiva. Creio que, com determinação e vontade, é possível mudar o destino das pessoas", afirmou. Também participaram da solenidade os diretores de Operações e Abastecimento, Igo dos Santos Nascimento, de Política Agrícola e Informações, João Marcelo Intini, de Gestão de Pessoas, Rogério Abdalla, e Administrativo, Financeiro e de Fiscalização, Roberto Naves e Siqueira. A secretária executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Maria Emilia Jaber, representou a ministra Kátia Abreu.

Presidente da CNA defende solução definitiva para endividamento dos produtores rurais do Nordeste – Site da CNA. 02/03/2016.

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, defendeu, nesta terça-feira (1/03), solução definitiva para o endividamento dos produtores rurais do Nordeste. O tema foi discutido em reunião com o vice-prefeito de Petrolina

(PE), Guilherme Coelho, e o vereador do município Ronaldo Silva, na sede da entidade, em Brasília.

Em relação às dívidas rurais da região, um dos pontos abordados no encontro foi a Medida Provisória (MP) 707, publicada no final de 2015. A MP suspende até 31 de dezembro deste ano, a inclusão de novas dívidas de crédito rural na Dívida Ativa da União e o encaminhamento de contratos inadimplentes para cobrança judicial de operações contratadas por produtores rurais nordestinos.

"Não dá mais para empurrar esse problema. A economia do Nordeste está esfacelada e precisa de condições para se reabilitar", afirmou o presidente da CNA. Presente na reunião, o vice-presidente diretor da Confederação e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (FAEPA/PB), Mário Borba, relatou alguns casos de produtores do semiárido que estão com dificuldades de honrar seus compromissos financeiros.

A MP, em sua versão original, contempla os produtores que vivem nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com abrangência nos municípios do semiárido nordestino e uma parte do Espírito Santo e Minas Gerais. A regra vale para os casos previstos nos artigos 8º e 9º da Lei 12.844, de 2013, e contempla empréstimos com todas as fontes oficiais de recursos.

A tendência é de que a MP tenha emendas ao texto original. O presidente da comissão especial mista criada para analisar a matéria é o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). O relator será o deputado Marx Beltrão (PMDB-AL). Nesta quarta-feira, o colegiado se reúne para definir o cronograma de trabalho, que prevê reuniões e audiências públicas. A MP tem vigência de 60 dias, prorrogáveis por igual período. Desta forma, precisa ser votada até o início de junho para não perder a eficácia.

MAB diz que acordo entre governo e Samarco não representa interesses de vítimas – Site do MST. 03/03/2016.

Membro da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, Joceli Andrioli, repudia acordo fechado nesta quarta-feira

O acordo firmado entre a mineradora Samarco e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, na tarde desta quarta-feira (2), não representa os interesses das vítimas

atingidas pelo rompimento de barragens na cidade de Mariana (MG), em novembro do ano passado, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O distrito de Bento Rogrigues, em Mariana (MG), após o rompimento das barragens da Samarco.

"O governo se vendeu para a empresa, pois o acordo dá todo o poder para 'o criminoso' cuidar de suas vítimas. Não houve participação nenhuma dos atingidos para a construção do acordo", diz Joceli Andrioli, membro da coordenação nacional do movimento. Segundo ele, o MAB considera que "a forma como esse acordo foi construído é abusiva, frente a magnitude dessa tragédia anunciada em toda a região do Rio Doce".

Negociação

Firmado em Brasília (DF), o acordo entre o governo federal, os estados e a mineradora - uma joint venture entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton - para recuperação da Bacia do Rio Doce, prevê nos próximos três anos que a empresa destine R$ 4,4 bilhões para compensar os prejuízos sociais, ambientais e econômicos da tragédia. Ao todo, o acordo está estimado em R$ 20 bilhões, além de mais R$ 4,1 bilhões a serem aplicados em ações compensatórias pelo prazo de 15 anos.

O dinheiro do acordo será usado por uma fundação privada, formada por especialistas indicados pela própria mineradora, que terá o objetivo de desenvolver 38 projetos voltados para a recuperação ambiental e socioeconômica dos municípios atingidos.

Em nota, o MAB questionou a destinação de todo recurso a uma fundação privada, sob a justificativa de que não há nenhuma linha no documento do acordo que garanta a participação dos atingidos.

"Na verdade, as vítimas não terão o direito nem mesmo de se declararem como tal, porque este poder será exclusivo à própria Samarco.

As vítimas terão que provar que são atingidos e os agressores terão o poder de decidir quem é atingido e o que deve ser a reparação. Uma total violação de direitos que agora terá conivência dos governos e do judiciário", diz trecho da nota.

Movimentos de Luta pela Terra ocupam a CONAB em Minas Gerais – Site do MST. 03/03/2016.

Os trabalhadores e trabalhadoras reivindicam a liberação imediata de cestas básicas para famílias acampadas, celeridade no processo de obtenção de terras em conflito e a realização de novas vistorias de terras improdutivas.

Cerca de 400 famílias, organizadas por movimentos de luta pela terra que compõem o Fórum Regional de Luta Pela Terra do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ocuparam a unidade da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em Uberlândia-MG.

A ocupação começou na madrugada do dia 29 de fevereiro. Uma negociação em Brasília foi realizada nos dias 29 e 01 de março, mediada pela ouvidoria agrária, mas não houve avanços concretos, assim as famílias decidiram permanecer no local até que as pautas sejam atendidas.

A pauta abrange todo o estado e tem como principais pontos a liberação imediata de cestas básicas para famílias acampadas, celeridade no processo de obtenção de terras em conflito – principalmente a Fazenda São Francisco Letreiro, a Carinhosa, a Cabaça, em Uberlândia e a Arco-Íris, em Gurinhatã – que estão em processo avançado de arrecadação, e a realização de novas vistorias de terras improdutivas.

O Fórum é composto pelo MST, Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Popular de Reforma Agrária (MPRA) e Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL).

Em nota, MST denuncia e condena o assassinato de Berta Cáceres – Site do MST. 03/03/2016.

A trajetória de Cáceres é marcada pela sua coragem e determinação nas lutas em defesa do meio ambiente, dos povos indígenas e dos camponeses de seu país e da América Latina.

O Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) denuncia e condena o brutal assassinato da líder indígena e dirigente do Conselho Civico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), Berta Cáceres, ocorrido dentro de sua própria casa, na madrugada dessa quinta, (03).

A trajetória de vida de Berta Cáceres é marcada pela sua coragem e determinação nas lutas em defesa do meio ambiente, dos povos indígenas e dos camponeses de seu país e da América Latina.

Incansável lutadora, foi uma das principais lideranças de resistência ao golpe de Estado que destituiu o presidente da república Manuel Zelaya, em junho de 2009.

Por sua liderança politica, recebeu reconhecimento mundial de organizações de direitos humanos e de defesa ambiental.

Reconhecimentos esses que não impediram que Berta recebesse seguidas ameaças de sequestros e de morte. Ameaças que se concretizaram nessa madrugada.

O MST denuncia o assassinato de Berta Cáceres e das centenas de indígenas e camponeses em toda a América Latina.

Exigimos das autoridades hondurenhas que sejam tomadas as providencias necessárias para esclarecer a ação criminosa e punir seus mandantes e executores.

O assassinato de Berta Cáceres não pode permanecer impune!

Manifestamos nossa solidariedade e todo nosso apoio e respeitos aos familiares e amigos de Berta e a todas os companheirxs da COPINH pela irreparável perda dessa valorosa companheira de lutas, de ideais e de ideais de uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Reafirmamos o compromisso de dar continuidade à suas lutas!

Viva a Luta de Berta Cáceres.

Viva a Luta da COPINH e do povo hondurenho.

Viva a luta dos povos indígenas e dos camponeses da América Latina.

Direção Nacional do MST

São Paulo, 3 de março de 2016

Crimes e descaso afetam agricultura na Venezuela. John Otis – Valor Econômico. 03/03/2016.

Depois de assaltarem a fazenda de arroz de Juan Martín Pérez à mão armada, em dezembro, os ladrões enviaram para o agricultor fotos das peças de trator e equipamentos de irrigação roubados, propondo revendê-los com desconto.

"Essas pessoas não têm vergonha", diz Pérez, olhando para a imagem de um injetor de combustível em seu celular.

Pérez e outros agricultores da Venezuela dizem que um surto de crimes nas zonas rurais está derrubando a produção das lavouras e agravando a escassez crônica de alimentos no país. Eles descrevem bandos que circulam por essas áreas roubando coisas como tratores, colheitadeiras, caminhões, niveladores a laser e agrotóxicos. Os ladrões costumam revender esses produtos caros e escassos para outros produtores no mercado negro ou pedir um resgate para os donos originais.

A onda de crimes rurais, que segundo produtores começou há dois anos e vem crescendo, está forçando alguns agricultores a plantar menos. Pérez diz que costuma cultivar quase 800 hectares de arroz no Estado de Portuguesa. Mas, enquanto se recupera do roubo, ele diz que plantará metade dessa área neste ano.

O Ministério da Agricultura e a Guarda Nacional, responsável por patrulhar as áreas rurais, não responderam a pedidos de comentário. O vice-presidente Aristóbulo Istúriz disse no mês passado, referindo-se aos crimes rurais, que "o governo está enfrentando este problema e, para fazer isso, estamos contando com os militares".

A produção agrícola na Venezuela já havia sido abatida por confiscos de terras feitos pelo governo socialista e por controles de preços, que frequentemente forçam os produtores a vender com prejuízo. A queda na produção de alimentos levou a Venezuela a recorrer cada vez mais às importações. Mas, com os preços baixos do petróleo, o país agora tem menos petrodólares para comprar alimentos no exterior.

O problema é agravado por controles cambiais bizantinos que tornam ainda mais difícil para as empresas obterem os dólares necessários para importar alimentos. E muitos alimentos produzidos na Venezuela são contrabandeados para a vizinha Colômbia e vendidos com altos lucros. A escassez resultante tem ajudado a dar impulso à inflação

mais elevada do mundo e a produzir longas filas nos supermercados, com as pessoas procurando por leite, carne, massas e outros alimentos básicos.

Até mesmo Pérez, que produz toneladas de arroz todo ano, sentiu o golpe. Ele diz que as filas nos supermercados de Acarigua, a principal cidade da área rural de Portuguesa, são tão longas que ele frequentemente desiste e compra arroz no mercado negro para alimentar sua família.

A Assembleia Nacional, agora controlada pela oposição, recentemente declarou emergência alimentar e parlamentares acusaram o presidente Nicolás Maduro de ignorar completamente a crise agrícola. Esquivando-se dos pedidos de ajuda dos agricultores, o presidente anunciou, no sábado, que as forças armadas plantarão mais de 400 mil hectares em bases e áreas controladas pelas forças armadas do país.

Maduro declarou que os venezuelanos devem plantar seus próprios alimentos e criou um novo ministério de agricultura urbana para ajudar. O presidente disse que ele e a primeira-dama, Cilia Flores, possuem 60 galinhas poedeiras e produzem toda a comida que consomem.

"As importações acabaram. Chegou a hora de fazer as coisas com nossas próprias mãos", disse ele num discurso televisionado para todo o país no sábado. "Quem não começar a produzir é um traidor da pátria."

Mas produzir sozinho não é fácil. O motorista de caminhão Juan Pablo Ibarra tem uma pequena horta na periferia de Caracas onde planta verduras e cria galinhas. Ele diz que possuía 30 galinhas poedeiras, mas o milho para alimentá-las ficou caro demais e sua família acabou comendo a maioria das aves.

Com a agricultura indo para a cidade, quadrilhas de criminosos antes concentradas nas áreas urbanas agora estão migrando para o campo. Os agricultores são vistos como alvos fáceis e as patrulhas da polícia e da Guarda Nacional são poucas, diz Miguel Ángel Carrasquero, diretor da principal associação de pecuaristas de Portuguesa.

Alguns roubos podem interromper completamente a produção. As associações agrícolas dizem que cerca de 60 transformadores elétricos são roubados todo mês nas áreas rurais, deixando os agricultores sem energia elétrica para bombear água e desempenhar outras tarefas.

"Na cidade, se eles roubam seu carro, você só perde o carro", diz Carrasquero. "Mas, no campo, se eles roubam um transformador, você não pode irrigar e pode perder sua colheita. Isso pode destruir toda a cadeia de produção."

Embora o governo venezuelano não publique dados sobre a produção agrícola desde 2007, a Fedeagro, principal associação de agricultores da Venezuela, estima uma grande queda na produção de milho, arroz, sorgo, café, cana-de-açúcar e girassol em 2014. A organização ainda não calculou os dados de 2015, mas Germán Briceño, estatístico da Fedeagro, diz que os números serão menores, com queda de 30% na produção de arroz.

"O ano passado foi terrível e este ano será pior", diz Briceño.

O agricultor Juan Felipe Álvarez diz acreditar que o governo ignora o problema porque vê os grandes produtores como capitalistas e adversários políticos. "Nós deveríamos ser protegidos pelo governo porque somos aqueles que produzem alimentos."

Ele já se acostumou com o roubo de ferramentas, bombas de água e gado. Agora, durante a colheita de arroz, diz ele, guardas armados acompanham suas colheitadeiras. "Já apontaram um revólver para minha cabeça três vezes", diz Álvarez. "Isso deixa você traumatizado."

Mudanças climáticas podem afetar geração de energia renovável. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 03/03/2016.

Todas as fontes renováveis de energia estarão, em graus variáveis, vulneráveis à mudança do clima. Em cenários de clima extremo, com aumentos de temperatura acima de 4°C neste século, a energia hidrelétrica no Brasil sofrerá pela menor vazão dos rios, assim como eólica, solar e biomassa. O país pode ingressar em um ciclo vicioso, recorrendo a fontes energéticas fósseis que alimentam o problema. Esta visão é de Roberto Schaeffer, da Coppe/UFRJ, especialista em energia e um dos autores do estudo "Riscos de Mudanças Climáticas no Brasil e Limites à Adaptação", divulgado ontem.

Coordenado pelos climatologistas Carlos Nobre e José Marengo e realizado com apoio da Embaixada do Reino Unido, o estudo analisou impactos em saúde, agricultura, biodiversidade e energia no Brasil em cenários de aumento de temperatura de mais de 4°C.

Neste quadro, o déficit no atendimento da demanda elétrica no Brasil se tornará praticamente inevitável. O sistema também será mais pressionado pela demanda, com maior necessidade do uso de ar-condicionado, por exemplo.

O Brasil, que produz 80% de sua energia elétrica com base na hidroeletricidade, fica muito vulnerável à mudança do clima, diz Schaeffer. "Cenários de menos de 4°C já causam muito impacto", reforça. Estudos contratados pela extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) indicam que a mudança do clima e a mudança no regime de chuvas podem fazer com que s bacias brasileiras tenham vazão de 40% a 60% mais baixas, com perda de capacidade de geração de energia de 25%.

"O planejamento energético parte do pressuposto que o clima é estacionário, o que não é verdade", disse. "Qualquer projeto de hidrelétrica no mundo que tenha dinheiro do Banco Mundial tem de considerar cenários de mudança climática. O banco quer saber se vai emprestar para uma obra que talvez não tenha como retornar o empréstimo."

No caso de temperaturas extremas há impactos no padrão dos ventos e a probabilidade de mais nuvens afeta a geração de energia solar. A produção de cana também é muito vulnerável e, por consequência, a eletricidade gerada por biomassa.

Schaeffer teme que esse quadro esconda uma armadilha. "Se o Brasil recorrer mais a fontes renováveis pode ficar mais vulnerável e, para se proteger, voltar-se mais às fontes fósseis", disse. "O setor elétrico terá que mudar sua cara, depender menos de hidrelétrica e, perversamente, talvez optar pelas térmicas a gás. Há uma tendência do setor energético de aumentar muito suas emissões para lidar com o problema", disse.

O estudo revelou os principais riscos para o Brasil no caso de a elevação da temperatura superar os 4°C: queda de produtividade entre 20% e 81% em culturas como arroz, feijão e soja; possibilidade de o mosquito *Aedes aegypti* encontrar condições ainda mais favoráveis para se disseminar e aumento da extinção em 25%. "Há limites para a adaptação à mudança do clima", disse Carlos Nobre. "A principal mensagem deste estudo é tomarmos medidas já para evitar chegar a esta situação."

Mulheres rurais: Rumo a novas conquistas. Juliana Reis – Site do MDA. 04/03/2016.

A luta das mulheres vem ganhando mais força também nos movimentos sociais do campo, com a criação de espaços de discussão sobre o papel feminino no meio rural. O objetivo é desenvolver estratégias para a superação de discriminação e as desigualdades de gênero.

Aproveitando o mês da mulher, conversamos com a secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alessandra Costa Lunas sobre o tema.

O que representa o oito de março, no contexto dos movimentos sociais das mulheres rurais?

O oito de março é uma data que unifica a luta das mulheres, no mundo inteiro, e para nós não é diferente. É um momento de unidade muito grande para as trabalhadoras rurais nas nossas atividades. A gente tem, principalmente, pautado questões que são comuns, buscando integrar esse esforço de luta, num dia que é mundial.

Muita gente pensa: “parabéns pelo dia da mulher”, mas deveria ser o contrário, deveria ser: “parabéns pela força, pela luta”. Porque este é um dia para darmos visibilidade às lutas que estamos travando no momento.

Neste ano, estamos trazendo como principal chamada para as mulheres rurais, em conjunto com outras organizações, a luta contra o retrocesso de direitos. Refletindo, indo para as ruas, em defesa da não redução dos nossos direitos e pelo avanço de outras políticas.

Como você vê o papel da mulher no campo?

A mulher tem um papel importantíssimo, tanto no desenvolvimento da propriedade quanto no próprio desenvolvimento rural.

Hoje, temos trabalhado como dar visibilidade a este papel desempenhado por elas no meio rural e, principalmente, trazendo para as ruas as vozes destas mulheres, pois muitas coisas que elas desenvolvem ainda permanecem na invisibilidade. O desafio é trazer para debate, para os espaços de construção de políticas públicas, a visão dessas mulheres e o trabalho delas, que são preponderantes na defesa da alimentação saudável, na produção. E não só para o autoconsumo como para a renda da família. Para nós, é fundamental que isto seja efetivamente reconhecido.

Quais as prioridades na luta das mulheres rurais neste momento?

Desde a Marcha das Margaridas, elegemos alguns pontos centrais que ainda estão sendo dialogados. Esperamos que os anúncios feitos na ocasião sejam concretizados. Então vamos perseguir os cinco eixos que já apresentamos como prioridade para o governo federal, além dos quase 300 itens que a pauta tem.

Nossa prioridade é pela efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e pela chegada disso ao campo. Estamos na luta pelo lançamento do Plano Nacional de Agroecologia; pelo não retrocesso de direitos, principalmente entrando no debate da questão previdenciária; e pelo enfrentamento à violência contra a mulher, de forma que queremos ver efetivadas ainda este ano as primeiras turmas das promotoras legais populares, também anunciadas durante a Marcha das Margaridas.

Existem conquistas recentes que podemos ressaltar?

A questão é que as conquistas são lentas. Mas no ano passado, por exemplo, a gente pôde ver efetivadas chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)- específicas para as mulheres, chamadas de agroecologia, reforçando a demanda que sempre trouxemos para termos uma Ater diferenciada.

Algumas coisas começam a se efetivar, mas ainda há desafios para serem vistos na prática. Só agora estamos começando a ver mesmo os resultados da última Marcha das Margaridas, em 2011, como as unidades móveis de enfrentamento da violência contra as mulheres, que estão começando a funcionar de maneira mais efetiva nos estados.

A conquista, às vezes é lenta, mas quando acontece, a gente vê fazer a diferença na vida das mulheres.

Qual trabalho a Contag desenvolve em relação às mulheres no campo?

Nosso foco sempre está em fortalecer a agenda política das mulheres. A autonomia econômica é de uma sensibilidade muito grande para nós. Temos priorizado a organização de grupos produtivos de mulheres, trabalhando com elas formação política, conscientização, e a importância delas se articularem nos seus municípios.

Para nós é fundamental esse processo que vem sendo construído no meio rural, de chamar para a luta e ter capacidade de pressão, de proposição. E queremos desenvolver isso também no âmbito local – junto aos municípios e aos estados – para que a gente possa garantir efetivamente que algumas políticas conquistadas em nível nacional possam ocorrer nos estados e municípios.

É importante também enfatizar as conferências de políticas para as mulheres, que estão nos ciclos estaduais agora. É um evento importante para as mulheres do país todo, não apenas as mulheres rurais, para criarmos uma centralidade e fazer a defesa dos nossos interesses de forma coletiva para de fato avançarmos.

PARAÍBA: Conab doa feijão para prefeituras do estado – Site da CONAB. 04/03/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional da Paraíba, doou, desde o começo do ano, cerca de 680 toneladas de feijão a quase 30 municípios da Paraíba.

Boa Ventura, Cacimba de Dentro, Pedra Branca, São Sebastião do Umbuzeiro, Santana de Mangueiras e Zabelê foram algumas cidades beneficiadas e que já retiraram o produto. O alimento está estocado no estado de Goiás, na Unidade Armazenadora da Conab de Rio Verde e na HP Armazéns, em Catalão.

A ação foi autorizada pelo decreto nº 8.481/2015 da Presidência da República, para beneficiar escolas, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), unidades hospitalares e outras entidades sócio-assistenciais.

O prazo de encerramento para retirada é até o dia 10 de março. Prefeituras interessadas devem solicitar a doação na Superintendência da Conab no seu estado. A retirada do produto em Goiás é de responsabilidade de cada prefeitura.

Mapa fará força-tarefa para regularizar situação de 3,4 mil embarcações. Priscilla Mendes – Site do MAPA. 04/03/2016.

Pasta também vai desburocratizar processo de emissão do documento

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) fará uma força-tarefa para regularizar a situação de 3,4 mil embarcações pesqueiras que estão com o certificado de registro de autorização vencido. A pasta decidiu ainda alterar as regras de emissão do documento, a fim de desburocratizar e dar agilidade ao processo.

O acúmulo dos 3,4 mil pedidos ocorreu devido à extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura e a consequente fusão com o Ministério da Agricultura, além dos desdobramentos da Operação Enredados, deflagrada pela Polícia Federal em outubro de 2015. Os certificados são individuais e devem ser renovados todos os anos.

A ministra Kátia Abreu determinou nesta sexta-feira (4) uma força-tarefa para regularizar a situação das embarcações pendentes. Em 20 dias, as autorizações já estarão renovadas, permitindo que o pescador volte a trabalhar dentro da legalidade.

Desburocratização

Kátia Abreu anunciou ainda que a autorização para embarcação pesqueira será mais simples e ágil. O Mapa vai publicar nos próximos dias uma instrução normativa para descentralizar o processo, passando para as superintendências federais de Agricultura nos estados a tarefa de emitir o documento.

Atualmente, o pescador deve entregar nas superintendências um formulário de renovação preenchido e um comprovante de pagamento da taxa. Esses dois documentos são, então, enviados à sede do Mapa, em Brasília, que emite a autorização e a remete de volta às superintendências.

“Essa autorização não precisa passar pelo Mapa em Brasília. A partir de agora, todo o processo de licenciamento de embarcações pesqueiras ficará a cargo das superintendências federais nos estados”, explicou a ministra. “Essa medida vai desburocratizar, trazer agilidade e reduzir os custos para os pescadores”.

Índice de preços de alimentos da FAO se estabiliza no menor nível desde 2007. Fernanda Pressinott. 04/03/2016.

Depois de três quedas mensais consecutivas, o índice de preços globais de alimentos da FAO, a agência das Nações Unidas para agricultura e alimentação, permaneceu relativamente estável em fevereiro. Conforme levantamento divulgado ontem, o indicador foi a 150,2 pontos, 0,2 ponto percentual acima de janeiro mas ainda o menor patamar desde 2007.

A estabilidade não significa, porém, que não tenha havido variações importantes - que, ao fim e ao cabo, quase se "anularam". Enquanto o indicador que mede as oscilações do açúcar caiu 12,3 pontos percentuais em relação ao mês anterior, para 187,1 pontos, o que mensura as cotações dos óleos vegetais subiu 11,2 pontos, para 150,3 pontos.

No caso do açúcar, a queda foi provocada pela melhora das expectativas em relação à produção brasileira; no dos óleos vegetais, o salto foi motivado pela redução dos estoques de óleo de palma no Sudeste Asiático. Nos demais grupos de produtos (carnes, lácteos e

cereais), as variações foram menores (*ver infográfico acima*). Ao mesmo tempo em que preocupa os produtores e exportadores, a tendência de queda dos preços globais de alimentos alivia importadores e reduz a inflação.

Seminário reúne especialistas para discutir propostas para a Safra 2016/2017 – Site da CNA. 04/03/2016.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o Instituto Pensar realizaram, hoje, (04/03), na Câmara dos Deputados, seminário para debater propostas de sugestões para o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017. Entre outros temas, foram abordados assuntos importantes para o setor: desburocratização do acesso ao crédito rural, redução das taxas de juros, maior volume de recursos, melhoria dos instrumentos de apoio à comercialização e do modelo de seguro rural, diversificação das fontes de financiamento da produção e um plano safra plurianual para o setor agropecuário.

Um dos pontos que mais preocupam o setor neste ano, diante do cenário de crise econômica, é a redução de recursos do orçamento para apoio à comercialização, como os leilões de preço mínimo. “Defendemos que estes mecanismos sejam aprimorados, mas houve redução drástica no orçamento e isso é algo que preocupa, porque mesmo melhorando estes mecanismos, não tem como operacionalizá-los sem dinheiro”, disse o superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi, que mediou um dos painéis do encontro, realizado ontem e hoje com o objetivo de discutir propostas para a próxima safra.

Em relação ao plano plurianual para o setor, o superintendente técnico destacou que a proposta vai dar mais estabilidade e segurança para o produtor ter um planejamento da sua atividade, no médio e longo prazos. “Vai auxiliar (o produtor) tanto no custeio como no investimento”. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) deve encaminhar ainda neste ano um projeto para viabilizar a criação desta política.

Debates

Décio Tocantins, diretor executivo da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), mostrou preocupação com o contingenciamento de recursos para os mecanismos de equalização para assegurar o preço mínimo e defendeu a revisão dessa garantia de acordo com a realidade cambial. Já Benedito Rosa, consultor e ex-secretário do MAPA, defendeu medidas para baixar o custo dos financiamentos, como a

simplificação do acesso ao crédito rural e o uso do crédito rotativo para garantir recursos para o pré-custeio.

O superintendente do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), Daniel Ferreira, falou sobre o peso do dólar nos custos de produção. Eduardo Marques, da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, explicou os desafios do órgão em relação ao contingenciamento de recursos para as Operações Oficiais de Crédito (OOC). E o consultor Ivan Wedekin fez uma exposição sobre as fontes privadas de financiamento, como as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

Mais de mil mulheres Sem Terra ocupam fazenda autuada por trabalho escravo na BA – Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 05/03/2016.

As ocupações possuem o objetivo de denunciar a violação dos direitos humanos e destruição da natureza em todo estado.

Na madrugada deste sábado (5), cerca de 1300 mulheres Sem Terra ocuparam a fazenda Pingueira, do Grupo União Industrial Açucareira (UNIAL), no município de Lajedão, Extremo Sul da Bahia. Na área existe um monocultivo de cana-de-açúcar que estava interrompido por diversas denúncias de trabalho escravo.

A usina UNIAL foi autuada em flagrante, em novembro de 2015, pelo Grupo Especial de Erradicação do Trabalho Escravo (GEETRAE). Na ocasião, foram encontrados 330 trabalhadores, cortadores de cana, em situação de trabalho análogo ao escravo.

As mulheres denunciam as empresas transnacionais, chamando a atenção da sociedade ao modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente, à soberania alimentar do país e a vida da população brasileira.

"O modelo 'agro–hidro-minero' exportador não pode continuar sendo base da economia da sociedade brasileira", enfatizam.

Apurações

A UNIAL atua no ramo sucroalcooleiro, é responsável pela fabricação do açúcar cristal da marca União que já responde a dois inquéritos civis instaurados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

As ações apuram denúncias de terceirização ilícita, doença ocupacional, trabalho infantil e violações à Norma Regulamentadora 31, a NR-31, que trata da segurança e saúde no trabalho, na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura.

Mulheres em Luta

A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra, que no mês de março estará intensificando as mobilizações e ocupações contra o agronegócio e em defesa da natureza e a alimentação saudável.

As ocupações possuem o objetivo de denunciar a violação dos direitos humanos e a destruição da natureza, "praticados pelo agronegócio do eucalipto e da cana-de-açúcar na região no extremo sul da Bahia", destacam as trabalhadoras.

No território baiano, o MST afirma que realizará até abril, mais de 50 mobilizações e ocupações.

Ela quer ficar no campo. Adolfo Brito – Site do MDA. 07/03/2016.

Hoje em dia, devido às facilidades de acesso à informação e proximidade da cidade, os jovens que vivem no campo têm preferido permanecer na propriedade dos pais. Eles apontam a qualidade de vida como um dos fatores determinantes. Mas muitos deles fazem questão de ficar no meio rural para dar sequência ao trabalho dos pais e manter viva a tradição familiar.

É caso da agricultora Raquel Mascarello, 23 anos, que é a terceira geração da família que vive numa propriedade em Flores da Cunha (RS). Na casa, ela, os pais, os avós e os filhos dividem o trabalho nos parreirais e mantêm, juntos, a tradição da agricultura familiar, herdada dos antepassados italianos. E a vida no campo não impediu Raquel de realizar seus sonhos. No ano passado, ela se formou em educação física. "Ia e voltava todo dia à vizinha Caxias do Sul, para estudar", lembra.

Mesmo com a rotina corrida de universitária, ela nunca deixou de ajudar os pais. Agora, formada, Raquel pretende trabalhar no campo e na cidade. "Eu acredito que é possível conciliar as duas coisas", conta Raquel ao falar que pretende trabalhar como professora de educação física na cidade, num turno, e no outro ajudar o pai e o avô na propriedade.

Para Raquel, que está noiva e pretende se casar em breve, é importante que o jovens mantenham vivas as tradições familiares. “Eu acho que a nossa geração tem que manter sim essa cultura, preservar muito as tradições. Acredito que é a nossa geração que vai manter ou não essa tradição”, salienta Raquel ao afirmar que depois de casada pretende dar sequencia ao trabalho da família. “Eu, com a ajuda do meu noivo, estamos mantendo a estrutura aqui, a estrutura que a família sempre teve.”

Para ela, não tem motivo para sair do campo. “Sou muito feliz aqui e acho que a nossa qualidade de vida é muito grande, a começar pela água e ar puro”, diz ao realçar que hoje em dia é tudo muito mais fácil. “É cômodo ir até a cidade. Então tudo é muito fácil, a gente tem internet e tem carro. Está tudo disponível”.

Estudar para ficar

Guilherme Dalemole, 16 anos, vive no município de São Luiz da 3º Légua (RS) e compartilha da opinião de Raquel. “Pretendo ficar na terra, ajudar na minha propriedade e em toda comunidade”, garante ele ao ressaltar que para isso estuda na Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha. Guilherme já está no terceiro ano do curso de Técnico em Agropecuária.

O jovem agricultor familiar diz querer ficar no campo e já tem planos para a propriedade dos pais. “Pretendo dar continuidade ao cultivo da uva e também diversificar, pois não dá para viver exclusivamente da uva”, observa ao destacar as grandes perdas que a região sofreu nesta safra devido ao grande volume de chuvas e altas temperaturas. “Se a gente tiver outras frutas, outras opções, seria mais fácil”.

Guilherme conta que já pensou em ir para a cidade, mas hoje não quer mais. “Quando eu era menor pensava sempre em sair, em fazer faculdade. Mas quando fui crescendo fui percebendo a oportunidade que teria aqui e mudei de ideia”, diz ele ao destacar que pretende fazer uma faculdade para se especializar mais para fica no campo. “Eu me sinto feliz, é onde nasci e gosto. Sou bem mais feliz aqui do que na cidade”.

Mulheres do MST ocupam os trilhos da Vale no Maranhão. Reynaldo Costa – Site do MST. 07/03/2016.

Ação denuncia os impactos da Vale na região que vai desde a ameaça de territórios conquistados, até o aumento da violência, dos conflitos trabalhistas e fundiários, do número de acidentes e restrição do direito de ir e vir.

Na madrugada desta segunda-feira (7), cerca de 300 mulheres Sem Terra do Maranhão ocuparam os trilhos da Estrada de Ferro Carajás administrada e usada pela Mineradora Vale. As Mulheres Sem Terra denunciam os impactos provocados pela atuação da Mineradora na Região.

Com a manifestação os trens de que transportam minério, desde a mina de Carajás em Parauapebas Pará à São Luís no Maranhão, estão parados.

“As mulheres Sem Terra da Região Amazônica se somam à jornada de luta nacional, denunciando a forma de atuação destrutiva da empresa Vale ao longo dos 25 municípios atravessados pelo corredor Carajás, também conhecido como Corredor da Morte", afirmam Sem Terra em manifesto.

Além das denúncias, a atividade também reivindica ações específicas para amenizar o impacto da Vale no assentamento Diamante Negro Jutaí e outras comunidades do entorno, também afetadas pelas ações da mineradora.

Os impactos provocados pela Vale no Maranhão e Pará, por onde percorre os trilhos da Estrada de Ferro Carajás, são enormes e são dos mais variados possíveis. Entre os mais comuns estão atropelamentos de pessoas devido a falta de segurança na estrada de ferroa. A mineradora ainda vem causando grandes impactos ambientais e sociais com a duplicação da ferrovia.

A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina, e no maranhão as trabalhadoras rurais ainda participaram de um encontro para estudo sobre gênero e feminismo e também sobre a expansão do capital na região amazônica.

“A mineração é inimiga do povo brasileiro”, afirmam as mulheres Sem Terra – Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 07/03/2016.

Para as Sem Terra o atual modelo minerador do país precisa ser transformado através da luta e da organização popular.

Durante ocupação realizada neste sábado (5) na companhia Mirabela Mineração do Brasil, as trabalhadoras Sem Terra denunciaram o modelo vigente de exploração mineral, no país afirmando que este “não atende os interesses do povo brasileiro”.

As Sem Terra enfatizaram ainda que este modelo precisa ser transformado através da luta e da organização popular. Um modelo com o protagonismo do povo e voltado aos interesses nacionais.

Histórico

A Mirabela é uma empresa subsidiária da matriz australiana Mirabela Nickel e explora a mina Santa Rita na extração de sulfato de níquel, substância tóxica que em grande quantidade no corpo humano pode causar doenças como dermatite, além de má formação de fetos.

A Mirabela possui a segunda maior jazida de sulfato de níquel da história e tem expectativa de produzir durante 14 anos. Estima-se que apenas no ano passado tenha produzido 18 mil toneladas de níquel. Entretanto, os 400 trabalhadores da mineradora vivem em clima de constantes ameaças, com seguidos cortes de pessoal e o provável encerramento dos trabalhos, devido ao baixo preço do minério.

Mineração do Brasil

De acordo com Magno Luiz, do Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração (MAM), as organizações populares possuem a tarefa de superar a falsa ideia de que a mineração produz emprego.

“Com a quebra do crescimento da mineração e a parada das obras os trabalhadores perceberam que as empresas não estão se importando com eles. Com isso, precisamos

fazer o contra discurso e apontar caminhos coletivos na luta contra o modelo de mineração", explica.

"A mineração no Brasil é chefiada por empresas estrangeiras que exploram as riquezas do solo nacional e enviam as remessas de lucro para o exterior. Com esta violação da autonomia brasileira, os trabalhadores veem as escolhas sendo feitas a revelia das necessidades locais. Para o Brasil sobram as violações trabalhistas, a expropriação dos territórios e a destruição ambiental", diz Luiz.

Mariana

O rompimento de duas barragens no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, na região central de Minas Gerais, e que deixou dezenas de pessoas feridas e desabrigadas, trouxe à tona a discussão da política de mineração para o campo social.

As barragens de Fundão e Santarém eram de responsabilidade da empresa Samarco, que tem 50% de suas ações nas mãos da Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo. A outra metade pertence à australiana BHP Billiton.

O "crime" é produto direto da política neoliberal, ferramenta do sistema capitalista que fortalece as opressões e as desigualdades sociais, apontam as trabalhadoras.

Sem data prevista para desocupar a área de quase 2 mil hectares da Mirabela, as mulheres pretendem continuar intensificando as lutas e denunciando o modelo de produção do capital e toda forma de violência.

As ações fazem parte da Jornada de luta das Mulheres Sem Terra, que através da ocupação em mineradoras no sul da Bahia, solidarizam-se aos milhares de trabalhadores e trabalhadoras atingidos, diretamente e indiretamente, pelos projetos de mineração.

No Paraná, mais de cinco mil mulheres Sem Terra realizam ação na Araupel – Site do MST, 08/03/2016.

A ação teve como objetivo chamar a atenção da sociedade para o modelo destrutivo do agronegócio.

Na madrugada desta terça-feira (8), cerca de cinco mil trabalhadoras Sem Terra

realizaram uma ação relâmpago, nas dependências da empresa Araupel, em Quedas do Iguaçu, região centro do Paraná.

Vindas de todo o estado, as mulheres destruíram as mudas de eucalipto e pinus para denunciar o modelo destrutivo do agronegócio e seus impactos para o meio ambiente, como por exemplo: a expansão da monocultura de pinus e eucalipto, que transforma as terras em um deserto verde improdutivo do ponto de vista da soberania alimentar.

O MST critica os 'deserto verde' da monocultura de pinus e eucalipto, que destrói a biodiversidade do território, deteriora o solo, secam os rios, ocupando grandes extensões de terra, que poderiam ser utilizadas para produzir variedade de alimentos saudáveis por família a espera da reforma agrária.

As mulheres também denunciam a apropriação ilegal de terras feitas pela Araupel. No final do ano passado a justiça federal anulou as matrículas de nove imóveis que estão sob domínio da empresa, assim, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a decisão mantém a empresa área apenas como usuária, mediante concessão de direito real de uso, isso significa que a Araupel está fazendo o papel de inquilina do imóvel e que, portanto, deve pagar pelo seu uso.

Nesse contexto, as mulheres camponesas exigem a desapropriação da fazenda de cerca de 35 mil hectares para fins de Reforma Agrária. Elas também cobram que as cerca de 10 mil famílias acampadas no Paraná sejam assentadas no estado.

A mobilização faz parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres na luta em defesa da natureza e alimentação saudável, contra o agronegócio".

Mulheres Sem Terra ocupam "falso projeto sustentável" de mineradora na Bahia – Coletivo de Comunicação da Bahia. Site do MST. 08/03/2016.

As trabalhadoras denunciam o "falso modelo de produção sustentável" da empresa através do monocultivo de eucalipto.

"A mineração destrói, o estado faz a guerra. O sangue dos atingidos, também é sangue Sem Terra". Essa foi a palavra de ordem que deu o tom de unidade na luta contra o modelo de produção, empreendido pelas mineradoras no Bahia, durante ocupação, realizada na manhã do último domingo (6), com mais 200 Mulheres Sem Terra em uma das áreas da Companhia de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa), na cidade de Planaltino.

A empresa diz que desenvolve atividades de reflorestamento com plantios de eucalipto, distribuídos em 09 municípios da Bahia: Mata de São João, Entre Rios, Araçás, Cardeal da Silva, Esplanada, Conde, Alagoinhas, Maracás, Planaltino e Aramari.

Nesses municípios, a companhia possui 64.000 hectares destinados a produção de carvão, o que rende mais de 12.000 toneladas ao mês.

As trabalhadoras denunciam o "falso modelo de produção sustentável" da empresa através do monocultivo de eucalipto e apontam ainda, que a companhia comprou diversas propriedades na região, porém as terras estão sem produção.

A Ferbasa é atualmente uma das 500 maiores empresas do Brasil, com produção destinada, principalmente, ao Japão e às indústrias do Sul do país.

Na Bahia, se encontra entre as 10 maiores, com faturamento anual superior a 500 milhões de dólares, porém as trabalhadoras afirmam que as desigualdades sociais e econômicas na região em que a empresa exerce suas atividades, estão tomando proporções alarmantes.

"A empresa não garante emprego a população e degrada o meio ambiente com o deserto verde provocado com as plantações de eucalipto", diz Domingas Farias, da direção estadual do MST.

Eucalipto

De acordo com a Agência Embrapa de Informação e Tecnologia quanto maior for a produção de biomassa do eucalipto, maior será o consumo de água para suprir o seu crescimento.

A agência diz também, que não existe um valor específico de consumo hídrico, porém diariamente os números oscilam entre 1,2 e 46,2 litros de água por árvore.

Para Domingas, a região da caatinga, bioma local, existe uma grande escassez de água. "Com o plantio da monocultura do eucalipto, não existe um compromisso da empresa com a sustentabilidade, pelo contrário, existe mais uma fonte de renda, com a venda do carvão, para aumentar a lucratividade".

Com foices, facões, machados e estendo uma lona preta sobre a propriedade, as mulheres montaram um acampamento e pretendem continuar mobilizadas no local sem previsão de saída.

A ação faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra que este ano pretendem realizar diversas lutas em denúncia ao capital e atividades no campo da formação política.

Mulheres Sem Terra paralisam produção da Vale-Samarco em MG – Site do MST. 08/03/2016.

Passados quatro meses do maior crime ambiental da história do país, a maior parte das famílias atingidas ainda segue sem qualquer tipo de assistência.

1500 mulheres Sem Terra da região sudeste, ocuparam as dependências da mineradora Samarco/Vale, nos arredores da Barragem de Germano (Fundão), na manhã desta terça-feira (8), travando as estradas, os trilhos e toda extração do Complexo de Mariana.

A ação, organizada em conjunto com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração, integra a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas.

Mariana não foi acidente

Passados quatro meses do maior crime ambiental da história do país, a maior parte das famílias atingidas ainda segue sem qualquer tipo de assistência.

As cidades abastecidas pela água do Rio Doce continuam sofrendo com a contaminação por metais pesados.

Cidades como Governador Valadares, Colatina e Linhares, no Espírito Santo, consomem água comprovadamente contaminada por Arsênio, Chumbo, Mercúrio, Manganês e Cromo.

O Arsênio é utilizado principalmente na extração de ouro, ou seja, é um indício de que poderia haver extração ilegal nestas minas.

As mulheres são as principais afetadas pela mineração

O trabalho doméstico ainda é visto pela sociedade como função das mulheres que, consequentemente, são as que sofrem com a sobrecarga de trabalho quando há falta de água ou quando existe aumento da poluição causada pela exploração minerária.

São elas que convivem dia e noite com a chegada de milhares de trabalhadores nas comunidades, homens multiplicadores da violência e da prostituição, do assédio, do estupro e até da exploração infantil.

São elas que cuidam dos familiares adoecidos, com asma, bronquite, silicose, ulcerações nasais e câncer, entre outras doenças causadas pela mineração.

A mineração é o setor que mais têm causado mortes, mutilações e adoecimento mental naa trabalhadoras e trabalhadores.

Além disso, a mineração subordina outros setores da economia nas cidades exploradas, gerando o desemprego principalmente entre as mulheres e, consequentemente, a queda da renda familiar.

Minas Gerais, por exemplo, é o segundo estado mais minerado do Brasil e tem apenas 7% do PIB vinculado a esta atividade. Um percentual mínimo, se considerarmos os impactos sociais e ambientais gerados.

Nossas Propostas

Neste 8 de março as mulheres em luta, organizadas nos movimentos sociais propõem um projeto popular de mineração.

O que significa implantar um modelo não predatório, regulado pela necessidade social, com a participação das comunidades, maiores e mais eficazes instrumentos de fiscalização e prevenção de desastres.

A legislação deve ser mais rigorosa, prevendo a demarcação de áreas livres. Atualmente, nenhuma lei resguarda reservas ambientais já constituídas, áreas de quilombolas, assentamentos, reservas indígenas, etc.

Mesmo com solo preservado, todos estes territórios estão sujeitos à extração, isto porque o estado justifica a exploração do subsolo afirmando que se trata de interesse da união. Ironicamente, desde a privatização da Vale do Rio Doce, o Brasil não possui nenhuma empresa estatal no setor, que só favorece interesses privados, do capital internacional.

Mulheres do MST e do MAB ocupam superintendência do Incra, em Porto Alegre. Catarina de Medeiros – Site do MST. 08/03/2016.

“Lutamos por nossos direitos e contra o atual modelo de sociedade que descrimina as mulheres, incentiva o envenenamento dos alimentos e polui o meio ambiente".

Cerca de 1200 camponesas ligadas ao MST e ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocuparam na manhã desta terça-feira (8), o prédio da superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Elas reivindicam anulação da titulação das áreas de assentamentos, e que todas as mulheres assentadas tenham acesso a políticas públicas, como o Fomento Mulher e Kit Feira, que incentivam a produção de alimentos no modelo agroecológico.

Entre as reivindicações das camponesas também estão seminários, estudos e debates sobre a invasão do agronegócio e suas formas de atuação em áreas de assentamentos, o que causa contaminação da água e da terra, doenças e falta de perspectiva para uma produção saudável para as famílias e o meio ambiente.

“Muitos dos nossos projetos de produção agroecológica estão ameaçados por esta invasão. Queremos discutir as diversas faces que este problema traz e definir ações para reverter esta realidade. Mas para isto precisamos da participação de todos os envolvidos com o programa de reforma agrária”, afirma a assentada do MST Juliana Vargas.

As camponesas também exigem o reconhecimento definitivo e infraestrutura para o Assentamento Dom Orlando Dotti, em Esmeralda; a criação da Política de Direitos a População Atingida por Barragens (PNAB); e o assentamento das famílias do MAB que vivem no acampamento ‘Unidos Venceremos’ de Lagoa Vermelha.

Na pauta de reivindicações, também consta a aquisição de novas áreas para assentar todas as famílias sem terra acampadas, atingidas e expulsas por barragens no estado, além da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates). Hoje, os projetos de produção e o plano de desenvolvimento dos assentamentos dependem deste programa. Portanto, as mulheres pedem que o Incra garanta a sua continuidade e pague as dívidas que tem com as entidades prestadoras destes serviços.

Jornada Nacional de Lutas

A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, que este ano tem como lema “Mulheres na luta em defesa da natureza e da alimentação saudável, contra o agronegócio".

Integrando as ações da jornada no Rio Grande do Sul, na madrugada desta terça-feira (8) as camponesas do MST e do MAB ocuparam o pátio da Yara Fertilizantes, também em Porto Alegre. O objetivo da ocupação foi denunciar o uso abusivo de fertilizantes sintéticos e de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil.

“Lutamos por nossos direitos e contra o atual modelo de sociedade que descrimina as mulheres, incentiva o envenenamento dos alimentos e polui o meio ambiente. Na construção de barragens, nós somos expulsas de nossas terras para a produção de energia, somos vítimas dos crimes sociais e ambientais e junto com o povo brasileiro somos vítimas dos altos preços cobrados nas contas de energia”, finaliza Cleonira Almeida, do MAB.

Audiência pública sobre a reforma da Previdência

Nesta terça-feira, cerca de 500 mulheres de movimentos populares do campo e da cidade realizam uma audiência pública sobre a reforma da previdência em frente ao prédio da Previdência Social, no Centro Histórico de Porto Alegre.

O objetivo é denunciar no Dia Internacional da Mulher a realidade das trabalhadoras dos meios urbano e rural, que ainda sofrem com a desigualdade de direitos e poderão perder conquistas históricas com a atual construção do projeto da reforma da previdência. Elas pautam também a elaboração de políticas públicas de assistência às mulheres com relação à saúde, combate à violência e condições de trabalho.

Parte das camponesas que estão acampadas no Incra sairão a partir das 14 horas em marcha até o prédio da previdência. A audiência começa às 15h30 e terá a participação do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Ela é organizada pela Via Campesina, Levante Popular da Juventude e Marcha Mundial das Mulheres.

Serviço:

O quê? Marcha e audiência sobre a reforma da Previdência
Quando? Terça-feira, 8 de março. Audiência começa às 15h30
Onde? Previdência Social. Travessa Mário Cinco de Paus, 20, Centro Histórico de Porto Alegre

Mulheres Sem Terra bloqueiam rodovia no MS – Site do MST. 08/03/2016.

As mulheres denunciam o alto consumo de agrotóxicos pela população brasileira. "Somos o país que mais consome veneno no mundo. O governo precisa dar mais atenção à agricultura familiar, que é quem alimenta a população".

Cerca de 400 mulheres Sem Terra trancam neste momento a rodovia MS-162, entrada do município de Maracaju, no Mato Grosso do Sul

A ação é composta por camponesas do MST, do Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA) e da (Central Única dos Trabalhadores (CUT) e faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres.

De acordo com Fabiana Aparecida, dirigente estadual do MST, as mulheres Sem Terra estão mobilizadas em todo Brasil, realizando marchas, ocupações, trancamento de vias, entre outras ações.

"Queremos chamar a atenção da sociedade para nossas pautas. Estamos aqui em defesa da natureza, da alimentação saudável e contra o agronegócio", afirma.

Além destas bandeiras, as Sem Terra lutam pela demarcação das Terras Indígenas, pela defesa de seus direitos e pelo combate à violência contra a mulher.

O município foi escolhido pelas mulheres camponesas, pois além de concentrar empresas como a Cargill, Coamo, entre outras representantes do latifúndio e responsáveis pelos altos índices de alimentos produzidos com agrotóxicos, está em curso na cidade a instalação da fábrica BBCA, para processar milho, soja e colocar em risco a biodiversidade da região, pois quando esta empresa operava na China, ela foi responsável pela morte do Rio Huai. Em Maracaju, a indústria será instalada próxima ao Rio Brilhante.

As mulheres denunciam o alto consumo de agrotóxicos pela população brasileira. "Somos o país que mais consome veneno no mundo. O governo precisa dar mais atenção à agricultura familiar, que é quem alimenta a população. Enquanto o agronegócio recebe bilhões dos cofres públicos para exportar soja, nós recebemos cada vez menos recursos para colocar o alimento no prato do brasileiro. O ajuste fiscal aperta mais sobre a camponesa" afirma Fabiana.

Outro ponto destacado diz respeito à Reforma Agrária. Para o MST, 2015 foi um ano perdido para a Reforma Agrária. No entanto, este cenário não se repetirá neste ano, segundo o movimento, pois as mobilizações tendem a aumentar. A intenção é pressionar o Governo Federal para retomar os processos de desapropriação.

As Sem Terra também chamam a atenção para o auto índice de casos de violência contra a mulher no MS. Entre 2014 e 2015 foram mais de 19000 ocorrências do tipo. O Mato Grosso do Sul é o segundo estado em número de estupros de mulheres. Recentemente, o governador Reinaldo Azambuja vetou um projeto de lei que visava combater os casos de assédio em transportes coletivos de todo estado. O veto foi ratificado pela base do governo na Assembleia Legislativa.

A ação se iniciou às 4h30min e, segundo as mulheres, não há previsão de término.

Jornada Nacional

Com a jornada das mulheres, o MST dá início ao seu calendário de lutas que, este ano, relembra os 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. Neste massacre, 21 Sem Terras foram assassinados durante uma manifestação em Eldorados dos Carajás (PA).

A Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2016 traz o lema Mulheres na luta em defesa da natureza e alimentação saudável, contra o agronegócio.

O objetivo central é denunciar o capital estrangeiro na agricultura brasileira por meio das empresas transnacionais, chamando a atenção da sociedade para que se conscientizem sobre o modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente, a ameaça à soberania alimentar do país e a vida da população brasileira, afetando de forma direta a realidade das mulheres.

O modelo agro –hidro -minero exportador não pode continuar sendo base da economia da sociedade brasileira. Além disso, as lutas denunciam a impunidade em relação à violência contra as trabalhadoras e os trabalhadores camponesas/es.

Ao mesmo tempo, a luta coloca como alternativa, o projeto de agricultura baseado na agroecologia, e propõe a batalha em defesa da soberania alimentar e da Reforma Agrária Popular.

MST e MAB protestam contra a Vale no Rio de Janeiro. Vanessa Ramos – Site do MST., 08/03/2016.

A mobilização questionou o atual modelo de mineração e denunciou seus riscos ambientais.

Cerca de 300 camponesas e camponeses ligados ao MST e ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na manhã desta terça-feira (8), participaram do protesto contra a Vale no Rio de Janeiro.

A atividade que iniciou às 10h da manhã, em frente ao escritório da Vale, no Leblon, teve como objetivo denunciar e responsabilizar a empresa pelo crime social e ambiental ocorrido em Mariana, onde centenas de pessoas, segundo informações do MAB, ainda estão desalojadas e desempregadas.

Para Elisangela Carvalho, da direção nacional do MST, a Vale fez uma tentativa de se esconder e evitar protestos na porta da sua sede ao mudar de endereço do Centro do Rio de Janeiro para o Leblon. "Não adianta ela se esconder. Vamos continuar nossas denúncias contra a Vale para mostrar o mal que ela causa a sociedade".

Durante a ação, jovens do Levante Popular realizaram uma mística em que, simbolicamente, devolveram para a Vale a sujeira que a Samarco criou em Mariana. Eles espalharam lama, bandeiras do MAB sujas de terra e recipientes de plásticos, que armazenavam a lama, na frente da sede da Vale. Os nomes dos 19 mortos no desastre de Mariana foram mencionados em voz alta.

A mobilização questionou o atual modelo de mineração e denunciou seus riscos ambientais. Para o MST, esse é um modelo “predatório”. "A vale mata rio e mata gente. Por isso, não podemos permitir que este modelo de desenvolvimento permaneça. Isso não é progresso e sim, prejuízos, danos e mortes", finalizou Elisangela.

A Samarco, cujos controladores são a Vale e a anglo-australiana BHP, é a responsável pela barragem de Fundão, que se rompeu em Mariana no fim do ano passado e deixou mortos e desabrigados. A lama gerada pelo rompimento atravessou o Rio Doce e chegou ao mar do Espírito Santo. Atualmente, ainda existem pessoas atingidas pelo desastre em BH que não estão na lista de indenização e vivem situação de vulnerabilidade.

Mulheres de Nova Friburgo, RJ, se destacam na agricultura familiar – O Globo. 08/03/2016

Nesta terça-feira (8), Dia Internacional da Mulher, exemplos não faltam de profissionais que se destacam na agricultura familiar na Região Serrana do Rio. Em Nova Friburgo, por exemplo, mulheres ocupam posições de liderança, inclusive como presidentes de associações.

Na localidade de Salinas, um grupo formado por sete produtoras rurais – seis da mesma família e uma vizinha – chama a atenção da comunidade com um trabalho de sol a sol dedicado à lavoura. A comercialização de seus produtos é garantida no Rio de Janeiro. Em todo o estado, a cidade é que a possui maior número de organizações de produtores rurais.

No Sítio Santo Antônio, as irmãs Marilza, Silvânea e Helena Medeiros lideram o grupo também formado por Flávia Medeiros, Ana Maria da Silva, Marília Cabral e Raquel Pacheco. São elas que cuidam da roça, enquanto os maridos, filhos e sobrinhos ficam responsáveis pelo transporte e comercialização dos produtos.

"Nossa família vive aqui há mais de 70 anos. Meus pais nos ensinaram o trabalho e quero transmitir o que aprendi para os meus filhos. Se eles quiserem outra profissão, tudo bem, mas eles precisam também aprender a amar essa terra", disse Marilza.

No Estado do Rio de Janeiro, as mulheres rurais vêm ganhando força. No programa Rio Rural, elas já são 1170 beneficiárias de incentivos financeiros diretos para adoção de boas práticas no campo. Mas é nos comitês gestores de microbacias que a participação das mulheres ganha maior destaque, com um terço de representação feminina. Além do trabalho no dia a dia do campo, essas mulheres estão, junto com os demais grupos da comunidade, tomando as decisões que promovem a transformação das suas realidades.

Por meio do Rio Rural, as produtoras adotaram práticas para obter produtos de qualidade, com técnicas de baixo custo, que não agridem o meio ambiente e exigem menor uso de mão de obra. Entre essas técnicas estão o uso da aveia preta para adubação verde e plantio direto, a irrigação localizada e fertirrigação, além da utilização de caldas alternativas para controle da mosca branca.

“Quando começamos com as práticas do Rio Rural, alguns homens da família acharam que não ia dar certo. Hoje eles é que estão começando a adotá-las, depois que viram os nossos resultados”, comenta Marilza.

Segundo dados do IBGE, as mulheres representam um terço da força de trabalho ocupada na agricultura familiar. Além disso, a contribuição das mulheres na renda das famílias é maior no campo, com percentual de participação de 42,4%. Nas áreas urbanas a média de contribuição é de 40,7%.

A força e determinação da mulher na produção agropecuária brasileira – Site da CNA. 08/03/2016.

A mulher conquistou seu espaço na sociedade, com competência e determinação. Contribui de maneira decisiva para a geração de riquezas, representando quase a metade da força de trabalho em nosso país, e para o equilíbrio social, como protagonista na formação e manutenção do núcleo familiar.

No setor agropecuário, ela também comprovou sua força e capacidade. No Dia Internacional da Mulher, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, em conjunto com as Federações de Agricultura nos estados, reuniu histórias de mulheres que são exemplos para o país.

AMAZONAS

Sistema CNA/SENAR: Como foi a sua trajetória profissional dentro do SENAR? *JEYN’S ALVES* – Iniciei no SENAR em 2013, aprovada no processo seletivo para o cargo de Pedagoga. Estive à frente de alguns projetos educacionais, compondo a equipe técnica. Em 2014, assumi a Gerência Técnica, com perspectiva Administrativa e Educacional, tornando-me responsável pelos procedimentos, projetos e atividades da área fim do SENAR. Em 2015, fui surpreendida pelo convite e voto de confiança do Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), Muni Lourenço, para assumir a Superintendência Técnica do SENAR.

Sistema CNA/SENAR: De modo geral, como você vê a mulher no mercado profissional? *JEYN’S ALVES* – As mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho, mas ainda têm presença inferior em alguns setores, quando comparada aos homens. No entanto, a sociedade teve de encarar uma mudança de crenças, que colocava a força

masculina como a mais importante no mercado. Com a superação desta barreira, a tendência é que a sociedade ganhe cada vez mais segurança para aceitar que a mulher comanda diversas áreas do mundo corporativo.

Sistema CNA/SENAR: Que mensagem deixaria para as mulheres neste dia especial?
JEYN'S ALVES – Que no próximo dia 8 de março, possamos comemorar vitórias e ter cada vez mais mulheres conscientes de seu papel e organizadas para a transformação de uma sociedade com maior igualdade de direitos.

BAHIA

Sistema CNA/SENAR: Você é a primeira mulher a presidir o Sindicato. Como acha que deve ser o relacionamento com o produtor?

CARMINHA – É imprescindível que se mantenha o agricultor atualizado nesse mundo desafiador. Nossa bandeira será sempre em defesa dos interesses dos agricultores de acordo com os limites que a lei nos permitir. São eles que traduzem a importância do sindicato, promovem o desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio, que em consequência beneficia a maior parte da população da nossa cidade e região. Devemos escutar a voz dos produtores e, aí sim, criar caminhos que venham ao encontro de suas necessidades.

Sistema CNA/SENAR: Para você, quais são os principais desafios enfrentados pelo setor, na região?

CARMINHA – A região Oeste da Bahia, onde atuamos, é destaque no Brasil quanto ao emprego de tecnologia e produtividade na agricultura. O que se deve especialmente por nossos recursos naturais como topografia, altitude, clima e disponibilidade de água para irrigação. Mas isso, por si só, não bastaria para que a agricultura aqui se firmasse. Foi preciso unir coragem, muito trabalho, investimentos, credibilidade e profissionalização. Só assim tem sido possível tornar a atividade agrícola viável, confiável, forte e pujante. Entretanto, precisamos continuar evoluindo através do aperfeiçoamento e capacitação de acordo com a evolução tecnológica e adequação das leis para o meio rural, da base até o topo da administração.

Sistema CNA/SENAR: Qual o papel da mulher no setor agropecuário?

CARMINHA – O desafio é adentrar em um universo que, desde os primórdios, tem sido exclusivamente masculino. Mas, a mulher tem conseguido, com sucesso, mostrar que é

capaz de assumir muitas posições, com equilíbrio e grande capacidade de gestão dos negócios. Em nossa região mesmo, temos muitos exemplos de mulheres que estão ajudando na gestão da propriedade rural ou mesmo assumindo este compromisso. Esta é uma realidade que não pode mais ser revertida.

PARÁ

Sistema CNA/SENAR: Como começou sua relação com a agropecuária?

ANTÔNIA LEMOS – Em 1986, ao ingressar na empresa do produtor rural Juvêncio Pereira da Silva, proprietário da Fazenda Tapajós. Ele investiu em novas tecnologias, tornando-se um dos grandes destaques da pecuária de corte no cenário nacional, ganhando por dois anos consecutivos (2014/2015) o prêmio de melhor criador e expositor da raça nelore da região Norte do país. Desde então, fiz da agropecuária a minha vida. É o que gosto de fazer e é o que quero continuar fazendo.

Sistema CNA/SENAR: Para você, como é trabalhar neste setor?

ANTÔNIA LEMOS – É perceptível a mudança de mentalidade da população urbana em relação a agropecuária. Posso definir meu sentimento como sendo de gratidão e total comprometimento com um setor que mantém a força na economia brasileira mesmo num cenário de crise. A agropecuária continua em evidência nas exportações, impulsionando os negócios, gerando empregos e renda.

Sistema CNA/SENAR: Como você vê o papel da mulher no campo e o que gostaria de destacar em sua trajetória?

ANTÔNIA LEMOS – Vejo como um rompimento de paradigmas, face a esse setor predominantemente masculino, o qual a mulher com sensibilidade e visão ampliada tem conquistado seu espaço nos diversos setores do mercado. Na agropecuária não é diferente, são mulheres que se destacam pela capacidade de gerenciar e inovar. Em relação a minha trajetória, estar à frente de um sindicato por três mandatos consecutivos, denota o rompimento de muitas barreiras e conquista de credibilidade.

Sistema CNA/SENAR: Como começou sua relação com a agropecuária?

ELIANA ZACCA – De forma mais direta, em 2003, quando trabalhei como assessora da Secretaria Especial de Produção do Estado do Pará. Essa relação foi aprofundada e se consolidou quando trabalhei na Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA), no período de 2007/2010, como Diretora do Departamento Técnico.

Sistema CNA/SENAR: Qual seu sentimento em trabalhar pelo setor?

ELIANA ZACCA – Sentimento de profundo respeito e admiração pelos que nele labutam, pois além de garantir a alimentação nossa de cada dia, é o setor que sustenta nosso processo de desenvolvimento em nível nacional e estadual. E neste setor, mais do que qualquer outro da economia, as adversidades e desafios são muito maiores, sem que haja o merecido reconhecimento e valorização do trabalho e dos benefícios gerados pela produção agropecuária. Do lavrar a terra até a colocação do produto nas feiras, supermercados e indústrias, o caminho é longo, difícil e tortuoso.

Sistema CNA/SENAR: Como você vê o papel da mulher no campo e o que gostaria de destacar em sua trajetória de vida em prol da agropecuária?

ELIANA ZACCA – As mulheres que trabalham no campo são verdadeiras guerreiras. Se na área urbana, onde há melhor infraestrutura, a mulher já enfrenta vários desafios para desempenhar os papéis de esposa, mãe e profissional, imagine no campo, onde as deficiências são enormes e as condições de trabalho muito duras. Por outro lado, tem sido crescente o número de mulheres que assumem a condição de chefe de família. No campo, inclusive, já se enfrenta o problema da sucessão rural, pois, cada vez mais, os filhos estão migrando para as cidades, deixando a profissão dos pais, o que aumenta a sobrecarga de trabalho e a responsabilidade das mulheres.

Sistema CNA/SENAR: Como começou sua relação com a agropecuária?

IACIRA SEDRIM – Minha vida na agropecuária vem de raízes. Meu pai, avô e bisavô criaram seus filhos nos campos duros e sofridos do nordeste brasileiro. O meu primeiro emprego foi na extensão rural, onde passei 15 anos da minha juventude profissional. O mundo sindical tomou conta de minha vida quando assumi a Superintendência do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/Pará).

Sistema CNA/SENAR: Qual o sentimento de trabalhar pelo setor?

IACIRA SEDRIM – Pela minha vivência profissional, o meu sentimento de amor, dedicação e gratidão pelo agro é indiscutível, porém, como pequena produtora rural, não tive grande sucesso. Mas não tenho dúvida de ser hoje o melhor negócio e que está sustentando a nação.

Sistema CNA/SENAR: Como você vê o papel da mulher no campo e o que gostaria de destacar em sua trajetória em prol da agropecuária?

IACIRA SEDRIM – Vejo a mulher como uma pessoa em igualdade de condições do homem para conduzir o agronegócio no Brasil. É uma questão de oportunidade e coragem, sendo esta mais organizada, engajada e normalmente do que o homem.

Sistema CNA/SENAR: Como começou sua relação com a agropecuária?

MARIA AUGUSTA – Sou filha de produtor rural, convivi até meus 16 anos vendo meus pais na lavoura no interior do Paraná. Nesta época, via as fazendas vizinhas onde criavam gado, ficava fascinada com a beleza daquele rebanho e pensava: um dia serei produtora rural criando gado. Casei e vim para o Estado do Pará onde compramos uma área rural. Meu marido não tem vocação para a vida rural, mas me apoia e me ajuda na administração da propriedade, o restante é comigo. Desde vacinações, apartação, manejo, compra e venda e tudo que é necessário.

Sistema CNA/SENAR: Qual seu sentimento pelo Agro?

MARIA AUGUSTA – Amo de paixão! Primeiro tem que estar no DNA, digo sempre, "você tem que ser da causa".

Sistema CNA/SENAR: Como você vê o papel da mulher no campo e o que gostaria de destacar em sua trajetória da vida em prol da agropecuária?

MARIA AUGUSTA – Como dizem, o sistema é bruto, de sexo frágil não tenho nada. Hoje gerencio minha casa, família e negócios. Faço as cobranças necessárias, buscando a cada dia desenvolver minhas habilidades no campo, como a capacidade de liderar e me destacar com minha visão de empreendedora. Sei que o setor ainda é um espaço ocupado na maioria por homens, então quando assumimos este desafio temos que ser melhores que eles.

Sistema CNA/SENAR: Como começou sua relação com a agropecuária?

SHIRLEY CRISTINA – Desde sempre. Nasci em uma família de tradição ruralista. Bisavô, avó e pai. O amor à terra está entranhado em mim.

Sistema CNA/SENAR: Qual seu sentimento em trabalhar para o crescimento do setor?

SHIRLEY CRISTINA – Sentimento de profundo orgulho e de apreensão. De orgulho porque há mais de uma década a balança comercial de nosso país é sustentada por nossa atividade, comprovando nossa eficiência. De apreensão devido às adversidades extracampo que somos diariamente obrigados a enfrentar, tais como a questão da insegurança jurídica que hoje permeia o direito de propriedade.

Sistema CNA/SENAR: Como você vê o papel da mulher no campo e o que gostaria de destacar em sua trajetória da vida em prol da agropecuária?

SHIRLEY CRISTINA – Com muita positividade. Como nos demais setores da vida, nós mulheres demonstramos nossa capacidade empreendedora. Creio que minha maior contribuição ao setor em minha trajetória seja meu posicionamento na defesa dos nossos direitos de produtores rurais, no enfrentamento das questões localizadas da porteira para fora.

ESPÍRITO SANTO

Sistema CNA/SENAR: Fale sobre sua carreira profissional na agropecuária.

LETÍCIA SIMÕES – Sou administradora de empresas, especialista em gestão estratégica e atuei por 15 anos no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) na área do agronegócio. Trabalhei por um tempo na Secretaria de Agricultura do Espírito Santo (SEAG) e na presidência do Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Hoje, estou à frente da Superintendência Técnica do SENAR/ES, desde outubro de 2015.

Sistema CNA/SENAR: De modo geral, como você vê a mulher no mercado profissional?

LETÍCIA SIMÕES – É nítido que as mulheres vêm conquistando espaço no Brasil e no mundo. A mulher possui uma capacidade de executar várias tarefas ao longo do dia, talvez seja esse o grande diferencial. Mostramos que somos capazes de gerenciar bem as atividades ligadas à vida profissional e pessoal e, claro, deixar a marca de que de frágil, não temos nada.

Sistema CNA/SENAR: Como você vê a contribuição da mulher para o desenvolvimento da agropecuária?

LETÍCIA SIMÕES – Acredito que as mulheres podem conquistar cargos e espaços almejados, que irão fazer a diferença no meio rural. Muitas dessas histórias de sucesso também acontecem no estado, a partir das capacitações disponibilizadas pelo próprio SENAR/ES. Mulheres que realizam grandes feitos, que além de serem donas de casa, mães e esposas, também são trabalhadoras e empreendedoras, ajudando a comandar a propriedade ou até mesmo liderando projetos que contribuem para o crescimento de renda da família. As lideranças femininas incentivam a inclusão das mulheres, seja na agricultura, no campo, na organização, gestão ou administração das propriedades.

SANTA CATARINA

Sistema CNA/SENAR: O que lhe motiva a se dedicar diariamente à agropecuária?

LILIAN FERNANDA – Resolvi reativar o Sindicato Rural ao perceber a falta de informação de grande parte de produtores, seja pelo enquadramento sindical, como pela necessidade de aprimoramento e conhecimento tecnológico nas propriedades rurais. O comprometimento, a fidelidade e o respeito pela "família do campo" me fortaleceram, a cada dia. Senti na pele as dificuldades oriundas da nossa agricultura quando me tornei produtora rural, incentivando cada vez mais a formação de grupos rurais formadores de opinião (líderes rurais), cooperativas e associações.

Sistema CNA/SENAR: Como você vê a contribuição da mulher para o desenvolvimento do setor?

LILIAN FERNANDA – Quando falamos da mulher, estamos falando de sensibilidade, particularmente valorizo muito a atuação da mulher. A mulher é o pilar da família e têm o privilégio de conseguir fazer várias coisas ao mesmo tempo. Elas estão no plantio, na colheita, no beneficiamento, nas feiras agroecológicas, em associações e muito mais... Elas vêm assumindo um papel inegavelmente importante no processo produtivo da agricultura. A presença das mulheres na agricultura e na política cresce cada dia mais. Elas estão se organizando melhor, se conscientizando e exigindo mais seus direitos e o reconhecimento do trabalho que desenvolvem, não apenas no âmbito familiar, mas profissional.

Sistema CNA/SENAR: Qual estratégia utiliza para conciliar tantas atividades diárias: Sindicato Rural, família, propriedade rural e sonhos?

LILIAN FERNANDA – A grande estratégia que utilizo é manter a força, a determinação, agindo sempre com amor e fé em Deus. Minha vida não é mais só minha. Minha família é tudo! Vivo intensamente para o bem comum. Não consigo mais trabalhar para um pequeno grupo de pessoas, preciso dimensionar, compartilhar o conhecimento, trocar experiências, regionalizar, praticar, desenvolver, criar identidades, aprender cada vez mais.

Sistema CNA/SENAR: O que lhe motiva a se dedicar diariamente à agropecuária?

LUCÍA MABEL – Acredito no enorme potencial do campo e luto constantemente para evitar que os jovens abandonem o campo. Tenho verdadeira paixão pela terra, animais e

os agricultores, que lamentavelmente muitos ainda não sabem o quanto são importantes. Se o campo não produz, a cidade não come. Trabalho em prol do desenvolvimento das comunidades rurais, que devem ser modernas e atualizadas com a tecnologia para confirmar a inserção no mundo global.

Sistema CNA/SENAR: Como você vê a contribuição da mulher para o desenvolvimento do setor?

LUCÍA MABEL – A mulher ocupa cada vez mais espaço antes não imaginado. Exemplo disso, é que hoje temos uma mulher à frente do Ministério da Agricultura, desenvolvendo um belo trabalho. Porém, precisamos multiplicar essa força que ainda está um pouco tímida e reluta em assumir cargos, nos Sindicatos ou cooperativas e até na política. Acredito que é uma questão de tempo e em poucos anos teremos uma geração forte de mulheres atuando no agronegócio.

Sistema CNA/SENAR: Qual estratégia utiliza para conciliar tantas atividades diárias: Sindicato Rural, família, propriedade rural e sonhos?

LUCÍA MABEL – Concilio diversas atividades utilizando uma única ferramenta: planejamento. Desde o simples dia a dia, até os projetos que demandam mais tempo e dedicação. Se você gosta do que faz, tudo fica mais fácil.

MATO GROSSO DO SUL

Sistema CNA/SENAR: Qual foi sua trajetória para chegar hoje ao cargo de diretora do Sistema FAMASUL?

TEREZINHA – Posso dizer de cara que eu sou uma mulher da agricultura. Eu vim do campo, sou filha de produtor rural e tenho muito orgulho disso, então a minha trilha foi traçada naturalmente, porém, com muito trabalho para chegar onde hoje estou. Em 1994, eu cursei medicina veterinária, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Em 1996, comecei a trabalhar no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Em junho de 2015, fui convidada para compor a chapa da nova diretoria da Famasul, liderada por Mauricio Saito.

Sistema CNA/SENAR: Para você, quais vitórias podem ser comemoradas neste dia especial e o que ainda falta ser conquistado?

TEREZINHA – As conquistas são grandes, tanto no meio urbano, como no meio rural. De fato, o que vemos é que há um crescimento no número geral de mulheres atuando na

agropecuária. Cada vez mais elas têm tomado conta dos seus negócios e antigamente isso não acontecia. Quando ficavam viúvas, por exemplo, quem administrava as suas terras eram seu irmão ou o pai. Hoje elas tomam o controle da situação e administram com independência suas propriedades. Acompanhando este cenário, o Sistema Famasul, por intermédio do SENAR/MS, vem trabalhando com o aumento de cursos e projetos voltados às mulheres. Inclusive, quero destacar que as capacitações são um exemplo da mudança que observamos no meio rural, tanto que em 2015, do total de alunos capacitados, 50,2% são mulheres, ou seja, estamos igualitárias quando o assunto é qualificação rural.

Sistema CNA/SENAR: Quais são os seus desafios para 2016?

TEREZINHA – Meu maior desafio é corresponder às expectativas do produtor rural do nosso estado. Com 20 anos de sistema sindical, eu tenho uma visão de diversos ângulos da agropecuária. Conheço a dificuldade do trabalhador, do instrutor, do técnico e do produtor rural. Acredito que esse conhecimento contribui para minha gestão e acrescenta no trabalho que desenvolverei no Sistema FAMASUL. Meu objetivo é trabalhar para que a educação transforme a realidade dos homens e mulheres do campo.

MATO GROSSO

Sistema CNA/SENAR: Quando você se tornou presidente do Sindicato Rural de Nova Mutum?

LEANE SIMONE – Fui eleita em 1999 e presidi o sindicato até 2003. Além disso, fiz parte da diretoria nos triênios de 1996-1999, 2003-2006 e 2006-2009. Em 2008, assumi o sindicato interinamente na ausência do presidente Alcindo Uggeri e do vice-presidente Luiz Carlos Gonçalves. Também fui membro da diretoria da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) nos triênios 2001-2004 e 2004-2007 e ainda participo do Conselho de Administração do Sicredi (Cooperativa de Crédito Rural) de Nova Mutum.

Sistema CNA/SENAR: Você sofreu algum tipo de preconceito por estar a frente de um Sindicato?

LEANE SIMONE – Eu tinha 34 anos quando fui eleita para o Sindicato. Acredito que tive poucas rejeições e preconceitos por ser do sexo feminino e por estar à frente de uma entidade de classe tão importante para a economia da região e do estado. O fato de ser do "sexo frágil" não faz diferença e acredito que o que sempre vai contar é a capacidade

intelectual e a maneira de conduzir. Atualmente, não vejo concorrência de sexo, mas sim de dedicação, talvez nesse ponto as mulheres sejam mais teimosas, querem provar mais eficiência. Tenho orgulho em dizer que fui a primeira presidente de sindicato de Mato Grosso.

Sistema CNA/SENAR: Quais foram os momentos mais inesquecíveis dessa tua trajetória?

LEANE SIMONE – Eu trabalho pela categoria há mais de 20 anos. Para mim, durante esse tempo todo vivi momentos inesquecíveis à frente do sindicato. Entre eles eu destaco a participação nos movimentos "Caminhonaço" e "Tratoraço". Esses movimentos foram importantíssimos para o ruralismo brasileiro. Ganhamos respeito e ainda mostramos que temos força e voz ativa no governo. Em Nova Mutum formamos um grupo de coordenadores em que fiz parte, lideramos o movimento "Grito do Ipiranga", quando os produtores rurais do norte do estado reivindicaram ao governo federal preços melhores na venda da safra e logística da produção. Vale enfatizar que em Nova Mutum, o Grito do Ipiranga foi um movimento da família ruralista, pois tivemos a participação fundamental dos jovens e mulheres. Juntos, a família ruralista fez a vitória.

RIO GRANDE DO SUL

Sistema CNA/SENAR: Qual a origem da sua ligação com o agronegócio?

MARIA TEREZA – Minha família é ligada ao campo. Plantamos arroz, soja e temos criação de gado na região de Camaquã. Quando meu marido (Arilei Ribeiro Mendes) foi presidente do Sindicato Rural de Camaquã, comecei a frequentar a entidade, acompanhando nas atividades sociais.

Sistema CNA/SENAR: Como chegou à presidência do Sindicato?

MARIA TEREZA – Eu já fui professora e diretora de uma escola. Aos poucos fui me envolvendo nas rotinas administrativas do Sindicato e passei também a integrar a diretoria. Depois me tornei presidente do sindicato e tive a honra de estar à frente da entidade quando completou 80 anos, em 2014. O meu mandato terminou em 2015, mas eu permaneço na nova administração como primeira-diretora secretária. Hoje também faço parte do Conselho Fiscal da FARSUL como suplente e sou coordenadora do Programa de Alfabetização de Trabalhadores Rurais do SENAR em Camaquã.

Sistema CNA/SENAR: Para você, qual é o papel da mulher no agronegócio?

MARIA TEREZA – Eu sempre fui muito ligada ao grupo de produtoras rurais da FARSUL, liderado pela Zenia Aranha da Silveira e a atividade sindical nos aproximou ainda mais. Eu vejo que as mulheres perceberam a importância de ter um conhecimento mais específico do meio onde atuam e conquistaram seu espaço. O campo é um negócio e algumas jovens estão se dando conta disso e já estão vindo trabalhar. Além disso, a mulher tem muita habilidade para negociar.

Sistema CNA/SENAR: Qual a origem da sua ligação com o agronegócio?

MARA – Meu pai (Ruy Barcelos) é agropecuarista e é meu grande exemplo de amor à atividade rural. Ainda hoje, com 84 anos, ele continua à frente dos negócios e sempre incentivou a valorizar o que é nosso, o que é da terra. Antigamente a mulher ajudava de alguma maneira ao lado do marido, mas agora participa mais ativamente dos assuntos ligados ao campo.

Sistema CNA/SENAR: Como chegou à presidência do Sindicato Rural de Muitos Capões?

MARA – Eu já fui prefeita de Muitos Capões por duas vezes (em 2004 e 2008) e também vice-presidente do Sindicato Rural antes de chegar à presidência. Na nossa gestão, procuramos incentivar as mulheres e os filhos a participarem de uma forma mais efetiva. Temos várias ações no Sindicato, como a biblioteca itinerante e o Natal rural. O campo precisa de todos unidos para continuar forte.

Sistema CNA/SENAR: Qual o papel da Federação para a agropecuária?

MARA – A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) tem um papel muito importante e nós acreditamos no trabalho que desenvolve há muitos anos de valorização e de espaço para as mulheres. Muitas pessoas estão voltando para o campo e o contato com os mais experientes está gerando bons resultados. Incentivamos todos os produtores a formar parcerias com o SENAR e a FARSUL para capacitação, porque isso vai trazer benefícios para todos.

Sistema CNA/SENAR: Qual a origem da sua ligação com a agropecuária?

YARA – Trabalho na propriedade da família em Lavras do Sul e sempre estive muito envolvida com a agropecuária. Quando meus pais faleceram, continuei tocando a propriedade e esse envolvimento com as rotinas do campo se estende a minha vida profissional, pois sou engenheira agrônoma com mestrado em produção animal.

Sistema CNA/SENAR: Como chegou à diretoria da FARSUL?

YARA – As participações no Sindicato Rural de Lavras do Sul foram o caminho natural de aproximação com a Farsul. Como delegada representante do sindicato, eu sempre participei ativamente das reuniões na Federação, em Porto Alegre. Posteriormente fui convidada para integrar a chapa de renovação da entidade e agora faço parte da diretoria como suplente.

Sistema CNA/SENAR: Qual o papel da mulher no agronegócio?

YARA – Há um apagão de mão de obra no campo por uma série de razões e a mulher tem oportunidade de mostrar a sua capacidade para ocupar esse espaço, principalmente na gestão de pessoas. A sensibilidade e o olhar feminino diferenciado são importantes para o equilíbrio de atitudes no gerenciamento. Eu acredito que as próximas gerações vão ter muito espaço para atuar no agronegócio e contribuir para o crescimento desse setor.

Sistema CNA/SENAR: Qual a origem da sua ligação com a agropecuária?

ZENIA ARANHA – A minha família é do meio rural. Os primeiros Aranha plantaram café em São Paulo. Eu sou produtora e proprietária rural em Bagé e sempre gostei de cavalos. Com a criação da raça Quarto de Milha acabei entrando para a Associação de Criadores de Cavalos Quarto de Milha Núcleo Sul (NSQM). Desde então, comecei a ter uma participação mais ativa em entidades. Durante 20 anos fui da diretoria e, por duas vezes, presidente da Associação.

Sistema CNA/SENAR: Como chegou à presidência da Comissão de Produtoras Rurais da FARSUL?

ZENIA ARANHA – É importante ressaltar que a Farsul abriu as portas para as mulheres. Quando o presidente Carlos Sperotto decidiu mobilizar um grupo de produtoras rurais para um trabalho sistematizado de apoio às ações da Federação, fomos chamadas para organizar a estrutura do grupo. Em 2001, fui convidada para assumir a presidência da Comissão das Produtoras Rurais da Farsul. De lá para cá, tenho participado de inúmeras atividades e projetos envolvendo a mulher e os interesses da agropecuária.

Sistema CNA/SENAR: Qual o papel da mulher no campo?

ZENIA ARANHA – Mesmo na agropecuária, onde predomina a figura masculina, a mulher é vista em pé de igualdade com os homens. Eles ouvem as mulheres, se interessam por suas opiniões. Percebo que de uns 10 anos para cá, houve uma evolução no papel das

mulheres também na gestão das propriedades. As mulheres estão se sobressaindo cada vez mais.

CEARÁ

Sistema CNA/SENAR: Como você chegou à presidência do Sindicato Rural de Tamboril?

JUSSARA DIAS – O início da minha vida sindical deu-se por conta do incentivo do meu pai, Francisco Edmilson, que foi presidente do Sinrural de Tamboril por 18 anos. Ainda criança eu sempre o acompanhava nas reuniões, tanto no sindicato, quanto na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC). Aquilo foi despertando um interesse natural, pois via meu pai, com entusiasmo, cuidando do Sindicato. Muito tempo depois, surgiu uma oportunidade para prestar serviço como advogada para a FAEC, o que me aproximou ainda mais da categoria e do Sistema. Em 2011, assumi a presidência do Sinrural Tamboril e já estou no meu 2º mandato.

Sistema CNA/SENAR: Nos 64 sindicatos rurais do Ceará, apenas duas mulheres são presidentes, foi difícil para você assumir este posto?

JUSSARA DIAS – Absolutamente. Ao contrário, sempre fui bem recebida por todos. Até achava que tinha algumas desvantagens em ocupar a função, 1º por ser mulher; 2º pela minha idade, me considerava muito jovem. Embora presidente, procuro envolver a todos nas tomadas de decisões, ouvindo a opinião dos meus diretores, fazendo com que eles não tenham papel figurativo, mas que se envolvam de fato. E isto está sendo muito tranquilo, pois todos servem com entusiasmo a classe de produtores.

Sistema CNA/SENAR: Recentemente seu sindicato levou para o distrito de Sucesso o Programa Útero é Vida, qual foi a repercussão do programa junto às mulheres?

JUSSARA DIAS – Ficamos muito felizes com o resultado dessa ação. A repercussão foi a melhor possível. O apoio da Prefeitura Municipal de Tamboril foi essencial para o sucesso do evento, disponibilizando toda a estrutura física e de pessoal. Foram 289 mulheres que realizaram o exame de prevenção ao câncer de colo do útero. O cunho social do programa permite que o sindicato preste seus serviços de maneira integral, proporcionando um dia de ação para as mulheres da zona rural, ultrapassando a simples prestação de serviço e transformando-se em um ato de valorização da mulher do campo.

Autorização de pesca será renovada somente nas Superintendências Federais de Agricultura. Viviane Novaes – Site do MAPA. 08/03/2016.

Medida, publicada no Diário Oficial da União, deve agilizar atendimento a pescadores

A partir de agora, a renovação do Certificado de Registro e Autorização de Pesca das embarcações será feita exclusivamente pelas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs), em todos os estados e no Distrito Federal. A decisão foi publicada nesta terça-feira (8), no Diário Oficial da União.

Até hoje, a renovação do certificado era feita em parte pelas superintendências, no caso de embarcações menores, e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília, para barcos maiores e para aqueles com "controle de esforço", ou seja, para um conjunto de embarcações que atuam em determinados tipos de pescaria.

A mudança é uma iniciativa da ministra Kátia Abreu para agilizar o atendimento aos pescadores e armadores de pesca e fortalecer o trabalho das superintendências. Hoje, existem no país cerca de 40 mil embarcações. O Certificado de Registro e Autorização de Pesca é renovado uma vez por ano. Para o processo de descentralização, o Ministério da Agricultura vai oferecer suporte técnico, administrativo e logístico às superintendências.

Nespresso está entre os maiores clientes. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 08/03/2016.

Durante muitos anos, a Ipanema Coffees foi conhecida por ser a fornecedora exclusiva do Brasil para a rede de cafeterias americana Starbucks. Isso foi entre 1997 e 2007, antes da popularização da rede americana, o que levou à ampliação de sua demanda por cafés do Brasil e de outras regiões produtoras do mundo. Embora não seja mais a única brasileira a fornecer para a Starbucks, a Ipanema ainda vende à rede grãos para uma linha de cafés especiais chamada Reserve.

Contudo, a americana não figura mais entre os principais clientes da Ipanema. Hoje uma das mais importantes é a suíça Nestlé que utiliza cafés da empresa brasileira em blends Nespresso. Há ainda a alemã Tchibo, que tem rede de lojas de conveniência na Alemanha e países do Leste Europeu, a Jacobs Douwe Egberts (JDE) e a japonesa Lawson.

Como reflexo de um plano de crescimento traçado a partir dos anos 2000 para aumentar as vendas e a presença no mercado externo, a Ipanema ampliou seu portfólio de clientes e regiões de atuação. "Há dez anos, tínhamos presença zero na região do Pacífico. Hoje, 50% das vendas da Ipanema são para a região", afirma Washington Rodrigues, CEO da Ipanema.

Ele diz que esse mercado é mais remunerador em termos de preço que a Europa, por exemplo, onde os players estão mais concentrados. Na região do Pacífico, o café da Ipanema está em países como Japão, Coreia do Sul, China, Austrália, Nova Zelândia e Taiwan. O produto é vendido para torrefadores ou está nas cafeterias, para ser vendido ao cliente final.

Com preços que chegam a ter prêmios de mais de 60% em relação ao café tradicional, a Ipanema encerrou 2015 com uma receita líquida de R$ 160 milhões - 60% maior do que no ano anterior. A expectativa, de acordo com Rodrigues, é repetir neste ano o número de 2015, em virtude da queda dos preços do café no mercado internacional.

Ele explica que o forte crescimento da receita em 2015 é resultado da renovação dos cafezais, entre 2010 e 2014. Enquanto a renovação ocorria, houve queda na colheita porque as árvores só começam a produzir a partir de quatro anos de idade. Com os cafeeiros já em produção, a colheita aumentou e a receita também.

Os investimentos da Ipanema em renovação dos cafezais e em irrigação, aliás, prosseguem. Os aportes fazem parte de um plano da empresa definido para o período de 2010 a 2017, que prevê desembolso total de R$ 100 milhões. Segundo Rodrigues, há ainda R$ 30 milhões a serem aplicados.

A empresa também tem investido em equipamentos para beneficiamento do café. Entre as aquisições estão máquinas da Colômbia, o maior produtor de arábica lavado do mundo. Desde 2014, foram gastos R$ 6 milhões, e a previsão é investir mais cerca de R$ 20 milhões nos próximos dois anos, de acordo com o CEO da companhia.

Nem 30% das propriedades rurais do Espírito Santo aderiram ao CAR – Site da CNA. 08/03/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA constatou que os proprietários de imóveis rurais, em muitos estados da federação, enfrentam dificuldades técnicas para

aderirem ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), cujo prazo para adesão expira no próximo dia 5 de maio. No Espírito Santo, até agora, apenas 24,36% de área foi cadastrada.

A legislação que define o CAR, segundo a CNA, é complexa e exige condições que dificultam a declaração, pelo proprietário de imóvel rural. Além disso, existem obstáculos adicionais importantes a serem superados como acesso à internet, especialmente nas áreas rurais e naqueles municípios onde o acesso é precário devido a problemas de infraestrutura, logística e desenvolvimento tecnológico.

No Espírito Santo, os preços elevados cobrados por uma parcela de consultores que fazem o CAR assustaram o produtor rural que optou por aguardar. Com o passar do tempo, basicamente, somente aqueles que necessitaram de licenças ambientais, autorizações ou ato cartorários buscaram a sua inscrição no Cadastro.

“Desde a aprovação do Novo Código Florestal e da implementação do CAR aqui no estado, a Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo - FAES vem trabalhando no sentido de orientar ao produtor a como proceder para regularizar ambientalmente o seu imóvel rural. Alguns de nossos Sindicatos oferecem o serviço de inscrição ao CAR com funcionários próprios ou em sistema de parceria com consultores treinados”, afirma o engenheiro Agrônomo da Federação, Murilo Pedroni.

Visando alcançar o índice de área passível de cadastro no Espírito Santo, que é de 4.277.470 hectares, o Sistema Faes/SENAR-ES (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do ES) em parceria com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) realizará cursos para aumentar o número de pessoas capacitadas para auxiliar os proprietários rurais. Até janeiro deste ano, apenas 1.041.951 hectares foram cadastrados, segundo dados Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Números do Cadastro Ambiental Rural

Dos 5,1 milhões de propriedades rurais existentes no país, apenas 2,2 milhões de estabelecimentos já se cadastraram no sistema do CAR, até último mês de janeiro. No sudeste, a área cadastrável é de 56,4 milhões de hectares, e até agora cadastrou apenas 36,7 milhões de hectares.

A CNA alerta que os produtores rurais com passivo ambiental poderão enfrentar problemas nos casos do não cumprimento das normas de proteção da vegetação nativa

em Áreas de Proteção Permanente (APPs); de Reserva Legal (RL); e nas Áreas de Uso Restrito (AUR).

“A orientação é o produtor rural realizar a sua inscrição no CAR dentro do prazo, para não perder os benefícios alcançados pelo Novo Código Florestal, cujo principal é o acesso ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, que propiciará ao mesmo: consolidação em parte das APP's; recuperação de áreas de acordo com o tamanho da propriedade rural; vegetação existente na APP servindo para o cálculo do percentual da área de reserva legal, entre outras. Sem contar, que a partir de 25 de maio de 2017 quem não estiver inscrito no CAR ficará impedido de acessar o crédito rural”, completa Pedroni.

CAR

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma exigência do novo Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012). Com isso, todos os imóveis rurais, de propriedade ou posse, públicos ou privados, devem ser registrados obrigatoriamente em um sistema próprio, que integrará as informações ambientais de todo o país. Esse registro é fundamental para o desenvolvimento sustentável do campo, pois torna possível elaborar políticas mais eficazes de preservação e recuperação das florestas e demais formas de vegetação nativa. No Espírito Santo, o órgão responsável pela implementação do CAR é o Idaf e o sistema de registro das informações é o Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (SIMLAM). Procure o escritório do Idaf e faça sua adesão ao CAR.

Por que aderir ao CAR?

Além da segurança jurídica e de servir como instrumento para planejamento do imóvel rural, o CAR será pré-requisito para obter autorizações do Idaf, como licenças ambientais e autorização para exploração florestal e queima controlada. O documento também será exigido pelos cartórios de registro de imóveis para unificação, desmembramento ou alienação das propriedades. Outro aspecto importante é que, a partir de 2017, os bancos só disponibilizarão crédito para as propriedades rurais que aderirem ao cadastro.

CURSO

O Sistema CNA/SENAR montou um curso a distância, gratuito, que ensina como fazer o cadastro no site especialmente criado pelo Governo Federal.

Acesse: http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/sites-especiais/cadastro-ambiental-rural-car

O grito de luta das mulheres do semiárido. Najar Tubino – Site da Carta maior. 09/03/2016.

Cinco mil mulheres agricultoras protestaram por uma sociedade mais justa, contra a tentativa de golpe das elites brasileiras e pela agroecologia.

Areial (PB) – Cinco mil mulheres agricultoras se reuniram ontem hoje nesta pequena cidade de sete mil habitantes, onde o solo é uma areia branca, para protestar contra a violência, a impunidade, por uma sociedade mais justa, contra a tentativa de golpe das elites brasileiras e pela agroecologia. Essa é a VII Marcha pela Vida e pela Agroecologia, novamente ocorrendo num momento político tenso. No ano passado, a prefeitura que apoiava o evento ameaçou retirar o apoio na última hora, porque a Marcha ocorreu no dia 12 de março, após as demonstrações de ódio explícito na Avenida Paulista. Mas não é um simples acontecimento, embora a prefeitura de Areial tenha decretado feriado. Trata-se de uma demonstração de força e poder de mulheres que antes buscavam água barrenta por quilômetros, com uma lata na cabeça.
Eram destratadas pelos governantes e muitas vezes pelos próprios companheiros. A Paraíba está na sexta posição no Mapa da Violência e João Pessoa está em terceiro lugar entre as capitais mais violentas. Nos últimos 10 anos, 43 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. No ano passado foram 50 na Paraíba. No último fim de semana, outras duas foram mortas. A Marcha tem dois momentos: um de denúncia, outro de afirmação. A concentração iniciou na zona rural, no sítio Areial II, em um campo de futebol. Setenta ônibus trouxeram comitivas de outros municípios, dos 14 que compõem o Polo da Borborema.

Cinco mulheres comandam os sindicatos

Uma região com tradição de luta camponesa, onde Margarida Alves foi assassinada por um tiro de escopeta 12 na década de 1980, depois de ser a primeira presidenta de um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais – no município de Alagoa Grande. Hoje, cinco mulheres comandam os sindicatos. Porém, o Polo é muito mais do que isso. São mais de 150 associações de comunidades do campo, onde já foram instaladas quase 10 mil cisternas de placa e 1600 cisternas de produção. Trabalho organizado pela ASA, pela organização social AS-PTA, que está presente na Paraíba há 20 anos, pelo Coletivo

Estadual de Mulheres do Campo e da Cidade e por vários outros movimentos. Um trecho da convocação:

"- Em nome de Ana Alice, jovem agricultora militante do Polo, brutalmente violentada e assassinada em 2012 e de milhares de mulheres que todos os dias são vítimas de violência, cobramos o fim da impunidade dos crimes contra a mulher. Afirmamos que as desigualdades entre homens e mulheres e a violência constituem um forte bloqueio para que a agricultura familiar se consolide como modo de produção e de vida para as famílias agricultoras do território da Borborema".

Uma rainha afrodescendente

Em volta do campo de futebol algumas tendas, dois carros de som. No palco as apresentadoras vão ensaiando os gritos de luta, as músicas da marcha e a ciranda, que logo depois Lia de Itamaracá, uma afrodescendente de 72 anos, que já percorreu o mundo cantando irá embalar. Lia é alta, esguia, descendente de africanos da Guiné Bissau, do povo Djola. Veste um vestido branco, bordado com uma fita azul, parece uma rainha e tem uma voz firme e forte, como de Benedita de Jesus.

Os grupos de mulheres, crianças, idosos, homens chegam a pé, caminhando pela areia com cartazes, faixas, camisetas da marcha. O sol está quente, mas o planalto da Borborema sempre alivia o calor com um vento, às vezes, fresco. "Somos Lula e Dilma", diz o cartaz da Juventude de Remígio. Não vai ter golpe está em vários cartazes. O clima é emocionante, a cada fala, uma canção.

"- Pra mudar a sociedade/do jeito que a gente quer/participando sem medo de ser mulher/ porque a luta/não é só dos companheiros...pois sem mulher/ a luta vai pela metade/na aliança operário e camponesa/participando sem medo de ser mulher/pois a vitória vai ser nossa com certeza/participando sem medo de ser mulher."

Quando a gente luta sempre consegue

Roselita Vitor da Costa, de Remígio é uma das coordenadoras do Polo da Borborema. Para ela, a Marcha das Mulheres é a maior expressão do movimento feminino na Paraíba, talvez do Brasil. As mudanças na maneira de produzir, a responsabilidade de assumir as tarefas ao redor de casa, os ensinamentos da agroecologia, o acesso à água de beber e de produzir, a implantação das políticas públicas que apoiaram a agricultura familiar tudo

isso se expressa em maior participação política e social. Roselita cita a rede de 1300 agricultoras experimentadoras, da produção comercializada em 10 feiras agroecológicas no Polo, na melhoria da renda. Enfim, conseguiram um novo papel para a agricultora camponesa, com força e valorização.

É o que diz outra agricultora, Ligória, dando um testemunho no palco:

"- Eu planto, colho, trabalho na construção civil como ajudante de pedreiro e não tenho medo de enfrentar a luta, porque quando a gente luta, consegue. Vou continuar marchando".

Agronegócio sempre ameaçando

Zeneide Balbino é a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Areial, também promotor da Marcha.

"- Nós precisamos valorizar o que nós temos no Polo – as nossas sementes crioulas, sementes da paixão, as galinhas capoeiras. Porque já tem empresas querendo trazer raças de fora, que precisam de ração, de milho transgênico. Temos que defender o nosso projeto de agroecologia, que está sendo ameaçado pelo agronegócio".
São 82 bancos de sementes na região. O agronegócio já tentou de várias maneiras desestruturar a agricultura familiar, desde incentivar o plantio de tabaco até varrer as plantações de cítricos, que estão localizadas na área do território chamada de brejo úmido, com inseticidas e fungicidas, quando sofreram um ataque da mosca preta. Foram bloqueados pelas associações e sindicatos. Mesmo assim, grande parte do Polo ainda é ocupada por grandes fazendas de pecuária ou de cana – 254 ocupam 43,6% da área, enquanto 8.842 estabelecimentos apenas 3,2% da área. Na definição do Ministério do Desenvolvimento Agrário o Território da Borborema é composto por 21 municípios e conta com 21 mil estabelecimentos da agricultura familiar, que ocupam área entre 2 e 10 hectares.

No teatro o homem vive o pesadelo de ser mulher

Nailde de Lima é separada, têm dois filhos, o ex-marido está em São Paulo. A separação ocorreu por sucessivos abusos violentos. Mas ela não consegue assumir a terra que plantava quando era casada no assentamento Veloso, onde vivem 31 famílias, em Casseringe. Lá, Maria Celina é a presidenta do Sindicato. E vieram para a Marcha em quatro ônibus. Leônia Soares, de Maçaramduba comenta que o machismo ainda é muito

presente no meio sindical e que as mulheres precisam assumir esses espaços de poder para valorizar o trabalho das agricultoras, que sempre são sobrecarregadas com as atividades domésticas, de cuidados dos filhos, além do trabalho no quintal e no roçado. A Marcha deveria sair do Sítio Areial II às 10 horas. Já são quase 10h30min e ainda rola uma peça de teatro no palco. O agricultor Biu está sonhando que assume o papel da mulher, enquanto ela desfruta das delícias de ser o dono da casa – pega o dinheiro ganho na venda das galinhas e vai descansar um pouco a cabeça no bar. Daí ele acorda, e sente que viveu um pesadelo. E as mulheres em coro: esse é o nosso dia a dia. Um pesadelo.

Nunca olharam para as pessoas mais pobres

Roselita Vitor da Costa promove o último diálogo com as mulheres: quem já passou fome e sede aqui presente. A maioria levanta as mãos. Quem já teve que ir buscar água barrenta com lata na cabeça. A maioria responde sim. Quem tem cisterna de água para beber? Praticamente todas levantam as mãos. Quem recebe bolsa família? Quase todas. E quem tem filho na universidade? Algumas levantam. E vocês acham que isso aconteceu por quê?

"- Porque essas melhorias são resultado de um governo que tem olhado pra as pessoas mais pobres desse país. A gente não pode esquecer disso. A elite brasileira não admite que filho de pobre estude em universidade e que eles possam viajar de avião. A imprensa e a televisão ficam manipulando as pessoas, dizendo que o problema é a corrupção que só acontece no governo do PT. Nunca falam dos outros governantes. Porque nunca olharam para a gente. Nós iremos para a rua novamente para defender as políticas que beneficiaram o semiárido e mudaram as vidas das pessoas e das mulheres", disse ela.

Daí a Marcha sai da areia por uma estradinha de chão, por entre sítios da agricultura familiar, plantações de batata doce, mandioca, palma forrageira. Um pé de jaca carregado . Entra na Rodovia PB-121 ocupando as duas pistas e segue até a Praça Central de Areial. A população nas calçadas, em cima de muros, nas lajes, em todo canto vibrava com o movimento, a cantoria, os gritos de luta das mulheres do semiárido, que neste dia 8 de março mais uma vez fizeram a história desse país.

Soluções do endividamento rural no Nordeste devem ser efetivas, diz Vice-Presidente Diretor da CNA. CNA. 09/03/2016.

O vice-presidente diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (FAEPA), Mário Borba, defendeu condições diferenciadas para os produtores rurais do semiárido nordestino. Segundo ele, são necessárias medidas efetivas, que não contemplem apenas a renegociação de dívidas, mas também linhas de créditos especiais para que eles possam se recuperar dos prejuízos sofridos nos últimos anos com a seca prolongada e permanecer na atividade agropecuária.

O assunto foi abordado, nesta quarta-feira (09/03), em audiência pública na Comissão Especial Mista, do Congresso Nacional, criada para analisar a Medida Provisória (MP) 707/2015. A matéria suspende, até 31 de dezembro deste ano, a inclusão de novos contratos inadimplentes na Dívida Ativa da União (DAU) e a cobrança judicial de operações de crédito rural de produtores que vivem nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Nos debates, Mário Borba também defendeu a redução de garantias para a obtenção de financiamentos e a retomada da capacidade de investimento na produção.

Ele ressaltou que a MP 707, depois de aprovada e sancionada, deve contemplar todos os produtores (pequenos, médios e grandes) e agricultores familiares. “O problema da seca é permanente e não escolhe o tamanho da propriedade. E muitas vezes as medidas contemplam produtores com dívidas de R$ 100 mil. E aqueles com dívidas de R$ 500 mil que também foram atingidos pela seca ficam de fora?”, justificou. Borba lembrou que participa de discussões sobre endividamento há 22 anos. Neste período, foram publicadas mais de 25 Medidas Provisórias e 22 Projetos de Lei, mas os problemas dos produtores não foram resolvidos.

“Temos agora uma oportunidade ímpar de resolver isso de uma vez por todas. Mas precisamos de medidas efetivas ou o problema não será resolvido”, afirmou. O vice-presidente da CNA e presidente da FAEPA defendeu, ainda, a prorrogação dos artigos 8º e 9º da Lei 12.844/13, que tratam da concessão de descontos para liquidação de dívidas e de linhas de crédito para renegociação de dívidas de produtores que vivem nas áreas de atuação da Sudene.

Críticas - Mário Borba criticou a falta de debates sobre políticas para a região pelos órgãos competentes, entre os quais o Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), ligado ao Ministério da Integração Nacional, no qual a CNA tem assento. O colegiado se encontrou pela última vez há exatamente três anos. “Fui integrante desse Conselho por dois anos e nesse período o Condel não se reuniu”. Citou, ainda, o Conselho Técnico Científico do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, em que a CNA também tem representação, reunindo-se poucas vezes desde que foi criado, há 10 anos.

Tramitação - A MP 707 recebeu, até agora, mais de 90 emendas ao texto original. Para buscar mais subsídios para o relatório final sobre a matéria e ouvir as demandas do setor agropecuário, a comissão especial mista instalada para analisar o tema deve realizar audiências públicas na região Nordeste. Nas próximas semanas, estão marcados encontros em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Alagoas. Depois de aprovada na comissão, a MP será apreciada nos plenários da Câmara e do Senado. O texto deve ser votado até o início de junho para não perder a eficácia.

Participaram dos debates representantes da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf Brasil) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

MDA debate demandas das trabalhadoras rurais. Tássia Navarro. Site do MDA, 09/03/2016.

Patrus recebe pauta de solicitações do MMC

Como parte da agenda de mobilização do Dia Internacional da Mulher, representantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) estão, em Brasília, na marcha de luta pelos seus direitos. E nesta quarta-feira (9), o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, a diretora de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR/MDA), Célia Watanabe, e o assessor especial do ministro Nilton Tubino receberam algumas mulheres do movimento.

Entre as solicitações do grupo está a ampliação de políticas públicas direcionadas às mulheres, como os quintais produtivos, o fomento e a comercialização. O ministro Patrus destacou que a meta para este ano é beneficiar 100 mil mulheres assentadas com o crédito

instalação Fomento Mulher, potencial recurso para implantação dos quintais produtivos. “Estamos trabalhando para inserir os quintais produtivos no Plano Safra da Agricultura Familiar. Sabemos que o momento não é fácil, mas temos boas estratégias de trabalho. Queremos trabalhar a questão dos quintais produtivos, da compra direta e das agroindústrias”, ressaltou.

Outra pauta apresentada pelas trabalhadoras é relacionada à reforma previdenciária. De acordo com a representante do MMC de Santa Catarina, Noeli Taborda, segundo dados do site da previdência, 40% dos benefícios atendem questões de doença e 12% são voltados para aposentadoria. “A gente percebe que esse modelo de sociedade está deixando as pessoas muito doentes. E 12% é um número muito pequeno, para se avaliar que o aumento da idade para se aposentar vai fazer alguma diferença. No que diz respeito às mulheres, precisamos levar em consideração a tripla jornada de trabalho feita. Que vai além do trabalho na roça, tem o cuidado com a família e com o meio ambiente. Então, não podemos ter esse retrocesso”, afirmou.

Célia Watanabe garantiu que o MDA vai defender os direitos adquiridos pelas mulheres, em um grupo de trabalho que discutirá a reforma, bem como em outros diálogos interministeriais. “Estamos nos inserindo na rodada de diálogos e vamos discutir a questão previdenciária, na perspectiva do direito das mulheres, para garantir as conquistas”, explicou.

O Movimento

O MMC representa mulheres trabalhadoras rurais camponesas, quilombolas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, assentadas, acampadas, indígenas e mulheres do campo, das águas e das florestas.

Pela conquista de políticas públicas para as mulheres rurais. Tássia Navarro. Site do MDA, 10/03/2016.

Mulheres rurais de todo o país debatem políticas públicas para o campo

A luta da mulher trabalhadora rural continua e, como diz o tema do Seminário de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, conquista direitos. Organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o evento teve início nesta quinta-feira (10) e reúne

mulheres de todo o país, especialmente representantes de movimentos sociais engajados na busca dos direitos femininos.

A importância do seminário para a evolução da inclusão da mulher nas políticas públicas ganhou destaque na fala da secretária executiva do MDA, Maria Fernanda Coelho. “Aqui, nós poderemos avançar muito no que se refere a discussão de como temos a titulação e de como fazer para ter as mulheres como protagonistas das nossas políticas públicas já implementadas. A gente sabe como fez diferença colocar as mulheres como titulares no Programa Bolsa Família e no Minha Casa, Minha Vida. Então porque a gente não avançar também no âmbito das políticas públicas do MDA e Incra”, enfatizou, durante a abertura do evento.

O objetivo do encontro, segundo a diretora de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ/MDA), Célia Watanabe, é de aprofundar os canais de diálogo entre o governo e as trabalhadoras rurais. “Pretendemos discutir todas as questões que nos afetam diretamente, na perspectiva de uma gestão das políticas, com a sociedade civil, de forma compartilhada, como tem sido a nossa construção histórica dentro do espaço da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e de todo o MDA”, afirmou.

A oportunidade de debater seus direitos e interesses foi ressaltada pela agricultora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Rosenilde Gregória dos Santos Costa. “Nós fazemos a agricultura e temos que aproveitar esse momento para reafirmar que somos trabalhadoras e não meras ajudantes”, realçou.

Outro tema debatido no seminário é a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O presidente da Agência Nacional de Ater (Anater), Paulo Guilherme Cabral, informou que está trabalhando para o Desenvolvimento Rural Sustentável. “E, não tem como pensar em desenvolvimento, se as mulheres não estiverem efetivamente contempladas. Nós queremos que as famílias progridam, tenham melhores condições de vida, trabalho, renda, que sejam mais felizes, que tenham seu ambiente familiar mais equilibrado e sabemos que isso envolve diretamente as mulheres”, completou.

Programação

O seminário segue até esta sexta (11) e vai abordar temas como a luta das mulheres pela superação da divisão sexual do trabalho e as suas motivações. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, participa pela manhã do seminário, para dialogar com as mulheres rurais.

Na programação também está a comemoração dos 30 anos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

Diálogo para fortalecer a agricultura familiar. Mateus Zimmermann. Site do MDA, 10/03/2016.

"Os encontros do 'Diálogos da Terra' têm sido uma experiência muito positiva, com conversas francas que a gente incorpora com seriedade e humildade", afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias ao falar durante a abertura do 3º Diálogos da Terra, nesta quinta-feira (10), em Brasília. O evento, promovido pelo ministério, reúne, nesta edição, mais de quinze movimentos sociais do campo, além de professores e pesquisadores universitários e juristas, para discutir ações de fortalecimento e de desenvolvimento da agricultura familiar.

Ao fazer um balanço de sua gestão no MDA, Patrus avaliou que as ações implementadas pelo governo federal para desenvolvimento da agricultura familiar foram positivas, com a ampliação do crédito e das compras públicas. Porém, no tema da reforma agrária, o ministro do Desenvolvimento Agrário reconheceu que as ações ficaram abaixo do esperado. "Temos uma avaliação que, em 2015, ficamos aquém do que gostaríamos em relação à reforma agrária e ao assentamento das famílias acampadas. Então este ano, em uma ação integrada com o Incra, nós criamos uma sala de situação para irmos no limite de nossas possibilidades, fazendo tudo que estiver ao nosso alcance para assentarmos, em condições dignas, as famílias acampadas".

Para Noeli Taborda, do Movimento de Mulheres Camponesas, a oportunidade de dialogar diretamente com o governo é positiva. "A gente sente a necessidade de avançar nas políticas públicas que, de fato, fortaleçam a agricultura camponesa e a agroecologia. Para isso, precisamos reforçar estes espaços de diálogo, pois a gente entende que um movimento sozinho não tem força suficiente".

Cenário político

Na avaliação do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Alberto Broch, a situação política atual é delicada e as crises, econômica e política, estão interligadas. "Vivemos realmente uma das maiores crises pós 1964. A geração desta grave crise econômica tem tudo a ver com a crise política, e as

consequências das duas são graves, principalmente, para as conquistas que nós tivemos neste último período. Neste momento, precisamos ir para as ruas defender as conquistas, defender os direitos, e, ao mesmo tempo, pressionar o governo para que não abandone importantes políticas, especialmente o que conquistamos para o campo nos últimos anos".

Frei Antônio Sérgio Görgen, dirigente nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), concorda que é primordial valorizar as conquistas sociais da última década e ressaltou o caráter internacional da crise. "Esta crise tem um viés político muito forte. O pouco que as classes populares avançaram no Brasil, nos últimos anos, é demais para as classes dominantes. Temos símbolos de igualdade, de respeito aos pobres e de acesso a políticas que antes eram reservadas só para os ricos; latifúndios que os pobres não entravam", salientou ao destacar que estes avanços estão sendo colocados em cheque pelas classes dominantes.

Agricultura defende aumento de área de irrigação para combater seca. Site O Globo. 10/03/2016

O coordenador-geral de Irrigação e Estratégias contra a Seca do Ministério da Agricultura, Demétrios Christofidis, defendeu, na Câmara, a **ampliação das áreas com irrigação** no país como forma de combater a seca. Segundo ele, o aumento da população e do consumo de água tem limitado o recurso natural.

Ele argumentou ainda que a pasta trabalha com três linhas de ação: **melhorar o funcionamento das áreas já irrigadas; implantar infraestrutura hídrica, de energia e de estradas de modo a agilizar a outorga para irrigação; e estudar e planejar as áreas irrigáveis**, com intuito de identificar áreas com aptidão. Entre outras medidas, ele afirmou que os processos de outorga e licenciamento estão sendo aperfeiçoados.

"Está sendo discutida a **outorga coletiva**, para permitir melhor gestão da água em conjunto", relatou durante apresentação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a debater os efeitos da escassez de água no País e propor medidas que minimizem os impactos.

"É possível fazer irrigação com volume cada vez menor de água. Quando comecei a trabalhar com irrigação, em 1976, planejávamos nosso projeto com 1 litro por segundo por hectare, agora se faz com quase 0,3 litro", argumentou.

Ele lembrou ainda que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Agência Nacional de Águas (ANA) e o ministério estão desenvolvendo o Atlas da Água, que vai mapear detalhadamente a situação da irrigação no País.

Nova Zelândia eleva controle de segurança alimentar de produtos lácteos – O Globo. 10/03/2016

A Nova Zelândia aumentou a quantidade de testes e elevou medidas de segurança alimentar em produtos lácteos, após uma ameaça anônima de contaminar fórmulas de nutrição infantil, em um protesto contra o uso de pesticidas no país.

Em conferência, a polícia da Nova Zelândia e o Ministério de Indústrias Primárias afirmaram que foram enviadas cartas anônimas em novembro para a Fonterra e para o grupo Federated Farmers, ameaçando contaminar os produtos com fluoroacetato sódio, um pesticida conhecido como 1080. Agricultores do país usam o pesticida para controlar espécies introduzidas, como coelhos, doninhas e gambás. Segundo as cartas, a ação seria realizada até o final de março.

"Mesmo que a possibilidade de contaminação seja pequena, devemos tratar a ameaça com seriedade e estamos conduzindo investigações", afirmou o vice-comissário Mike Clement.

O Ministério das Indústrias Primárias afirmou ter testado 40 mil amostras de leite e derivados desde que a ameaça foi feita, mas não foram encontrados traços do pesticida. A pasta também anunciou a criação de medidas adicionais para evitar a contaminação, inclusive o fortalecimento do controle em pontos de venda e o aumento dos testes.

Governo estuda modernização da Conab. Priscilla Mendes – Site do MAPA. 10/03/2016.

Kátia Abreu espera que processo seja concluído em 120 dias

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) reuniu toda a diretoria da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para dar início ao trabalho de modernização da empresa.

As ações na companhia seguirão a mesma proposta que está sendo implementada no Mapa, com foco na modernização de processos e na inovação da gestão. Além disso, o grupo encarregado do assunto vai estudar a ampliação das atribuições da companhia.

A reunião, ocorrida nessa quarta-feira (9), é a primeira de uma série de encontros que a diretoria e o corpo técnico da Conab terão com o Mapa.

"Esperamos que em 120 dias esteja concluída a modernização e o choque de gestão que queremos fazer na Conab, instituição que é um importante instrumento de política agrícola e abastecimento no país", afirmou a ministra.

Se não aderir ao CAR, produtor rural não terá acesso a crédito agrícola e financiamento bancário, prevê Código Florestal. Site da CNA. 10/03/2016.

O Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012) estabelece que o proprietário de imóvel rural que não aderir ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) até o prazo de 5 de maio, deste ano, deve enfrentar problemas para garantir os benefícios definidos pela Lei, além da proibição de acesso ao crédito agrícola a partir de 28 de maio do próximo ano. Fica, ainda, impossibilitado de aderir ao Programa de Recuperação Ambiental-PRA, quando existir passivo ambiental.

Ao mesmo tempo, o proprietário inscrito no CAR, dentro do prazo legal, tem previstas vantagens. A suspensão de novas multas aplicadas pelos órgãos de fiscalização ambiental e a conversão das multas pecuniárias referentes à supressão irregular de vegetação em Área de Preservação Permanente-APPs, Reserva Legal-RLs e Área de Uso Restrito AURs são algumas delas. A adesão ao Cadastro também permite que o produtor continue ocupando áreas de APPs e flexibiliza a recuperação das RLs.

Contudo, no preenchimento do formulário devem ser evitadas inconsistências, que poderão ser tratadas pela legislação ambiental como ilícito administrativo e criminal. Nesses casos, haverá transtornos para o proprietário, no momento da aferição dos dados fornecidos pelos órgãos ambientais responsáveis, na validação das informações inseridas no Cadastro.

Legislação rigorosa - A Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), em vigor, define que destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção é considerado crime. Da

mesma forma que cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente e impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação. Neste casos, a Lei estabelece multas como punição. O Código Florestal suspende a punibilidade e a aplicação destes dispositivos condicionando à adesão ao PRA. O não cumprimento do prazo estabelecido, ou seja, 5 de maio de 2016, permitirá aplicação das sanções administrativas e criminais previstas naquela Lei.

Para o Coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias, o proprietário rural que cumprir o prazo de adesão ficará mais tranquilo. Por exemplo, se o produtor tiver passivo ambiental, com o CAR, passa a ter a garantia de manutenção das residências e infraestrutura nas beiras dos cursos d'água. E, também, das atividades de reflorestamento e "demais culturas lenhosas, perenes ou de ciclo longo nas inclinações acima de 45°, topos de morro, bordas de tabuleiro e campos de altitude". O produtor poderá, ainda, manter atividade agropecuária extensiva nas encostas superiores a 45°, bordas de tabuleiros ou chapadas, além de topos de morro, em áreas campestres naturais ou já convertidas.

Reservas Legais - No caso das Reservas Legais (RLs), segundo explica Nelson Ananias, a legislação dispensa a necessidade de averbação da RL em cartório de registro de imóveis, desobriga pequenos imóveis (de até 4 módulos fiscais) da necessidade de o proprietário fazer a recuperação da Reserva, além de simplificar o processo de identificação e registro da área.

Para todas as propriedades que não possuírem área suficiente para cumprir sua RL, o produtor tem facilidade para regularizá-la mediante recuperação, regeneração ou compensação, que pode ocorrer até mesmo fora do estado onde a propriedade está instalada, desde que no mesmo bioma. A norma permite também a recomposição com até 50% de espécies exóticas, aumentando a possibilidade do produtor rural obter renda na reserva. Tudo isso se a adesão ao CAR ocorrer dentro do prazo legal, previsto para o dia 5 de maio de 2016.

Atenção – A CNA entende a necessidade de prorrogar o prazo de inscrição no CAR para fins de garantia dos direitos de consolidação e recuperação previstos nas medidas transitórias da Lei 12.651/12 e busca dialogar com o governo federal para promover esta alteração na Lei. No entanto, enquanto não houver a alteração, orientamos os produtores rurais a realizar a inscrição obedecendo ao prazo para minimizar as consequências e aplicações indevidas dos seus dispositivos.

Curso do SENAR - Com o objetivo de permitir que os proprietários de imóveis rurais possam fazer a adesão ao CAR, com mais facilidade e informações detalhadas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) oferece em seu portal de educação a distância (ead.senar.org.br) um curso gratuito, ensinando o passo a passo do CAR. O curso Cadastro Ambiental Rural é livre e pode ser feito por qualquer pessoa com 18 anos de idade ou mais.

Audiência Pública debate Medida Provisória que prorroga pagamento de dívidas do setor da agricultura – Site da FETRAF. 10/03/2016.

Medida Provisória prorroga, até o final deste ano, o prazo para refinanciamento do crédito rural e também dos contratos para aquisição de caminhões e máquinas agrícolas

A Comissão Mista da Medida Provisória (CMMPV) 707 realizou ontem (9), no Senado, a primeira audiência pública para debater a Medida Provisória, que prorroga, até o final deste ano, o prazo para refinanciamento do crédito rural e também dos contratos para aquisição de caminhões e máquinas agrícolas.

A adesão dos bancos e outras instituições financeiras à renegociação de dívidas de agricultores da Região Nordeste foi o principal assunto debatido durante a audiência.

Presente ao evento, o coordenador geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski, avaliou que a questão relacionada aos bancos no que se refere aos prazos para a quitação das dívidas é a maior preocupação do setor, e que para mudar o cenário é necessário um envolvimento maior da sociedade na questão de pressionar os bancos para que criem oportunidades para a renegociação.

“Entendemos que essa renegociação é importante para o setor no sentido de corrigir as dívidas rurais que vem se arrastando há vários anos, principalmente as dos agricultores familiares. Além da aprovação da MP é necessário ainda uma força tarefa entre os parlamentares e as organizações sociais para responsabilizar os agentes financeiros para que estes oportunizem a todos os beneficiários a adesão ao programa de renegociação de dívidas”, afirmou.

Durante o debate, presidido pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), agricultores e transportadores autônomos ressaltaram ainda a necessidade de regulamentação de critérios que possam dar maior segurança para que os dois setores

enfrentem a crise econômica nacional e voltem a produzir. Uma das demandas foi a criação de linhas de crédito rural diferenciadas para as regiões semiáridas; especialmente, do Nordeste, que tem enfrentado grandes períodos de secas rigorosas.

Sobre a Medida Provisória

De acordo com a Medida Provisória 707, a prorrogação do prazo para a cobrança sobre o crédito rural vai até 31 de dezembro deste ano. A MP beneficia, especialmente, os pequenos produtores do Nordeste, que perderam lavouras inteiras com a rigorosa seca iniciada em 2011.

A medida provisória também autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a refinanciar contratos para aquisição de caminhões, chassis, tratores, carretas, cavalos mecânicos, reboques, tanques e carrocerias para caminhões novos e usados. O benefício é direcionado a pessoas físicas, empresas individuais, sociedades, associações e fundações cuja receita ou renda anual seja de até R$ 2,4 milhões. As empresas arrendadoras que se enquadram neste perfil também poderão refinanciar equipamentos.

Vale é denunciada por impactos sociais e ambientais em várias regiões do país. Site do MST, 11/03/2016.

Em ações que se espalharam por diversas cidades as mulheres denunciaram os impactos causados pela Vale ao meio ambiente, e as regiões em que a empresa está instalada.

Durante a semana da Jornada de lutas, mulheres do MST deram o recado à causadora da maior tragédia ambiental do Brasil, a Vale do Rio Doce.

Em ações que se espalharam por diversas cidades as mulheres denunciaram os impactos sociais e ambientais provocados pela Vale nas regiões em que está instalada.

Foi o caso do Maranhão onde 300 mulheres Sem Terra ocuparam os trilhos da Estrada de Ferro Carajás administrada e usada pela mineradora. Com a manifestação, os trens de que transportam minério, desde a mina de Carajás em Parauapebas Pará à São Luís do Maranhão, ficaram paralisados.

As mulheres denunciaram a forma de atuação destrutiva da empresa ao longo dos 25 municípios atravessados pelo corredor Carajás, também conhecido como Corredor da Morte.

Na ação as mulheres também reivindicaram ações específicas para amenizar o impacto da Vale no assentamento Diamante Negro Jutaí e outras comunidades do entorno, também afetadas pelas ações da mineradora.

Os impactos provocados pela Vale no Maranhão e Pará, por onde percorre os trilhos da Estrada de Ferro Carajás, são enormes os mais variados possíveis. Entre os mais comuns estão atropelamentos de pessoas devido a falta de segurança na estrada de ferro. A mineradora ainda vem causando grandes impactos ambientais e sociais com a duplicação da ferrovia na região.

No Pará, cerca de 500 camponesas realizaram um ato pacifista e de denúncias contra a Vale, no município de Parauapebas, sudoeste paraense.

No entanto, o direito de manifestação foi reprimido pela polícia militar na maior província mineral do planeta: A Serra dos Carajás.

O objetivo era fazer um ato simbólico para que não se esqueçam de Mariana e alertar a sociedade que a qualquer momento a tragédia de Mariana pode acontecer em Parauapebas. Além de ser um ato contra a ação do capital e da Vale que comanda o estado do Pará.

Durante o ato a polícia tentou intervir e o ato simbólico se transformou em violência e abuso de poder por parte da PM de Parauapebas, com o uso de bomba de efeito moral e balas de borracha para dispersar as mulheres que cantavam e criavam palavras de ordem. Pelo ao menos seis pessoas foram detidas pela PM e 10 feridas durante o confronto.

Para Ayala Ferreira, da direção do MST, a polícia mais uma vez se mostrou a serviços e mandos da Vale e sua atitude nos mostra que ela ainda sabe como massacrar e que não irá medir esforços a serviço do grande capital. “a intenção dos poderosos da região é implementar a política do medo como fez o major Curió na década de 80”.

As trabalhadoras rurais afirmam que não se calarão diante dos órgãos repressores nas manifestações populares e que a falta de políticas públicas para áreas do campo como saúde, educação, lazer, produção agroecológica, cultura, proteção social e previdenciária, contribuem para a desigualdade social e reforçam a violência contra as mulheres.

Em Minas Gerais, 1500 mulheres Sem Terra da região sudeste também ocuparam as

dependências da mineradora Samarco/Vale, nos arredores da Barragem de Germano (Fundão) travando as estradas, os trilhos e toda extração do Complexo de Mariana.

A ação foi organizada em conjunto com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração e teve o objetivo de denunciar a impunidade no maior crime ambiental da história do país. Passados quatro meses a maior parte das famílias atingidas ainda segue sem qualquer tipo de assistência.

As cidades abastecidas pela água do Rio Doce continuam sofrendo com a contaminação por metais pesados.

Cidades como Governador Valadares, Colatina e Linhares, no Espírito Santo, consomem água comprovadamente contaminada por Arsênio, Chumbo, Mercúrio, Manganês e Cromo.

O Arsênio é utilizado principalmente na extração de ouro, ou seja, é um indício de que poderia haver extração ilegal nestas minas.

Já na capital carioca, 300 camponesas e camponeses ligados ao MST e ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) realizaram um protesto contra a Vale no Rio de Janeiro.

A ação aconteceu em frente ao escritório da Vale, no Leblon, e teve como objetivo denunciar e responsabilizar a empresa pelo crime social e ambiental ocorrido em Mariana, onde centenas de pessoas, segundo informações do MAB, ainda estão desalojadas e desempregadas.

Para Elisangela Carvalho, da direção nacional do MST, a Vale fez uma tentativa de se esconder e evitar protestos na porta da sua sede ao mudar de endereço do Centro do Rio de Janeiro para o Leblon. "Não adianta ela se esconder. Vamos continuar nossas denúncias contra a Vale para mostrar o mal que ela causa a sociedade".

Durante a ação, jovens do Levante Popular realizaram uma mística em que, simbolicamente, devolveram para a Vale a sujeira que a Samarco criou em Mariana. Eles espalharam lama, bandeiras do MAB sujas de terra e recipientes de plásticos, que armazenavam a lama, na frente da sede da Vale. Os nomes dos 19 mortos no desastre de Mariana foram mencionados em voz alta.

A mobilização questionou o atual modelo de mineração e denunciou seus riscos

ambientais. Para o MST, esse é um modelo “predatório”. "A vale mata rio e mata gente. Por isso, não podemos permitir que este modelo de desenvolvimento permaneça. Isso não é progresso e sim, prejuízos, danos e mortes", finalizou Elisangela.

As mulheres Sem Terra de todo país afirmam que seguirão firma na luta contra toda violência, injustiça e impunidade. 2016 será um ano de luta protagonizado pelas mulheres em todo o Brasil.

Mulheres rurais: Na luta por direitos. Tássia Navarro. Site do MDA, 11/03/2016.

As mulheres do campo têm contribuído de forma importante para a produção de alimentos saudáveis, a segurança e soberania alimentar e para o desenvolvimento rural sustentável e solidário do país. São mais de 14 milhões de mulheres no meio rural, representando 47% da população destas áreas. E no mês de março, quando se comemora o dia da mulher, não poderíamos deixar de falar do papel feminino no campo. Para levantar a bandeira da trabalhadora rural e falar da luta dessas mulheres conversamos com a coordenadora nacional do Setor de Gêneros do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), a agricultora Atiliana Brunetto.

Qual a importância do mês de março para as mulheres do campo?

Para as mulheres do campo, a data representa um momento de luta. Temos esse mês como um momento de denúncia do que está acontecendo de grave no meio rural. A gente traz a realidade do campo, mostrando direitos que não avançam para as mulheres rurais, o que não tem avançado nos assentamentos, a questão da valorização do uso da terra, o respeito à natureza. É o momento de colocarmos mesmo como está nossa vida, seja nos assentamentos, nas aldeias, nas unidades da agricultura familiar. Porque a mulher também produz os alimentos consumidos pela maioria dos brasileiros.

Qual o papel das mulheres no campo?

Elas têm um papel importantíssimo, são responsáveis pela permanência da família no campo. As mulheres são as responsáveis pela produção do que a família vai se alimentar, essa é uma das principais funções dela. Elas são, historicamente, conhecidas como as primeiras agricultoras, fomos nós mulheres que demos início a agricultura familiar, plantando e produzindo para si mesmas. Então nós somos agricultoras e observadoras, conseguimos ver as possibilidades que vem das sementes. Desde então, somos nós que

produzimos para a família. A gente vê também que elas desenvolvem a agroecologia desde muito cedo. O que faz das mulheres engajadas na luta de preservação da natureza. Hoje, temos várias conquistas das mulheres do campo, principalmente em relação aos seus direitos. Temos, por exemplo, o Pronaf Mulher. Que é o credito específico para nós e faz uma diferença enorme.

Qual a principal pauta das mulheres rurais?

Nós estamos trabalhando muito a questão dos direitos, que passa pelo crédito, pelo direito à terra e pela alimentação saudável. Também queremos focar na previdência social. São as nossas principais bandeiras para a luta este ano.

Qual o papel das mulheres no MST?

O MST é um dos movimentos que sempre incentivou a participação da mulher na luta. Então nos organizamos e trabalhamos a emancipação da mulher nos assentamentos. Ajudamos na forma de produção e estamos vencendo muitas barreiras para garantir a nossa participação não só no movimento, mas em tudo que nos cerca.

Quais são os desafios futuros?

Vamos continuar na nossa luta para garantir os nossos direitos, não só das mulheres, mas da classe trabalhadora. É um momento difícil e, não vamos abandonar a luta, para de fato fazermos uma transformação nos assentamentos. Garantir recursos para as famílias para que possam sobreviver da terra e se alimentar dela.

AMAZONAS: Conab doa feijão para rede pública de educação. CONAB. 11/03/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência regional do Amazonas, doou 48,6 toneladas de feijão para a prefeitura de Parintins/AM. A ação beneficiará 27 mil pessoas da rede pública de educação do município.

O produto foi retirado pela prefeitura na Unidade Armazenadora da Conab em Pontalina/GO. A conservação adequada para consumo e sua distribuição nas escolas são de responsabilidade da administração municipal de Parintins/AM.

A doação do feijão de estoques públicos foi autorizada por meio do decreto do governo federal nº 8.481/2015, com a finalidade de atender a ações de combate à insegurança alimentar e nutricional.

O produto é destinado a segmentos da população assistidos por órgãos e entidades que integram a Rede Socioassistencial. As prefeituras interessadas devem procurar a Conab no seu estado e retirar o feijão nos armazéns indicados.

Mapa estabelece normas para a importação de cães-guia e produtos agropecuários durante Olimpíadas. MAPA. 11/03/2016.

Instrução normativa traz medidas que os participantes do evento devem cumprir

O Diário Oficial da União desta sexta-feira (11) publicou instrução normativa, assinada pela ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), que estabelece os procedimentos para importação de cães-guia e os produtos para a sua alimentação, que irão acompanhar os atletas dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. O texto define também normas para a importação de produtos de origem animal e vegetal para consumo humano das delegações, organizações e representações diplomáticas dos países participantes tanto dos Jogos Paralímpicos, quanto dos Jogos Olímpicos e de outros eventos associados que ocorrerão no Brasil.

A Instrução Normativa nº 4, de 10 de março de 2016, detalha, por exemplo, como deve ser a importação de cães-guias para a companhia dos atletas. Os animais devem estar acompanhados do Certificado Veterinário Internacional, emitido pela autoridade veterinária do país de origem, contendo todas as garantias sanitárias. O cão-guia com mais de três meses de idade deve chegar ao Brasil imunizado contra a raiva, com vacina autorizada pela respectiva autoridade veterinária.

Os produtos para uso próprio do cachorro devem estar acondicionados individualmente em embalagem apropriada, com o nome comercial do produto, nome e endereço do fabricante, identificação do lote e data ou prazo de validade. Esta identificação precisa estar em português, inglês ou espanhol.

O texto esclarece ainda quem são as pessoas que devem seguir as orientações do governo brasileiro. São atletas, preparadores técnicos, pessoal médico e paramédicos; dirigentes e pessoal de apoio em geral; árbitros e profissionais antidoping; membros do Comitê

Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paralímpico Internacional (CPI); membros dos comitês olímpicos e federações desportivas; membros da World Anti-Doping Agency (Wada) e da Court of Arbitration for Sport (CAS); e observadores credenciados e membros de entidades estrangeiras.

Ministério da Agricultura garante biossegurança nas provas equestres. Priscilla Mendes e Cláudia Lafetá - MAPA. 11/03/2016.

Centro Olímpico de Hipismo está sob total vazio sanitário e rigorosos cuidados veterinários

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vem desenvolvendo uma série de ações sanitárias para garantir a biossegurança do Centro Olímpico de Hipismo (COH) e a saúde dos cavalos que disputarão as provas equestres durante os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Desde abril de 2015, o centro de hipismo está sob total vazio sanitário e rigorosos cuidados de biossegurança e assim permanecerá até a chegada dos primeiros cavalos que disputarão os jogos. Fiscais federais agropecuários trabalham in loco há mais de dois anos para assegurar a implantação das diversas ações sanitárias.

O trabalho de vigilância – que garante a sanidade não apenas dos animais do Complexo Militar de Deodoro (CMD), mas também das propriedades ao redor – resultou na entrega à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) de um documento oficial no qual o Brasil declara que o complexo militar é área livre de doença de equinos.

Ações

Desde 2012, o Mapa realiza discussões em fóruns internacionais sobre requisitos sanitários para entrada e permanência dos cavalos no Brasil durante os jogos. Enviou especialistas aos Jogos Pan-Americanos Guadalajara, em 2011, e às Olimpíadas de Londres, em 2012, para observar a movimentação internacional de equinos e acumular conhecimentos sobre o assunto.

Veja abaixo as ações promovidas pelo Ministério da Agricultura para garantir a biossegurança dos locais das provas:

• Discussão sobre facilitação da movimentação internacional de equinos de elevado estado sanitário nos Jogos Pan-Americanos Guadalajara, em 2011.

• Participação no programa de observadores do governo federal nos Jogos Olímpicos Londres 2012, com foco na estrutura de recepção dos animais no Aeroporto Internacional de Heathrow.

• Discussão na OIE sobre o conceito de Equinos de Elevado Estado Sanitário e das estratégias para a facilitação do trânsito internacional desses animais.
• Acompanhamento da retirada dos animais do Centro Olímpico de Hipismo para realização do evento teste, que ocorreu em 6 de fevereiro de 2015.
• Acompanhamento da retirada dos animais de toda a área do centro em 8 de abril de 2015, início do vazio sanitário prévio aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.
• Suporte ao Comitê Rio 2016 para elaboração do "Planejamento de Biosseguridade para o Evento Teste de Hipismo 2015 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016".
• Publicação da Instrução Normativa 08, de 7 de abril de 2015, que determina os requisitos sanitários para importação temporária de equinos em excelente estado sanitário para participação nos Jogos Olímpicos.

• Publicação da Instrução Normativa 09, de 23 de abril de 2015, que aprova o Regulamento da Defesa Agropecuária relacionado a todos os equinos de excelente estado sanitário que participarão dos jogos e aos seus insumos (alimentos e produtos veterinários).
• Coordenação dos trabalhos do serviço veterinário oficial para saneamento de foco de mormo no Complexo Militar de Deodoro, notificado em 30 de junho de 2015, e ações finalizadas em novembro de 2015.

• Entrega à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) do "Informe de Autodeclaração do Brasil para os Jogos Olímpicos – área de Risco Negligenciável para Doença de Equinos".

• Negociação de certificados veterinários internacionais propostos pelos serviços veterinários estrangeiros para amparar a exportação temporária ao Brasil de cavalos para a participação nos jogos, bem como o seu retorno aos respectivos países de origem.

Vigilância

Os cavalos de competição vão desembarcar exclusivamente no Aeroporto Antônio Carlos Jobim (Galeão), no Rio, em voos fretados. A recepção dos animais será feita por servidores do Sistema de Vigilância Agropecuária Intern acional, do Mapa, que cuidarão do desembaraço aduaneiro do ponto de vista sanitário, dos animais e seus insumos.

Ao desembarcar, os representantes das delegações devem apresentar os documentos de trânsito e as certificações veterinárias internacionais dos cavalos. Os animais terão identificação individual através de microchip e serão levados ao Centro Olímpico de Hipismo, em rota pré-determinada, com escolta feita pela organização do evento. Após passarem pela segunda inspeção, serão acomodados em baias individuais, medida que garante a condição sanitária.

Durante as Olimpíadas e até retorno ao país de origem, os cavalos serão mantidos sob supervisão contínua de veterinários e fiscais federais agropecuários. Para o retorno, foram negociados certificados veterinários internacionais de acordo com as normas de cada país, que serão emitidas por fiscal do Ministério da Agricultura.

Em Pernambuco, Audiência Pública debate renegociação das dívidas rurais. CNA. 14/03/2016.

A realização do encontro em Petrolina atende a um pleito da FAEPE, uma vez que, a região do Vale do São Francisco tem forte adesão ao crédito rural.

O entrave na implantação de medidas que favoreçam os produtores endividados do Nordeste, no refinanciamento de suas dívidas foi debatido pelo presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (Faepe), Pio Guerra, durante Audiência Pública realizada em Petrolina, na última sexta-feira (11/03).

O assunto integra a Medida Provisória 707/2015, sob análise da Comissão Mista de Medida Provisória (CMMPV), presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho. Ele destacou que a escolha do município para realização da audiência foi estratégica e atende a um pleito da Federação, uma vez que, a região do Vale do São Francisco tem um número expressivo de adesão ao crédito rural.

Na ocasião, Pio Guerra apresentou estudo elaborado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e suas federações de agricultura nordestinas, em conjunto com a Bancada do Nordeste. O documento serviu de base para elaboração de emendas que serão inseridas na MP 707. Entre as principais propostas, merecem destaque o pedido de remissão para dívidas com saldo devedor atualizado em 31/12/2015 para valores de até R$ 10 mil; o recálculo do saldo devedor para uniformizar a apuração da dívida, com exclusão dos encargos de inadimplência e multas; e a renegociação dos débitos, fixando

o vencimento da primeira parcela para 2021 e da última para 2030, com aplicação dos encargos estabelecidos pelo artigo 9º da Lei nº 12 . 8444, limitado ao máximo de 3,5% ao ano, além da possibilidade de amortização da dívida.

O presidente da FAEPE destacou que, grande parte dos produtores que se encontram na situação de devedor, são prejudicados pela falta de medidas eficientes, que possibilitem a convivência produtiva na região semiárida. "É lamentável estarmos em 2016 e os fenômenos das secas, que se repetem ao longo de tantos anos, recebam do poder público e de todos um tratamento que se vê repetido e sem solução", criticou. Ele informou, ainda, que doze milhões de nordestinos sofrem as consequências da estiagem prolongada, 1.200 municípios já decretaram estado de emergência e mais de sete milhões de cabeças de gado desapareceram. Em Pernambuco são mais de um milhão e duzentas mil pessoas atingidas. Dados do IBGE apontam uma redução de mais de 30% da área cultivada e cerca de 50% do Valor Bruto da Produção, se comparado a 2011.

O pecuarista paraibano, Francisco de Assis (66), disse estar esperançoso com a iniciativa."O Nordeste precisa se unir em torno de um projeto agrícola eficiente", reivindicou seu Francisco. Ele é um dos devedores e alega ter perdido mais de 80% da sua produção por conta de seca.

Participaram da audiência o senador José Pimentel, o assessor técnico da CNA, Edvaldo Brito, o presidente do Sindicato Rural de Petrolina, Edis Matsumoto, o diretor da Associação dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abafrutas), Guilherme Coelho, o presidente do Instituto da Fruta da Bahia, Ivan Pinto, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, Francisco Pascoal, além de produtores dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia.

Debates – As próximas audiências serão realizadas na Assembleia Legislativa de Fortaleza, na segunda-feira (14/03), no Senado, no dia (16/03), com a participação de representantes dos ministérios da Fazenda, da Agricultura (Mapa) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), além dos bancos Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), do Nordeste (BNB) e do Brasil (BB). E na Paraíba, no dia (18/03). Assim que aprovada na comissão, a MP será apreciada nos plenários da Câmara e do Senado. O texto deve ser votado até o início de junho.

Clima e agricultura: produção além das adversidades. Flávia Dias. Site do MDA, 15/03/2016.

A força com que os fenômenos meteorológicos têm se manifestado, nos últimos anos, tem surpreendido e afetado a vida de quem tira do campo o seu sustento. A agricultura é a atividade econômica mais sensível a essas alterações climáticas bruscas, sendo os produtores familiares os mais vulneráveis aos revezes do tempo. Para alertar a população para sobre essas descompensações atmosféricas, celebra-se, na data de 16 de março, o Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas. O objetivo é atentar para a necessidade de ações que reduzam o impacto dessas alterações no meio ambiente.

Conforme o meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Fabrício Silva, fenômenos extremos, como seca severa e chuvas intensas, são acontecimentos normais na natureza. No entanto, ele destaca que nos últimos anos as mudanças bruscas no tempo estão mais frequentes.

Muitos são os fatores que têm colaborado para que isso ocorra. Na região Amazônica, o desmatamento é o que mais contribui negativamente para as condições climáticas. De 2005 para cá, segundo Silva, a região intercalou três grandes eventos de seca, seguidos de períodos de muita chuva. “A série histórica do clima aponta que esses fenômenos estão se alternando em um espaço menor de tempo”, explica.

São Paulo é outro exemplo. Entre os anos de 2013 e 2014, o estado passou por uma grande seca, o que levou a uma crise hídrica. Em 2001, o mesmo fenômeno já havia ocorrido, porém com impacto menor para a população, porque não faltou água. De acordo com o meteorologista, estudos apontam que, na década de 60, já tinham ocorrido períodos de seca bem semelhantes no estado. “Tivemos períodos de seca normais em outros momentos, mas não tão intensos como nesses dois últimos episódios, 2001 e 2014. Então, realmente parece que eventos dessa magnitude estão acontecendo em períodos cada vez menores de tempo”, analisa.

Agricultura Familiar

No Nordeste sabe-se que a falta de chuva é comum. Mas o que chama a atenção, segundo Silva, é que a seca severa na região já vai para o seu quinto ano consecutivo. E, justamente no semiárido nordestino estão muitos dos agricultores familiares, os mais vulneráveis às mudanças do clima. São produtores de baixa renda, e muitas vezes a agricultura praticada por eles é de subsistência. Se as chuvas e as temperaturas forem favoráveis, eles

conseguem produzir para estocar, se alimentar, comercializar e ter sementes para lavoura do próximo ano. Mas a regra, na região, é a quebra de safra.

“Esses produtores dependem fortemente do clima. Com condições meteorológicas desfavoráveis, eles não conseguem crescer por si, ter uma renda ou recursos para adquirir máquinas modernas. Analisando esses fatores, pode-se dizer que essas alterações climáticas poderão causar ainda mais desigualdade social”, avalia.

Seca castiga o Nordeste

O quinto ano de seca no Nordeste fez com que a plantação de milho do produtor familiar Raimundo Antônio de Oliveira, 57 anos, fosse mais uma vez perdida em 2015. Nos sete hectares de lavoura, ele conseguiu colher apenas 23 sacas de milho, o que deu apenas para alimentar os animais da sua propriedade, localizada no município de Jardim, no Ceará. Em condições normais, Oliveira diz que a perspectiva é colher entre 60 e 80 sacas do grão por hectare. “Retirar apenas 23 sacas, considero perda total da lavoura”, explica.

Oliveira também tem a plantação assegurada pelo **Seguro da Agricultura Familiar** (Seaf). Recebeu em 2014 e já solicitou o benefício referente ao ano passado. “Ter uma roça assegurada ajuda muito. Se o tempo é bom, tenho como pagar o empréstimo no banco e dá até para plantar mais”, fala.

Por causa do longo período de seca, Oliveira conta que muitos vizinhos foram trabalhar em outros estados, para terem como sustentar a família que ficou na propriedade. E, a previsão do tempo, para 2016, continua adversa para a agricultura. “A perspectiva é de outro ano de tempo muito seco. Choveu em janeiro, o que surpreendeu a todos. Em fevereiro, caiu uma chuvinha. Até agora, em março, não caiu uma gota. Já começamos a perder as lavouras, o que começou a germinar já está secando”, comenta.

Granizo prejudica lavouras no Sul

Mas o excesso e água também é um problema. Um temporal de granizo e ventos fortes foi suficiente para acabar com os 12 hectares de soja plantadas pelo agricultor familiar Elias Daniel de Oliveira Ferreira, 29 anos, do município gaúcho de Giruá. Ele lembra que o fenômeno, intenso e atípico, arrancou árvores do chão.

A soja leva cinco meses entre ser semeada e colhida. A lavoura de Ferreira já tinha dois meses de cuidados quando foi atingida pelo temporal. Esse tipo de cultura representa 50% da sua renda, o restante vem da produção de leite. Preocupado com as perdas, o agricultor,

que também planta milho para alimentação animal, acessou o **Seguro da Agricultura Familiar** (Seaf) para amenizar os prejuízos.

Ferreira conta que o custo de uma lavoura de soja é elevado. “Tenho amigos que perderam tudo por causa das condições climáticas. Perderam a produção e tiveram que vender suas propriedades para pagar os empréstimos no banco”, comenta.

Futuro

Para o futuro, o meteorologista usa como referência o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) - principal organismo internacional para a avaliação da mudança climática, que aponta que esses fenômenos atmosféricos extremos continuarão e serão cada vez mais intensos e frequentes. Com chuvas muito fortes em uma região e períodos de seca prolongados em outras.

Conforme Silva, pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostram que, caso essas projeções se confirmem, a produtividade de muitas culturas no país poderá ser atingida. As regiões mais vulneráveis seriam o Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste, por apresentarem uma distribuição irregular, parcial e temporal da chuva, que é normal para essas áreas, mas que impactaria, principalmente, nas culturas de milho e feijão. “Estima-se que o milho poderia ter uma redução média de 16% na sua produtividade no Brasil. Já o trigo, uma cultura muito praticada no Sul, sofreria uma redução de 30% devido ao aumento das temperaturas”, observa.

Ele cita ainda outra questão, as doenças e pragas das lavouras. Assim como as mudanças climáticas poderão favorecer determinadas culturas, algumas pragas poderão ganhar força ou surgirem nesse novo cenário. “Não é apenas uma questão de mais chuvas ou elevação das temperaturas, teremos que lidar também com esse outro problema nas lavouras”, adverte.

Orgânicos desidratados são opção para assegurar renda. Site do MDA, 16/03/2016.

A embaixadora Lorena Martínez visita agroindústria familiar

Em visita ao Brasil, a embaixadora da República da Nicarágua, Lorena Martínez, visitou nesta quarta-feira (16), juntamente com uma equipe do MDA, a Desifrut - agroindústria familiar de processamento de frutas tropicais desidratadas, localizada na região de Sobradinho dos Melos, próxima a capital federal.

A visita teve o objetivo de proporcionar à embaixadora a oportunidade de conhecer uma pequena estrutura de processamento de frutas, uma vez que em seu país há muita fruta e a maioria é vendida, in natura, em feiras. Segundo Lorena, o não processamento gera uma perda muito grande. “Se nossos agricultores processassem a produção, além de agregar valor, venderiam o produto o ano todo e não apenas nas épocas de colheita”, disse a embaixadora ao salientar que, “no restante do ano, eles chegam a passar necessidades”.

Desifrut

Há cerca de oito anos, o casal Norma Sueli Martins Siqueira e Eurípedes Almeida Costa criou a Desifrut, uma unidade bastante simples e pequena. Os proprietários se dedicam a desidratação de frutas, vegetais e condimentos orgânicos. “Percebemos que os produtosin natura tinham um grande percentual de perda e, para fugir desse desperdício, pensamos na desidratação”, afirma a agricultora familiar.

Atualmente, os produtos da Desifrut são comercializados no galpão da agricultura familiar no Ceasa, na Torre Digital e em diversas feiras do Distrito Federal.

Mapa regulamenta produção, registro e comércio do pó de rocha na agricultura. Priscilla Mendes – MAPA. 15/03/2016.

Com nova legislação, consumidor terá maior garantia de qualidade do insumo

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) normatizou a produção, o registro e comércio dos remineralizadores, conhecidos popularmente como “pó de rocha”. Trata-se de uma rocha moída e peneirada que tem a função de melhorar a qualidade física e química do solo. A diferença para os fertilizantes comuns está na solubilidade e concentração, mas ambos têm atuação complementar. Com a nova legislação, o consumidor poderá atestar a qualidade desses produtos, que agora passarão a receber registro do Mapa.

As instruções normativas 5 e 6, publicadas na edição dessa segunda-feira (14) do Diário Oficial da União, estabelecem diversas exigências aos fabricantes, a fim de garantir a oferta de produtos de qualidade e seguros. Além disso, definem as regras que serão exigidas pelo ministério na hora do registro.

A regulamentação dos remineralizadores representa mais uma opção para o agricultor brasileiro, que já conta com o calcário e os fertilizantes minerais para recuperar a

fertilidade do solo. Essa é uma demanda antiga do setor, especialmente dos produtores de orgânicos, que não utilizam fertilizantes minerais, mas admitem o uso do "pó de rocha".

A ministra Kátia Abreu destacou que uma das maiores vantagens do pó de rocha é a disponibilidade em abundância e o baixo custo. Uma tonelada de fertilizante mineral tem custo médio de R$ 1,5 mil, enquanto a mesma quantidade de remineralizador custa R$ 200 a 300 (levando-se em conta despesas com taxa de aplicação e frete).

"São minerais naturais abundantes no território nacional, de fácil exploração e logística de distribuição. Podem suprir parte das necessidades nutricionais das plantas e atuar em conjunto com os fertilizantes tradicionais na recuperação da fertilidade da terra", explicou a ministra.

Exigências técnicas

As instruções normativas do Mapa estabelecem regras para registro dos remineralizadores, definem sanções administrativas e medidas cautelares e aprimoram procedimentos de inspeção e fiscalização da produção e do comércio desses insumos.

Os textos tratam ainda dos substratos das plantas, que já estavam regulamentados por lei como uma categoria de corretivos do solo. Com a nova legislação, deixa de ser uma categoria e passa a ser uma classe de produto.

Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da CNA realiza pesquisa sobre setor florestal não madeireiro. CNA. 15/03/2016.

A Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) convoca produtores rurais não-madereiros a responder pesquisa que irá contribuir com o Ministério da Agricultura na formulação e implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDFP), que será o instrumento norteador da Política Agrícola para Florestas Plantadas, definida no Decreto No 8.375/2014.

Assim como para os produtos madeireiros, o conhecimento sobre indicadores estratégicos das cadeias representativas dos produtos florestais não madeireiros, como a borracha natural, resina, taninos, óleos essenciais, dentre outros, é extremamente importante para que esses setores estejam representados nas políticas públicas, para melhorias nas condições de acesso a mercado, crédito, seguro rural, preço, dentre outros.

Para a construção desses indicadores, a Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura elaborou, em conjunto com o Centro de Inteligência em Mercados da Universidade Federal de Lavras (CIM/UFLA), o questionário- Pesquisa CNA sobre a Produção não madeireira , cujo objetivo é conhecer a realidade do segmento de produtos florestais não madeireiros.

Começa 2ª etapa de fiscalização de estoques públicos. CONAB. 15/03/2016.

Os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul começam a receber a visita de técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Uma equipe de 14 profissionais deu início, nesta semana, às ações da 2ª etapa de 2016 de fiscalização de estoques públicos. Os trabalhos prosseguem até dia 24 deste mês. Durante esta etapa, os fiscais também inspecionarão os estoques privados de arroz nos estados do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A expectativa é fiscalizar 304 mil toneladas dos estoques públicos de arroz, milho, feijão, café, trigo, farinha e fécula de mandioca, em 81 armazéns próprios e credenciados nos seis estados. Os produtos foram adquiridos por meio de Aquisição do Governo Federal – AGF e Contrato de Opção, entre outras modalidades. Os fiscais observam, entre outros quesitos, as condições de armazenagem, conservação e a quantidade dos produtos armazenados.

Na primeira etapa de 2016, realizada entre 15 de fevereiro e 06 de março, foram vistoriados 80 armazéns localizados na Bahia, Sergipe, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Pará, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, resultando na fiscalização de 1,66 milhões de toneladas de produtos. Foram verificadas cerca de 1,6 mil toneladas de perdas e a desclassificação de 660 kg de café e 30,6 toneladas de feijão.

No caso das perdas, os armazenadores responsáveis terão que indenizar a Companhia. Já no caso da perda de qualidade do café e do feijão, será aberta sindicância para apurar os motivos da desclassificação dos produtos. Quando é identificado algum desvio, a irregularidade é informada ao Ministério Público e à Polícia Federal. Além disso, a armazenadora fica impossibilitada de operar com a Companhia por dois anos e deve restituir o estoque inicial em dinheiro ou em produto.

Até o final deste ano outras sete rodadas de fiscalizações estão programadas, além das operações especiais conforme demanda dos programas operados pela Companhia.

Vendas em Balcão - Além dos estoques públicos, os fiscais da Conab irão validar as vendas e avaliar a a situação cadastral dos beneficiários do Programa de Vendas em Balcão. Serão fiscalizados 45 beneficiários nos estados do Rio Grande do Sul. Santa Catarina, Tocantins e Minas Gerais. Os fiscais irão conferir o plantel dos beneficiários e constatar a utilização correta do milho comprado por meio do Programa.

No mês passado, outros 47 beneficiários dos estados de Goiás, Bahia e Distrito Federal foram vistoriados. Deste total, 36% estavam com cadastro desatualizado. A partir das vistorias as informações foram atualizadas. Caso os fiscais verifiquem alguma irregularidade grave, é aberto um processo para averiguação e, confirmada a fraude, o beneficiário pode ser suspenso do Programa.

Em workshop realizado pela CNA, produtores do sudeste propõem maior agilidade no zoneamento agrícola. Site da CNA. 15/03/2016.

A principal demanda dos produtores rurais da região Sudeste, para integrar o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017, diz respeito à questão do zoneamento agrícola. Os agricultores e pecuaristas dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo levaram à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) a expectativa por maior agilidade no processo.

Desde o início do mês, membros da Comissão Nacional de Política Agrícola da Confederação realizam nas regiões brasileiras workshop para levantar propostas de aperfeiçoamento de políticas agrícolas e pecuárias para o país. Nesta segunda-feira (14/03), na sede da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), as principais lideranças do setor, produtores rurais, representantes de sindicatos e federações de agricultura e pecuária da região participaram do encontro.

Para o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, a discussão foi muito rica, principalmente porque a grande marca da produção agropecuária da região Sudeste, e em especial de Minas Gerais, é sua diversificação. Assim, tornando as demandas setoriais igualmente diversas, com necessidades de linhas específicas. “Um exemplo foi a questão

do zoneamento agrícola, item muito destacado no encontro, a ser modificado dentro das linhas de governo com maior agilidade".

Segundo Lucchi, também é grande a apreensão dos produtores em relação aos recursos financeiros disponíveis, em razão da conjuntura política e econômica do país. "A tomada de crédito, principalmente para investimentos, requer muita precaução. O ano deve mesmo ser balizado mais pelo custeio. Já prevemos muita dificuldade de disponibilização de recursos, então as propostas estão muito mais em torno do aperfeiçoamento dos sistemas que regem o crédito, com desburocratização e maior celeridade", finalizou.

A coordenadora da assessoria técnica da FAEMG, Aline Veloso, explicou que, a partir da consulta aos sindicatos e Comissões Técnicas, a federação agregou às propostas itens específicos para cadeias como fruticultura, olericultura e diversas atividades de pecuária, visando a adequação de linhas de crédito como Inovagro, Moderinfra, Pronamp, PCA e ABC para melhor atenderem aos produtores. "Já antevemos um ano de crédito bastante conturbado, com taxas de juros altas e vimos contingenciamento para o seguro rural. Será importante divulgarmos informações para que os produtores tenham cautela e saibam avaliar o momento certo de investir".

Ela destacou que o encontro foi importante também para receber informações e as demandas, reunidas pela equipe da CNA, nos encontros regionais: "São informações importantes para nos posicionarmos e retratar nossas realidades nas propostas. Continuaremos trabalhando em conjunto com a CNA para o Plano Plurianual e o Seguro Rural ao longo do ano".

Workshop - Também foram debatidos assuntos decisivos para o setor, como: conjuntura econômica do país com foco no Plano Agrícola, crédito rural (volume de recursos e taxas de juros), política de garantia de preço mínimo, seguro rural, zoneamento agrícola de risco climático e demandas setoriais.

As propostas aprovadas nas reuniões regionais vão compor um documento que servirá de subsídio ao Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA) para elaboração do Plano Agrícola e Pecuário. A equipe da CNA também está aproveitando os encontros regionais para colher propostas para a elaboração da Lei Agrícola Plurianual, que terá um encaminhamento diferente, fora do Plano Agrícola.

Governo está empenhado em solucionar inadimplência de agricultores do Semiárido, diz diretor do Mapa. Inez De Podestà - MAPA. 16/03/2016.

Representante do ministério participou nesta quarta (16) de debate no Congresso Nacional

Ao participar nesta quarta-feira (16) da audiência pública da comissão mista do Congresso Nacional que analisa a medida provisória que dá mais tempo aos agricultores do Seminário para pagarem suas dívidas, o diretor de Estudos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Wilson Vaz de Araújo, apresentou dados do impacto da estiagem na região na produção agrícola e pecuária, desde a safra 2009/10 até 2014. Ele garantiu também que o Mapa e a área econômica do governo estão empenhados em resolver a situação de inadimplência dos produtores nordestinos.

"Os números indicam perdas agrícolas nos últimos quatro anos, afetando a renda dos agricultores e comprometendo os compromissos contraídos com as instituições financeiros, como o Banco do Brasil e Banco do Nordeste", disse o diretor do Mapa.

A MP 707/2015 suspende até 31 de dezembro de 2016 o envio das operações de crédito em atraso para inscrição em dívida ativa da União e para a cobrança judicial. A medida não trata de perdão das dívidas, mas do alongamento do prazo dado pelo governo e vence em 1º de abril.

Estudo

A SPA fez um estudo da quantidade produzida, área colhida e do valor da produção principalmente dos estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, Rio Grande do Norte e de Sergipe.

A pesquisa abrange também o rebanho bovino e a produção leiteira do semiárido, sem considerar a região do Matopiba.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) também fez o monitoramento mensal da seca no período de setembro de 2011 a junho de 2015, constatando redução drástica da precipitação da chuva nos estados da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Também participaram da audiência pública representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Banco do Nordeste e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Zoneamento pode se tornar mais flexível. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 16/03/2016.

Ao mesmo tempo em que tenta fechar uma nova proposta para ajudar os produtores a se protegerem de oscilações de preços, o Ministério da Agricultura também trabalha na remodelação do zoneamento agrícola de risco climático, espécie de mapa que define todos os anos uma lista de quais municípios estão aptos para o plantio de determinadas culturas.

Como funciona atualmente, se por alguma razão técnica uma cidade ficar de fora desse zoneamento, seja pela probabilidade de um evento climático ocorrer - uma estiagem prolongada ou chuva de granizo, por exemplo - os produtores daquela localidade não podem contratar crédito rural em agências bancárias.

A simples exclusão de um município das portarias de zoneamento, publicadas todos os anos no "Diário Oficial da União", já impede automaticamente o banco de conceder financiamentos aos agricultores ali radicados. Atualmente, esses zoneamentos recomendam os cultivos de lavouras apenas onde há riscos inferiores a 20% de perda de safra.

Como explica Célio Porto, coordenador de Política Agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e ex-secretário do ministério, em tese esse modelo está sujeito a pressões políticas de prefeitos, muitos dos quais tentam reverter decisões técnicas para "proteger" suas cidades.

Para tentar mudar essa situação, a ideia da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura é acabar com o conceito de "municípios aptos para plantio" e passar a adotar percentuais de risco climático por cidade, segundo critérios de tipos de solo, sementes e de períodos de plantio. Dessa forma, o zoneamento poderá definir que o risco de seca em um determinado município é de 25%, enquanto em um outro é de 30%. Assim, a concessão de crédito ficaria a cargo do banco.

Segundo André Nassar, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura - que chama o novo modelo de RiscTec (Referencial Tecnológico de Riscos Agropecuários) -, o objetivo é entregar um projeto com essas mudanças ainda este ano.

Para isso, promete estimular a criação de um consórcio de pesquisa em agrometeorologia formado pela Embrapa, universidades e institutos de pesquisa para que as previsões climáticas tenham cada vez mais precisão. A revisão dessa política também atende a recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), que no passado já apontou diversas falhas em análises políticas do zoneamento.

Departamento de Sanidade Vegetal tem novo diretor. Site do MAPA. 16/03/2016.

Nomeação foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (16)

O novo diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foi nomeado nesta quarta-feira (16). Marcus Vinicius Segurado Coelho é agrônomo e ex-coordenador de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados do ministério. Ele entra no lugar de Luís Rangel, que atualmente ocupa o cargo de Secretário de Defesa Agropecuária.

Ministério cria câmaras setoriais da Pesca e da Aquicultura. João Carlos Rodrigues – Site do MAPA. 16/03/2016.

Órgãos são formados por representantes do governo e da iniciativa privada

Mais duas câmaras setoriais foram instaladas nesta quarta-feira (16) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa): a da Pesca e da Aquicultura. Criadas por determinação da ministra Kátia Abreu, elas reúnem representantes do governo e do setor privado para analisar o cenário das duas cadeias produtivas e propor medidas para fortalecê-las, seja no aprimoramento da legislação ou em aspectos econômicos.

De acordo com o secretário nacional de Pesca e Aquicultura, Marlon Cambraia, a instalação das duas câmaras é importante para aproximar esses setores das políticas públicas traçadas pelo Mapa. “O ministério precisa da contribuição desses segmentos do setor privado.”

Os representantes da Câmara Setorial da Pesca definiram quatro temas prioritários para este ano: gestão pesqueira, processamento e indústria/infraestrutura e fomento, propostas de projetos de lei e debates sobre pendências do setor.

Já os integrantes da Câmara Setorial de Aquicultura estabeleceram como prioridades estes assuntos: comercialização e competividade, licenciamento ambiental, crédito e fomento, sanidade, difusão e geração de novas tecnologias e águas da União.

Nesta quinta-feira (17), o Mapa vai instalar a Câmara Setorial da Carcinicultura.

FETRAF/BRASIL realiza primeira reunião ampliada de 2016. FETRAF. 16/03/2016.

IV Congresso da FETRAF e a Jornada Nacional de Lutas estão na pauta para debate.

A FETRAF/BRASIL realiza durante os dias 16 e 17 de março a primeira reunião ampliada do ano de 2016 com a participação dos coordenadores nacionais e das Federações estaduais.

Durante o encontro serão discutidos assuntos acerca do IV Congresso que será realizado dos dias 11 a 14 de abril, da Jornada Nacional de Lutas, do programa habitacional Minha Casa Minha Vida 2 e do fortalecimento do MDA e INCRA como instrumentos operacionalizadores de políticas relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária.

O coordenador geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski, explica que além do Congresso, a entidade prepara uma pauta específica para a Jornada Nacional de Lutas que deverá ser apresentada ao Governo Federal no mês de abril. “Sabemos que estamos atravessando um momento difícil do ponto de vista da conjuntura política, social e econômica. Mas nós vamos nos posicionar em defesa da democracia e da garantia dos direitos dos trabalhadores”, disse.

Preocupado com as questões referentes ao Minha Casa Minha Vida 2, Marcos avalia ser necessário um diálogo maior entre a entidade, os agentes financeiros e o Ministério das Cidades para a criação de estratégias que culminem na retomada do programa bem como os de assistência técnica e extensão rural.

“Temos uma pauta extensa e esperamos que a partir dessa reunião possamos organizar a nossa agenda, passando pelos momentos de mobilização até a realização do nosso Congresso”, finalizou.

Incentivo às exportações de café da agricultura familiar. Site do MDA, 17/03/2016.

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou linha de financiamento excepcional de US$ 30 milhões para as exportações de café verde da agricultura familiar destinadas para países em desenvolvimento. O pleito foi apresentado e defendido na Câmara pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na avaliação da chefe da Assessoria Internacional e de Promoção Comercial do MDA, Cristina Timponi, a medida representa uma ação efetiva do governo federal no fomento do desenvolvimento das cooperativas e de seus agricultores familiares, estimulando a geração de renda para essas famílias. A produção de café no Brasil é realizada por aproximadamente 300 mil estabelecimentos rurais, dos quais 81% são da agricultura familiar. Eles são responsáveis por cerca de 38% do Valor Bruto da Produção de café no país.

"O setor cafeeiro é muito relevante no Brasil, estruturado a partir da agricultura familiar, com política de crédito, de modernização da cadeia e estamos complementando a nossa política com apoio para a comercialização internacional. As cooperativas da agricultura familiar demonstram um enorme potencial a ser explorado, que carece de instrumentos de financiamento à exportação adequados”, destacou a assessora Cristina Timponi.

O financiamento à exportação de café, aprovado pela Camex, para as cooperativas de agricultura familiar são instrumentalizadas pelo Programa de Financiamento à Exportação (Proex), na modalidade Financiamento, e operacionalizadas pelo Banco do Brasil. Além disso, estas exportações devem ser destinadas para países importadores líquidos de alimentos classificados pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Por fim, o crédito à exportação é válido apenas para as entidades da agricultura familiar que possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica ativa junto ao MDA.

TRT proíbe usina da Abengoa de pagar cortador de cana por produção. Valor Econômico. 17/03/2016.

Segue nota atualizada às 15h55 com posição da empresa a partir do 5º parágrafo:

A 1ª Turma de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas (SP), determinou que a Abengoa Bioenergia Agroindústria deixe de remunerar os empregados por unidade de produção (tonelada cortada), tendo que adotar o sistema de pagamento salarial por tempo de trabalho. Cabe recurso ao Tribunal Superior do Trabalho.

A decisão reforma uma outra decisão, de primeira instância, da Vara do Trabalho de Porto Ferreira (SP). Conforme o Ministério Público do Trabalho (MPT), autor da ação contra a Abengoa, o salário por produção é um dos temas trabalhistas mais discutidos por operadores do direito na última década. Em decorrência do baixo piso das diárias mínimas (ou até do não pagamento das diárias), os trabalhadores acabam por praticar um esforço subumano na busca por um ganho salarial mais compensador, o que pode resultar em casos de exaustão, doenças ocupacionais e até mortes.

De 2003 até hoje, de acordo com informações do MPT, dezenas de pessoas morreram no ambiente de trabalho, em meio à atividade de corte de cana. A causa dos óbitos, em geral, é provocada por infarto ou AVC (acidente vascular cerebral), intimamente associados à alta de pressão.

Conforme o MPT, além da ação civil pública, a Abengoa Bioenergia Agroindústria responde a uma execução judicial no valor de R$ 112 mil pelo descumprimento de um acordo firmado com o Ministério Público perante o Judiciário Trabalhista. De acordo com o MPT, a empresa desrespeitou cláusula em que se comprometeu a fazer a medição de temperatura nas frentes de trabalho e, se observado calor excessivo, a conceder pausas para descanso, ou realizar a suspensão das atividades. O processo tramita na Vara do Trabalho de Porto Ferreira.

Em nota, a Abengoa Bioenergia defendeu que a "remuneração por produção, conforme previsto no art. 7º da Constituição Federal, foi legitimamente contratada em acordo coletivo celebrado com o sindicato da categoria e atende aos interesses dos próprios trabalhadores, estimulando e incrementando a atividade econômica do país"

A empresa disse ainda que os trabalhadores no corte de cana na Abengoa não estão submetidos a extenuantes jornadas e a esforços físicos que coloquem em risco a sua saúde. "A jornada de trabalho dos cortadores de cana é das 07h00 às 15h20, com intervalo de 01h20, além de quatro pausas para descanso"

A empresa disse que no prazo legal, pretende recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho "visando a reversão de sua condenação.”

Criada câmara setorial da cadeia do camarão. João Carlos Rodrigues - MAPA. 17/03/2016.

Governo e setor privado vão debater temas como competitividade, sanidade e licenciamento ambiental

O agronegócio tem mais uma câmara setorial no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). É a da Carcinicultura, que tratará de assuntos relacionados à produção e comercialização de camarão. O órgão colegiado, formado por representantes do governo e do setor produtivo, foi instalado nesta quinta-feira (17), em Brasília. Uma de suas metas é propor políticas públicas para dar mais condições de competividade ao setor, permitindo sua ampliação nos mercados interno e externo.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carcinicultura também deve tratar de questões como mercado, sanidade, licenciamento ambiental, crédito, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Para o secretário nacional de Pesca e Aquicultura, Marlon Cambraia, é fundamental que o setor da produção de camarões faça debates sobre esses temas e contribua para formulação de políticas públicas.

O setor movimentou cerca de R$ 2 bilhões em 2014 e gera hoje em torno de 50 mil empregos diretos e indiretos, segundo o diretor-presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão, Itamar Rocha. A produção atual é estimada em 76 mil toneladas/ano, mas esse volume pode ter significativa expansão nos próximos anos. “O Brasil tem 1 milhão de hectares de áreas exploráveis para a criação de camarões”, destaca Rocha.

Povos e comunidades tradicionais conhecem detalhes de acordo entre Samarco e governo. Site do MDS, 18/03/2016.

CNPCT

Secretário-executivo adjunto da Casa Civil ressalta que documento é um ponto de partida e que todas as ações indenizatórias necessitam ser validadas pelo poder público e ter anuência de atingidos

Brasília – Os termos do acordo firmado entre a mineradora Samarco, Vale e BHP com o governo federal foram destrinchados durante reunião ordinária da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), na sede do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Brasília, nessa quinta-feira (17). Ao todo, são mais de 200 cláusulas com o objetivo de garantir a reparação integral socioeconômica dos atingidos e do meio ambiente por conta do desastre no final do ano passado. "O acordo perpassa várias áreas, é complexo", afirma o secretário-executivo do MDS, Marcelo Cardona.

De acordo com Bruno Moretti, secretário-executivo adjunto da Casa Civil, os termos firmados preveem reparação de danos materiais e imateriais. "É apenas o ponto de partida, que antecipa a execução de medidas de reparação e compensação", explica. Ele ainda reforça que o acordo estabelece que a reparação deverá ser integral. Caberá a uma fundação particular, que ainda será criada, a gestão e a execução dos programas de reparação.

Moretti ressalta que qualquer decisão da fundação deverá ser validada pelo poder público, por meio do Comitê Interfederativo, além da anuência dos atingidos. O Comitê será composto por membros dos governos federal, estadual e municipais, além de um representante do Comitê da Bacia do Rio Doce, cujos nomes deverão ser estabelecidos até abril. Também será criado um conselho consultivo com a participação de especialistas e de atingidos.

Ele explicou que o acordo prevê 20 medidas voltadas à reparação, mitigação, compensação e indenização pelos danos socioeconômicos decorrentes da tragédia ocorrida em Mariana. Também que outros 17 programas socioambientais contemplam medidas de reparação, como programa de manejo e contenção de rejeitos, recuperação de municípios atingidos e de recuperação de nascentes entre outros. "As ações não são só de recuperação, mas também compensatórias."

Além do detalhamento do acordo de Mariana, os membros da comissão nacional começaram a analisar o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e estabeleceram que o CNPCT terá uma instância de monitoramento do PPA.

FAEAL convoca produtores do Nordeste para audiência pública sobre endividamento rural e MP 707. CNA. 18/03/2016.

A criação de uma legislação ampla que possa contemplar todos os produtores rurais atormentados com o fantasma do endividamento agrícola, será debatida na próxima segunda-feira, 21, em uma audiência pública que será realizada, no Clube do Fumicultores, em Arapiraca (AL), a partir das 8h30.

Denominado de "Ciclo de Debates sobre as Dívidas dos Produtores Rurais do Nordeste com o Governo Federal", o encontro, que conta com o apoio da Federação da Agricultura e Pecuária no Estado de Alagoas - FAEAL, é uma iniciativa do deputado federal Marx Beltrão, relator da Medida Provisória (MP) 707/2015.

A MP, que trata da ampliação do prazo para a renegociação das dívidas agrícolas, busca ainda evitar que os produtores rurais sejam penalizados diante da majoração das dívidas antigas, com taxa de juros impagáveis e injustos.

"Será um espaço onde os produtores terão a oportunidade de relatar as dificuldades que atravessam, oferecendo subsídios para se construir uma legislação que trate da renegociação das dívidas rurais de forma mais ampla. Por este motivo, a convocamos os produtores rurais alagoanos a se fazerem presentes ao encontro", declarou o presidente da Faeal, Álvaro Almeida, que também estará presente à reunião.

A audiência pública deve contar ainda com a presença de deputados estaduais e federais, além de senadores, prefeitos, vereadores e lideranças do setor agropecuário alagoano.

O primeiro encontro foi realizado, sexta-feira passada, dia 11, na cidade de Petrolina-PE. Os demais Estados a serem visitados são: Paraíba, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

Remuneração do produtor de castanha de caju melhora no Nordeste. CONAB. 18/03/2016.

Os preços da castanha de caju produzida no Brasil, comparados aos de fevereiro do ano passado, remuneraram bem os produtores nordestinos, sobretudo os dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, onde estão concentradas mais de 80% da produção nacional. Nos três estados, a castanha foi comercializada bem acima do preço mínimo estabelecido pelo governo federal, de R$ 1,70 o quilo.

A análise de conjuntura da castanha, realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento, demonstra uma alta de 45,16% no preço de mercado no Ceará, chegando a R$ 3,60 o quilo do produto em natura. No Rio Grande do Norte, a valorização foi de 36,58%, com valor de comercialização de R$ 3,51 o quilo. Já no Piauí, a castanha subiu 30,21%, chegando a R$ 2,50 o quilo.

O aumento do preço da castanha in natura se deve, sobretudo, ao aumento da demanda interna e à diminuição da safra nos últimos anos frente ao clima seco da região, informa o analista de mercado da Conab Marden Teixeirense.

Apesar do ganho, o preço pago ao produtor ainda é baixo se comparado ao do produto beneficiado que em alguns supermercados das grandes capitais chega a mais de R$ 50 o quilo. “Isso ocorre porque o beneficiador da castanha leva a maior parte. Se os produtores se organizassem melhor, como em cooperativas, o ganho deles seria outro”, avalia.

Para este ano, a estimativa de produção de castanha de caju, calculada pelo IBGE, é de 228,7 toneladas, com um aumento de 120% em relação à colheita de 015, de 102,7 toneladas. Cerca de 80% da produção vai para o mercado exterior, principalmente para Estados Unidos, Canadá e países baixos da Europa.

Os dados estão na página eletrônica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Conjuntura Mensal da Castanha de Caju.

MAPA realiza primeira reunião das câmaras setoriais da pesca,aquicultura e carcinicultura. CNA. 18/03/2016.

Pela primeira vez, desde sua criação em novembro de 2015, as câmaras setoriais das cadeias produtivas da pesca, aquicultura e carcinicultura (criação de camarão) se reuniram no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os encontros ocorreram nesta quarta (16/03) e quinta-feira (17/03). A primeira ação foi a indicação de lista tríplice com os nomes dos possíveis presidentes, para conduzir os próximos encontros. As indicações foram encaminhadas para a ministra Kátia Abreu.

De acordo com a assessora técnica das comissões nacionais de Pesca e Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Lilian Figueiredo, o início da atuação dessas câmaras setoriais é de extrema importância para as cadeias produtivas.

“Nos encontros serão discutidas e alinhadas, entre o setor público e privado, as ações para superar os principais entraves dos setores.”

Nesta primeira reunião de apresentação, os representantes propuseram uma agenda de temas a serem debatidos nos próximos encontros deste ano. Para a pesca, os assuntos abordados serão sobre questões ambientais e gestão pesqueira, processamento, indústria e infraestrutura pesqueira; grupos de trabalho e projeto de lei, balanço e planejamento para ações em 2017. Na aquicultura e carcinicultura, as temáticas foram mais abragentes, incluindo: competitividade, licenciamento ambiental, política de crédito e fomento, sanidade, desenvolvimento de novas tecnologias e águas da União.

Câmaras Setoriais - As câmaras setoriais do MAPA têm por finalidade propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas.

Seminário no RS discute indicação geográfica de produtos agropecuários. MAPA. 21/03/2016.

Produtores, pesquisadores e técnicos vão participar do encontro no município de Vacaria

A valorização dos produtos agropecuários através da indicação geográfica será debatida nesta terça-feira (22) em um seminário no município gaúcho de Vacaria, na região dos Campos de Cima da Serra. O encontro é promovido pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul (SFA/RS), em parceria com entidades do setor produtivo. Agricultores, pesquisadores, professores, técnicos, estudantes e outros interessados deverão participar das palestras e debates, que começam pela manhã e se estendem até o final da tarde.

O registro de indicação geográfica é concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) a produtos ou serviços característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de distingui-los em relação aos similares do mercado. O Rio Grande do Sul tem dez indicações geográficas para produtos agropecuários como vinho, carne bovina, arroz e couro acabado.

O seminário “Valorização de produtos agropecuários: indicação geográfica, marcas coletivas e produção integrada agropecuária” começa às 9h40 na Casa do Povo (Rua Borges de Medeiros, 1987), em Vacaria. Entre os temas, produção integrada para o desenvolvimento agropecuário e certificação na agricultura brasileira.

As palestras serão feitas por técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e de empresas públicas das áreas de pesquisa agropecuária, extensão rural e assistência técnica, propriedade industrial e metrologia, qualidade e tecnologia, além de representantes de cadeia produtivas agrícolas. Veja aqui a programação do seminário.

Produção integrada

Na próxima quarta-feira (23), a comissão estadual de produção integrada do Rio Grande do Sul se reúne em Porto Alegre. Durante a reunião, serão criadas comissões e estabelecidas as metas para o trabalho, segundo Edna Ferronatto, pesquisadora em tecnologia e ciências agrícolas da SFA/RS e presidente do Fórum de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas para o RS.

A produção integrada agropecuária busca a adequação de sistemas produtivos para geração de alimentos e outros produtos agropecuários de alta qualidade e seguros, mediante a aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para a substituição de insumos poluentes, garantindo a sustentabilidade e viabilizando a rastreabilidade da produção agropecuária.

O modelo de produção integrada prevê certificação voluntária por meio do qual o produtor interessado tem um conjunto de normas técnicas específicas a seguir. O cumprimento dessas recomendações é auditado nas propriedades rurais por certificadoras acreditadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Prazo para envio de dados sobre estoque privado de arroz é prorrogado. CONAB. 21/03/2016.

As indústrias, cooperativas, associações e armazenadores de arroz terão um tempo maior para entregar o levantamento dos estoques privados do produto realizado anualmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O prazo final para envio do documento foi prorrogado para dia 31 deste mês.

O levantamento é feito anualmente pela Conab e contribui com o planejamento governamental e o fomento da produção e da produtividade agrícola, além da regularidade do abastecimento alimentar. O documento deve ser enviado para a Companhia pelos Correios ou pelo e-mail estoque-privado@conab.gov.br.

As informações deverão ser referentes aos estoques até a data base de 29 de fevereiro de 2016, sem que se contabilize a nova safra. Mesmo que os armazenadores não possuam estoques na data de referência, o formulário deve ser preenchido e devolvido para a Companhia. Os volumes devem ser informados separadamente, por unidade armazenadora, cadastrada ou não, e por tipo - casca ou beneficiado. Este ano, foram entregues cerca de 2,4 mil questionários nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde está concentrada a maior parte da produção nacional de arroz.

Conab realiza mais dois leilões de feijão. CONAB. 22/03/2016.

Na próxima quarta-feira (23) serão colocadas à venda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), 147 toneladas de feijão cores, por meio de duas operações de leilão (Avisos 49 e 50). O produto está depositado nos armazéns da Companhia localizados em Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

As operações serão por meio de leilão eletrônico. É possível fazer a vistoria do produto, não sendo permitida a retirada de amostra. O feijão será entregue ensacado, nas condições constantes em que se encontra. A operação ocorrerá por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab (SEC).

Desde o início deste ano a Conab já realizou seis operações de venda de feijão, que, juntas, já ofereceram mais de 9,91 mil t e negociaram 5,58 mil t.

Preço alto do etanol afasta consumidor. Fabiana Batista – Valor Econômico. 22/03/2016.

Depois de "resistirem" por meses à alta de preços do etanol hidratado iniciada no último trimestre do ano passado, motoristas brasileiros que antes abasteciam seus veículos com o biocombustível resolveram recuar. No primeiro bimestre, as vendas do produto caíram, em média, 6,7% no país em relação ao mesmo intervalo de 2015, e a percepção é que o tombo vai se acentuar em março.

Não é para menos. Desde outubro passado, os preços do hidratado ao consumidor final só sobem. Saíram do patamar médio de R$ 2,00 por litro nos postos do Estado de São Paulo para bater R$ 2,74 na semana passada, conforme dados da Agência Nacional de petróleo (ANP), uma valorização de 37%. Nessa mesma comparação, os preços médios da gasolina nos postos paulistas subiram 8,9%, de R$ 3,287 para R$ 3,572 por litro.

Com isso, a relação entre o preço do etanol e o da gasolina subiu de 66%, em outubro, para 76% neste mês. Conforme parâmetro mais aceito pelo mercado, para ser vantajoso economicamente ao motorista, o etanol tem que valer até 70% do preço da gasolina.

Mas não é essa relação que vem pesando no bolso do motorista brasileiro, segundo especialistas. O consumidor vem escolhendo o combustível mais "barato" em termos absolutos. Até janeiro, a diferença de preços entre etanol e gasolina estava se mantendo no patamar de R$ 1 por litro. "Com essa diferença, o consumidor conseguia colocar mais combustível no tanque ao escolher etanol", disse um trader. Mas, em fevereiro e março, essa diferença de R$ 1 caiu, chegando a patamares mais próximos de R$ 0,80 por litro.

Assim, uma parte dos consumidores que antes abastecia seus veículos com etanol passou a migrar para a gasolina. Além disso, observa-se uma redução do consumo do chamado ciclo Otto, que engloba os dois biocombustíveis - considerando que o etanol tem um rendimento energético equivalente a 70% do rendimento da gasolina.

No primeiro bimestre deste ano, as vendas de combustíveis desse grupo recuaram 3,47%, para 8,431 bilhões de litros, conforme cálculos realizados com base em informações da ANP. Em igual intervalo de 2015, essas vendas atingiram 8,735 bilhões de litros.

A desaceleração do consumo de combustíveis no país começou no ano passado, com a queda da atividade econômica. Em 2015, a venda de combustíveis do ciclo Otto cresceu apenas 0,3%, depois de anos consecutivos de taxas de crescimento superiores a 6%.

O patamar de queda das vendas do ciclo Otto dos primeiros dois meses deste ano deve persistir ao longo de 2016, na visão da maior trading de etanol do mundo, a Copersucar. A companhia projeta uma retração de 3% neste ano.

Mais otimista, a SCA Trading projeta que, na média do ano, o consumo do ciclo Otto em 2016 vai cair 1,3% frente a 2015. "Vemos um recuo mais acentuado no primeiro semestre, na ordem de 3%, mas uma estabilização no segundo", avalia o diretor da SCA, Martinho Seiiti Ono.

Independentemente do desempenho do ciclo Otto, a demanda por etanol tende a se recuperar um pouco com a entrada da nova safra de cana do Centro-Sul. Algumas usinas começaram a produzir etanol em março, o que já causa alguma pressão sobre os preços nas usinas. O indicador Cepea/Esalq para o hidratado na usina entre 14 e 18 de março caiu 1,01%, para R$ 1,9330 o litro.

"Esse novo preço deve demorar uns 15 dias para chegar na bomba", diz Ono. Ele observa, no entanto, que para voltar a ficar mais competitivo nos postos, o etanol teria que cair na usina dos atuais R$ 1,93 para R$ 1,65 o litro. "Com isso, o preço nos postos teria potencial para cair de R$ 2,74 para R$ 2,49 o litro [em São Paulo]".

Maioria dos aquíferos é mal utilizada. Silvia Czapski – Valor Econômico. 22/03/2016.

Apesar de as águas subterrâneas representarem, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 98% da água doce disponível no planeta e, no Brasil, estudos recentes confirmarem a existência de imensos aquíferos sob nossos pés, especialistas são unânimes em considerar este um recurso mal utilizado no país, quantitativa ou qualitativamente. Segundo a Agência Nacional de Águas (Ana), cerca de 40 % da população brasileira, sobretudo em cidades de médio e pequeno porte, são abastecidos por eles.

É o caso de Estados como Piauí, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas, Roraima, Tocantins, além de São Paulo, onde quase 72% dos municípios apoiam-se na sua exploração. Em regiões mais populosas, a superexplotação e poluição são ameaças.

Abarcando 1,2 milhão de km^2 do Uruguai, Argentina, Paraguai e sobretudo Brasil (com 70% da área), há pouco mais de dez anos pensou-se que o Aquífero Guarani seria o maior do mundo, com reservas estimadas 45 trilhões de litros. Mas tem perfil irregular. Em algumas regiões fornece águas quentes, úteis para fins turísticos. Em outras - inclusive mais de 300 municípios paulistas - a boa água subterrânea abastece a população.

Mas há municípios, como Ribeirão Preto, em que a superexplotação já causa rebaixamento de terrenos. Em outras regiões do domínio desse aquífero, a água é inacessível ou de má qualidade.

O Guarani foi logo desbancado pelo gigantismo de uma nova descoberta, o Aquífero Alter do Chão, presente no Pará, Amazonas e Amapá, que guardaria cerca de 86 trilhões de litros. Em 2013, pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) reivindicam que não se trata de um aquífero, mas parte de algo maior, o Sistema de Águas da Amazônia (Saga). "O Saga abrange as bacias hidrográficas Acre, Amazonas, Solimões (AM) e Marajó (PA). Estimamos que tenha 126,5 mil trilhões de litros, quantidade capaz de abastecer a população mundial por 250 anos", assevera o professor Milton Antonio Matta, do Instituto de Geociências da UFPA.

Márcia Tereza Pantoja, coordena, na Ana, pesquisa sobre outro grande aquífero, o Sistema Aquífero Urucuia. Abrangendo seis Estados (Maranhão, Piauí, Goiás, Bahia, Tocantins Minas Gerais), tem 70% no oeste baiano, também sua principal área de recarga. Encomendado ao consórcio Engecorps Walm, e com previsão de publicação no segundo semestre, ela adianta a descoberta de que o Urucuia contribui com 80% das vazões do Médio São Francisco nos períodos de estiagem, e influi em 30% para a perenidade de três afluentes, os rios Carinhanha, Corrente e Grande.

Entre outras boas descobertas do estudo, estão poços que permitem extrair até 600 m³/h de água, que alimentam núcleos urbanos e projetos de irrigação da região. Mas uma ameaça importante é o desmatamento do Cerrado na região de recarga, onde florescem culturas intensivas de soja (58,8% da área plantada), algodão, milho, café. "Infelizmente, predominam práticas impactantes para o solo."

"Se os novos estudos apontarem essa disponibilidade. poderíamos ampliar as lavouras irrigadas nos nove municípios do Oeste Baiano, dos atuais 125 mil ha para 300 mil ha. Ainda é pouco, para uma área de 2,5 milhões de hectares hoje ocupadas pelo

agronegócio", prega Cisino Lopes, diretor de águas da Associação Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA).

A expectativa, diz a técnica da ANA, é subsidiar os Estados, que, pela Constituição Federal de 1988, respondem pela gestão dessas águas mesmo quando aquíferos ultrapassam o limite estadual.

"A Ana não legisla sobre águas subterrâneas, mas seus estudos podem subsidiar políticas dos Estados", concorda o professor Ricardo Hirata, diretor do Centro de Pesquisas de Águas Subterrâneas (Cepas) do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo.

O Atlas de Abastecimento da Ana, de 2013 menciona haver 476 mil poços no país. "Como, se o Anuário Agropecuário do IBGE contabiliza 350 mil, só em propriedades rurais, que são um usuário menor?" questiona, falando ainda de um estudo sobre a sobre a superexplotação das águas subterrâneas em São José do Rio Preto (SP), que detectou 82% de poços clandestinos.

A venda de bombas para poços tubulares em São Paulo é reveladora, diz Everton de Oliveira, secretário executivo da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). "Mesmo que só metade seja para poços novos, concluiremos que 90% dos poços paulistas são clandestinos. E que apenas a perfuração, uma fatia desse mercado, movimenta R$ 10 bilhões anuais."

Manual identifica espécies de peixes para ajudar no combate à fraude. Viviane Novaes - MAPA. 22/03/2016.

Publicação vai contribuir para o trabalho da fiscalização do Mapa

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou em Brasília, nesta terça-feira (22), um manual de inspeção para identificação de espécies de peixes. A publicação vai contribuir com a fiscalização agropecuária e o controle de qualidade de pescados pelo setor privado.

O manual identifica quase cem espécies nacionais e importadas de peixes embalados, principalmente na forma de filés. São produtos que podem ser facilmente fraudados e enganar o consumidor. É o caso do linguado, um peixe caro, que pode ser substituído pelo alabote ou panga. Enquanto o quilo do filé de panga custa R$ 15, o de linguado é vendido, no mínimo, pelo dobro.

O autor do manual é o fiscal federal agropecuário Rodrigo Mabilia, que trabalha na fiscalização de pescados em Santa Catarina, no Vale do Itajaí – maior polo pesqueiro do Brasil. A publicação identifica as características físicas do pescado, através de fotos e ilustrações. "A musculatura é um dos aspectos que mais diferencia as espécies", diz Rodrigo.

Além de ajudar o trabalho dos fiscais federais agropecuários, o manual também pode ser usado por pesquisadores e empresas de pescados que queiram aperfeiçoar o controle de qualidade. "Muitos peixes são tão parecidos que não há como o consumidor perceber a diferença. Daí a importância do trabalho da fiscalização", lembra o secretário de Defesa Agropecuária do ministério, Luís Rangel.

Para a identificação de fraudes em pescados, o diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, José Luis Ravagnani, lembra que o Ministério da Agricultura conta com a análise de DNA, feita pela Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Goiânia. A unidade da rede Lanagro comprova ou não as fraudes em amostras coletadas no comércio pelos fiscais federais agropecuários em todo o país.

Cancelados mais de cem registros gerais de pesca e licenças de pescadores profissionais. MAPA. 22/03/2016.

Medidas foram publicadas no Diário Oficial da União

O Diário Oficial da União desta terça-feira (22) publicou três portarias cancelando 111 registros gerais de pesca e licenças de pescadores profissionais. As portarias 6, 7 e 10 foram editadas pela Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Dos 111 cancelamentos, 98 foram a pedido, 14 por recomendação ou decisão judicial, três por óbito e uma por falta de comprovação do exercício da atividade de pesca para fins comerciais.

De acordo com a secretaria, o cancelamento de registro geral de pesca e licenças de pescadores profissionais é uma atividade rotineira e mostra preocupação do Mapa com a transparência na emissão desses documentos.

Nos casos de licença de pescador profissional, novo requerimento para obter o documento só poderá ser apresentado após 24 meses do cancelamento efetivado.

Tendências e oportunidades para o mercado de carnes especiais é tema de workshop no Espírito Santo. CNA. 23/03/2016.

"Não existe carne de segunda, apenas animal de segunda. A genética, aliada ao bom manejo e alimentação pode garantir uma carne de qualidade, com cortes especiais e valor agregado", afirmou o Coordenador de Produção Animal da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Juliano Hoffmann, durante o Workshop Beef Premium, na última sexta-feira (18/03). O evento, que reuniu aproximadamente 300 participantes, dentre produtores, estudantes, representantes de frigoríficos, associações e especialistas, aconteceu na Universidade Vila Velha, no Espírito Santo. O objetivo do workshop foi promover debate sobre as tendências e oportunidades do mercado de carnes e produtos especiais no Espírito Santo.

As carnes especiais são caracterizadas pelos cortes nobres e embalagens, além dos processos produtivos que incluem o bom manejo, alimentação e bem-estar animal. De acordo com Juliano Hoffmann, um dos palestrantes do evento, a genética e a nutrição, durante toda a vida do animal, associadas depois à classificação, sexo e maturidade é que dirão o quanto de um animal pode ser aproveitado para cortes especiais. "O pecuarista deve saber que nem todas as partes do bovino poderão ser classificadas para cortes nobres, mas que os cortes de qualidade só podem vir de um animal que tenha sido produzido de forma correta", explica Juliano.

Os principais cortes classificados como nobres são: picanha, contra-filé, alcatra, filé-mignon, filé de costela, maminha, raquete, dentre outros, que podem ainda originar outras peças com diferentes nomes. Para o secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), Octaciano Neto, o mercado de carnes especiais vem crescendo aos poucos e no, Espírito Santo, há redes de supermercado que fornecem carne Angus e Nelore trazidas de outros estados.

Durante o encontro também foram discutidas a certificação de carnes especiais, as expectativas do consumidor em relação ao produto final, cases de sucesso das carnes Angus e Nelore, espécies bovinas criadas para cortes nobres, e as dificuldades que o setor ainda tem para a expansão.

Dados – O Brasil é hoje o segundo maior produtor de carne bovina do mundo, responsável por 17% da produção total e líder no ranking mundial de exportação. O País também é

dono do segundo maior rebanho efetivo do mundo, com mais de 210 milhões de cabeças. É um setor em crescimento que movimenta R$ 167,5 bilhões por ano e gera aproximadamente 7 milhões de empregos. Os principais destinos da carne bovina brasileira são: Hong Kong, seguido pela Rússia, Venezuela e Egito.

Agricultores usam mais recursos próprios. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 23/03/2016.

A escassez de crédito rural com juros subsidiados levou os produtores do país a usarem mais recursos próprios para financiar suas operações agrícolas nesta safra 2015/16 do que no ciclo anterior. É o que aponta a segunda edição da "Sondagem de Mercado do Agricultor Brasileiro", realizada em parceria pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

De acordo com o estudo, os agricultores lançaram mão de recursos do próprio bolso para cobrir, em média, 41% de suas necessidades de financiamento na temporada anual. Em 2014/15, o percentual foi de 35%. Na mesma comparação, a participação dos bancos nesse "funding" total diminuiu de 51% para 42%, a das indústrias de insumos aumentou de 1% para 2%, a das revendas subiu de 2% para 3% e a das tradings caiu de 3% para 2%.

A sondagem foi realizada durante o plantio da safra de verão de 2015/16 (de outubro a dezembro do ano passado) com 489 agricultores de pequeno, médio e grande portes das regiões Centro-Oeste e Sul. As comparações são com a primeira sondagem do gênero feita por OCB e Fiesp, referente ao ciclo 2014/15 mas divulgada apenas no segundo semestre do ano passado.

"Por esse levantamento, percebemos que os recursos de capital próprio aumentaram em uma escala considerável nesta safra, enquanto as cooperativas também custearam uma parcela interessante dos insumos", afirmou ao **Valor** o coordenador do ramo agropecuário da OCB, Paulo César Dias. "E isso aconteceu muito em função da dificuldade de crédito no período de pré-custeio [de março a junho]", acrescentou.

Dias explicou que, como a sondagem foi conduzida durante o último trimestre do ano passado, os produtores se mostraram bastante preocupados em relação à disponibilidade de crédito rural até o fim desta safra 2015/16. Isso porque, até então, o Ministério da

Agricultura ainda não havia sinalizado que o Banco do Brasil ofertaria, neste semestre, R$ 10 bilhões para o pré-custeio do próximo ciclo (2016/17).

Como era de se esperar, 60% dos produtores entrevistados também se mostraram muito preocupados com o acesso ao crédito para pré-custeio e custeio da temporada 2016/17. "Se refizermos a pesquisa agora, talvez esse percentual seja menor, porque os agricultores já têm mais certeza de que há recursos à disposição", completou Dias.

A sondagem também mostrou que as cooperativas continuam a ser o principal canal de distribuição de insumos para os produtores: 48% dos consultados afirmaram que compram seus fertilizantes nas cooperativas, ao passo que 35% disseram preferir as revendas, 30% adquirem os produtos diretamente com indústrias e 5% recorrem a tradings e cerealistas.

Um comportamento semelhante ocorre nas aquisições de defensivos: 47% dos produtores disseram comprá-los em cooperativas, enquanto 45% têm preferência pelas revendas, 22% negociam em primeiro lugar com as indústrias e 3% com tradings e cerealistas. No caso das sementes, 41% dos produtores acessam em primeiro lugar as cooperativas, 39% preferem as revendas, 26% as indústrias e 7% as tradings e cerealistas.

Projeto de Lei propõe troca do termo "agrotóxico" por "produto fitossanitário". CNA. 23/03/2016.

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) do Congresso Nacional, formada por deputados e senadores que representam os interesses do Brasil junto ao bloco sul-americano, aprovou, nesta terça-feira (22/3), por unanimidade, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 680/2015, do senador Álvaro Dias (PV-PR), que substitui a expressão “agrotóxicos” por “produtos fitossanitários” na legislação que trata da fiscalização de defensivos e de outras regras referentes à produção agropecuária no país (Lei 7.802/89).

A proposta defende a padronização da nomenclatura destes produtos de acordo com as normas vigentes no Mercosul. Na União Europeia, por exemplo, os defensivos são classificados como fitofarmacêuticos. Embora sejam produtos com a mesma finalidade, o nome agrotóxico denigre o sistema de produção agrícola brasileiro, que não difere dos

sistemas utilizados pelos países desenvolvidos. O PLS vem em boa hora e contribui para valorizar a produção nacional.

“Se aplicado da forma correta, como os produtores fazem, o uso dos defensivos para as plantas é semelhante à utilização de medicamentos pelos humanos”, explica o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi. Ele acrescenta que o clima tropical no Brasil faz com que os produtores tenham a necessidade de utilizar estes produtos em suas lavouras, mas seguindo todas as recomendações para garantir que os alimentos cheguem às mesas das famílias brasileiras com qualidade e segurança para o consumo.

O relator da matéria foi o senador Dário Berger (PMDB-SC). A aprovação no Parlasul foi o primeiro passo da tramitação do projeto. A matéria ainda terá de ser aprovada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.

Estudo detalha fatores climáticos para a safra de verão. CONAB. 23/03/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou, nesta quarta-feira (23), o 3º Boletim de Monitoramento Agrícola deste ano. O estudo é voltado à safra de verão (2015/2016) e avalia as condições atuais das lavouras em decorrência de fatores agronômicos e climáticos.

Nesta edição, o Boletim confirma que a predominância de alterações climáticas positivas em Mato Grosso acabou antecipando o plantio do milho segunda safra, que, até o período do monitoramento, estava mais adiantado do que no ano anterior, e garantiu condições favoráveis para as lavouras da região. Em Goiás, os dados de satélite indicam também bom padrão na região sul do estado, com o milho segunda safra apresentando um bom desenvolvimento. No caso de Mato Grosso do Sul, o predomínio de anomalias negativas no mapa climático da região sudoeste do estado mostra que as atuais lavouras responderam com padrão inferior ao ano passado, em decorrência do excesso de chuvas que está atrasando a safra.

Já o estado do Paraná possui dinâmica agrícola diversificada. Pelas imagens de satélite é possível observar que a safra está mais adiantada no centro e no sul do estado, e um pouco menos adiantada no norte e nordeste. No Rio Grande do Sul, o clima tem contribuído para o bom desenvolvimento das lavouras, o que pode ser confirmado pelo Índice de

Vegetação superior aos anos anteriores nos períodos mais recentes. Já na região do Matopiba, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, a falta de chuvas prejudicou as lavouras e pode comprometer, principalmente, os cultivos de primeira safra.

Os recursos técnicos utilizados são as imagens de satélites, do período de 18 de fevereiro a 12 de março, e de anos anteriores nesse mesmo período. Além de auxiliar nas estimativas de safra, o monitoramento também é utilizado como apoio às análises de mercado e gestão de estoques.

AMAZONAS: Produção da piaçava será discutida em reunião nesta quarta-feira (23). CONAB. 23/03/2016.

O fortalecimento da cadeia produtiva da piaçava será tema de reunião realizada hoje, em Manaus, com a participação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Durante o encontro com o Comitê Técnico da Piaçava, o grupo pretende discutir ações relacionadas ao termo de cooperação técnica para o fortalecimento da cadeia produtiva do produto.

A Conab executa a Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), da qual a piaçava faz parte, inclusive com o pagamento de subvenções. Na ocasião, o analista da Conab Amazonas, Thomaz Silva, informará aos participantes sobre as ações realizadas pela Companhia nesse segmento.

O Comitê foi criado com o objetivo de regularizar a cadeia produtiva da piaçava e promover o diálogo entre o Governo do Estado e os órgãos e instituições interessadas em legalizar as relações de trabalho existentes, buscando colocar os trabalhadores piaçabeiros como protagonistas.

A Conab faz parte do comitê junto a outros órgãos como Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria de Assistência Social (Seas), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outros.

Fiscais federais identificam fraude em pescados à venda em supermercados do país. Viviane Novaes – MAPA. 23/03/2016.

Das 149 amostras coletadas, 22 duas eram de espécies diferentes das declaradas no rótulo

Quinze por cento das 149 amostras de pescados, coletadas pela fiscalização federal agropecuária em supermercados do país, são de espécies diferentes das declaradas no rótulo. Entre os peixes mais fraudados, está o bacalhau do Porto, que estava sendo substituído pelo do Pacífico ou pela polaca do Alasca – espécies que valem menos do que o produto legítimo. Outro exemplo são as pescadas branca e amarela, substituídas por outros tipos mais baratos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) também identificou que estavam sendo comercializados os peixes abrótea e Maria Luíza, em vez de pescadinha.

O fiscal agropecuário Rodrigo Mabilia cita o caso do filé de linguado, que custa cerca de R$ 30 o quilo, um peixe caro que pode ser substituído pelo panga, vendido pela metade do preço.

O resultado da Operação Semana Santa foi divulgado nesta quarta-feira (23) pela Divisão de Inspeção de Pescado e Derivados do Mapa. Em relação à fiscalização do ano passado, houve uma queda no percentual de peixes fraudados. Enquanto este ano o índice foi de 15%, em 2015 chegou a 23%. “Isso é o resultado da fiscalização”, avalia o fiscal agropecuário Paulo Humberto Araújo, coordenador do trabalho.

Setenta e seis por cento das 149 amostras eram de produtos nacionais, e 24%, importados. Elas foram analisadas na unidade do Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) em Goiânia, pertencente ao Ministério da Agricultura. Lá, os técnicos fizeram a identificação das espécies pelo DNA.

As 149 amostras de peixes foram coletadas, no dia 16 do mês passado, por fiscais federais agropecuários e agentes de inspeção em supermercados do Rio de Janeiro, Paraná, de São Paulo, do Ceará, Pará, Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Distrito Federal. O alvo eram produtos congelados ou salgados, importados, com SIF (Selo de Inspeção Federal) ou selo estadual vinculado ao Sisbi (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal ou Vegetal). Foram coletados produtos de corte (filés, postas, pedaços), os mais utilizados nesse tipo de fraude.

Três empresas da China e 13 nacionais (quatro com sede no Pará, duas em Pernambuco, três em Santa Catarina, uma em São Paulo, uma no Paraná e uma no Rio de Janeiro) tinham pelo menos uma amostra de peixe diferente da declarada no rótulo. Segundo Paulo Humberto Araújo, as empresas chinesas vão entrar em um regime de alerta de importação. Os próximos dez carregamentos que chegarem ao Brasil ficarão retidos aguardando análise laboratorial antes de serem liberados para distribuição em território brasileiro.

Já as empresas brasileiras serão autuadas e vão sofrer uma medida cautelar, que consiste em condicionar a expedição de produtos para o comércio mediante comprovação de que elas atendem aos requisitos legais. As câmaras de expedição das empresas serão lacradas pela fiscalização, de modo que os produtos em estoque e produzidos após a instalação da medida cautelar só possam ser expedidos depois uma avaliação oficial de cada lote, comparando-se com os documentos de rastreabilidade desde a matéria-prima até o produto final.

As empresas envolvidas na fraude somente poderão retornar ao sistema regular de inspeção depois de comprovar que implantaram todas as medidas corretivas para garantir a rastreabilidade do produto na cadeia produtiva. Elas poderão receber multa de até R$ 15 mil. Segundo Paulo Humberto, a multa não é a punição mais rigorosa. “O mais importante são as medidas de controle que o ministério impõe às empresas fraudadoras, porque elas sofrem uma espécie de intervenção e podem ter a imagem comprometida”, destaca o fiscal. Os supermercados não sofrem punições, porque as responsáveis pela produção, garantia de qualidade e informação nos rótulos sobre a espécie são as indústrias de pescados.

Clima adverso derruba rendimento da soja em regiões do "Matopiba". Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 23/03/2016.

As chuvas intermitentes e o forte calor que marcaram a atual safra 2015/16 de soja no "Matopiba" já tornaram realidade uma queda drástica na produtividade da região, confluência entre os Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Com o início da colheita, há relatos de rendimentos quase 60% abaixo do ciclo passado, que ficou próximo de 50 sacas por hectare.

"A coisa está realmente complicada. O Piauí começou com a perspectiva de produzir 2 milhões de toneladas de soja, mas hoje já trabalhamos com 1,2 milhão e ainda temos

dúvida se esse número se manterá", diz Altair Fianco, produtor em Uruçuí e membro da Aprosoja-PI, associação que representa os produtores locais. Com 30% das lavouras colhidas, a média de rendimento no município está em 20 sacas por hectare.

Intempéries viraram rotina em boa parte do "Matopiba", colocando em risco os investimentos no desenvolvimento de terras nessa jovem fronteira agrícola. Este ano, o fenômeno El Niño virou do avesso o clima na região - e de forma mais aguda e generalizada que em Mato Grosso, principal produtor de grãos do país, que também sofreu com a escassez de chuvas. A estiagem atrasou a semeadura entre outubro e dezembro. Em janeiro, foi a vez do excesso de precipitações, interrompido em fevereiro com o retorno do tempo seco. As chuvas só voltaram neste mês.

Do "Matopiba" devem sair 10% (pouco mais de 10 milhões de toneladas) da soja que o país vai colher em 2015/16. No início de março, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) previu uma média de 44 sacas por hectare na região, mas técnicos da autarquia foram a campo reavaliar a situação, e revisões para baixo podem aparecer no relatório de abril.

Conforme Fianco, a área com soja ficou menor no Piauí. A previsão inicial era de 705 mil hectares, mas houve uma queda para 621 mil devido à falta de umidade que estimulou a migração para o milho. "Foi o primeiro ano em que a área de soja diminuiu no Estado", afirma.

No Maranhão, muitos também desistiram da soja. "Como não choveu até 17 de novembro, não comprei sementes nem adubo. Ainda bem, porque a chuva seguinte foi só em 4 de janeiro", diz Raimundo Nonato, de Benedito Leite (MA), que optou pelo milheto.

No ano passado, Nonato perdeu a produção por falta de chuvas na germinação. Este ano, relata, seus vizinhos perderam até 50% da safra e estão colhendo 30 sacas por hectare. Em todo o Maranhão, a estimativa é de uma quebra de 40%, segundo Valdir Zaltron, presidente do Sindicato Rural de Balsas.

A SLC Agrícola, importante produtora agrícola, reduziu em 5,6%, para 50 sacas por hectare, sua perspectiva de produtividade da soja em 2015/16 devido ao desempenho negativo no "Matopiba", onde tem nove fazendas. Já a Vanguarda Agro encerrou atividades no Piauí.

De modo geral, os problemas foram maiores com a soja plantada mais cedo. Nos municípios de Tocantinópolis, Aguiarnópolis e Darcinópolis, em Tocantins, a média nas lavouras precoces ficará entre 35 e 40 sacas, quando o normal seriam 48 sacas, afirma Gilmar Gonçalves de Carvalho, presidente do Sindicato Rural de Tocantinópolis. Ele crê, porém, que a soja tardia pode trazer resultados melhores.

A colheita menor já colocou os agricultores em alerta, porque muitos negociaram a soja antecipadamente e agora temem não ter os volumes contratados. Segundo Carvalho, 50% da safra local já foi vendida para entrega até o fim de abril, à média de R$ 70 por saca. Atualmente, os valores estão entre R$ 62 e R$ 63 e não há negócios.

Com uma estimativa inicial de 56 sacas de soja por hectare, os produtores do oeste da Bahia venderam 60% da safra esperada. Mas o clima adverso deve permitir apenas 37 sacas, calcula a Aiba, associação de agricultores do Estado.

Há 10 dias, a Aiba e outros representantes dos produtores baianos pediram ao governo estadual que fosse decretado estado de emergência em nove municípios. O objetivo é abrir caminho para uma renegociação de dívidas junto ao governo federal, uma vez que os prejuízos com a quebra da safra na Bahia são estimados em R$ 2 bilhões, incluindo as perdas com o milho.

A colheita na Bahia deveria começar em abril, mas foi antecipada porque muitas lavouras "morreram antes do tempo", diz Júlio Busato, presidente da Aiba. "As baixas produtividades estão se confirmando e a qualidade dos grãos está muito ruim".

Consumo e oferta de peixe aumentam no feriado religioso. CNA. 23/03/2016.

O dia começa cedo para Cleiton Codebella. Ele administra uma piscicultura em Rio Verde, GO, e é responsável por uma série de atividades diárias: alimentação dos peixes, análise da temperatura da água, cuidados para evitar a contaminação dos tanque-redes, entre outras. Com seus 250 tanques, a propriedade rural Pôr do Sol, na qual ele trabalha, está na transição de média para grande. No entanto, começou pequena, com apenas 30. “A meta é chegar a mil no menor tempo possível. O sucesso de todo esse crescimento é uma boa gestão, muito empenho, profissionalismo e acreditar na rentabilidade do setor”, observa Codebella.

A produção mensal de tilápia, carro chefe da propriedade, é progressiva. Em 2014 foram produzidas 15 toneladas mensais; 50 toneladas mensais em 2015; com uma expectativa de 100 toneladas, por mês, neste ano. “Em dois anos quadruplicamos nosso negócio. Queremos aumentar cada vez mais nossa produção”, observa Cleiton Codebella. Apesar do crescimento anual, ele afirma que na época da Semana Santa, principalmente na Sexta-feira Santa, quando muita gente deixa de comer carne, sua produção acaba mais rápido. “Desde o dia 10 de março, não tenho mais peixe. O estoque está zerado. Agora só daqui a 15 dias”, comemora.

A Sexta-Feira da Paixão, no próximo dia 25 de março, é uma data religiosa, que relembra a crucificação de Jesus Cristo e sua morte no Calvário. O feriado antecede o Domingo de Páscoa, que celebra a ressurreição de Cristo. Para os fiéis, neste dia não se deve comer carne vermelha em sinal de purificação. O peixe, por outro lado, não tem restrição. Em razão desse feriado, o consumo de peixe aumenta em 50%, no país, movimentando ainda mais o setor, segundo dados da Associação Goiana de Piscicultura (AGP).

Economia - O crescimento da piscicultura pode ser visto em todo território brasileiro. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o setor saltou de 393 milhões de quilos produzidos em 2013 para 474 milhões em 2014.

Para o presidente da AGP, Paulo Roberto S. Filho, apesar do crescimento da piscicultura no Brasil, o país deveria monopolizar a atividade. Temos as melhores condições de produção “somos um país com 12% da água doce disponível no planeta, além de receber luz solar durante todo o ano, em cerca de 70% de seu território”. Além disso, continua Paulo Roberto, “contamos com uma altíssima produção de grãos que bateu o recorde na safra 2014/15, atingindo 209,5 milhões de toneladas, com destaque para a soja e o milho, principais componentes da ração da piscicultura. Contudo, a produção brasileira foi de 474 milhões de quilos, em 2014, ficando atrás das produções de países como Bangladesh e Filipinas”.

A oferta de pescados no país tem aumentado com o consumo cada vez maior, com uma média nacional em torno de 10 kg/habitante/ano, segundo a Secretaria de Monitoramento e Controle de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Porém, a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 12 kg/habitante/ano. O presidente da Associação acrescenta que “o Brasil tem hoje cerca de 204 milhões de habitantes, consumindo em média 10 kg/habitante/ano,

concluímos que são necessários mais de 2 milhões de toneladas de peixes para atender toda a população".

A Comissão Nacional de Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vem trabalhando para aumentar a produção brasileira. Políticas para aumentar a competitividade do produto nacional em relação ao pescado importado, simplificação do licenciamento ambiental e a estrutura das indústrias são objetivos da Comissão. "Com todo o potencial brasileiro para a produção de pescado, não podemos deixar que a burocracia prevaleça. Precisamos simplificar os processos, gerar segurança para que o piscicultor invista mais em sua atividade, aumentando a produção e a oferta de pescado no mercado interno," afirma Lilian Figueiredo, assessora técnica das comissões nacionais de Pesca e Aquicultura da CNA.

Para Paulo Roberto, a expectativa de crescimento do setor está na ordem de 10%, mesmo diante do atual contexto econômico. As importações ainda são maiores que as exportações. "Em 2014 foram mais de R$ 6 bilhões em importações, sendo que, R$ 400 milhões somente dos países asiáticos. Isso se deve principalmente ao fato de que os peixes que entram no Brasil não sofrem a mesma burocracia e nem tributos impostos aos que são produzidos por aqui. O resultado disso é uma concorrência desleal para os produtos nacionais", lamenta.

Entraves – Para que ocorra aumento da produção e a oferta seja pelo menos igual à demanda, o setor precisa de algumas melhorias, entre elas: cadeia piscícola altamente estruturada e profissional, licenciamento ambiental, modernização de equipamentos, acesso a créditos financeiros e redução de carga tributária. "Somente com essas mudanças conseguiremos avançar", opina Paulo Roberto.

Dados mundiais - No mundo, a aquicultura movimenta US$ 700 bilhões por ano e representa 16% da oferta de proteína animal. É um mercado duas vezes maior que o complexo soja, cinco vezes maior que o de carne bovina, 10 vezes maior que o de carne de frango e representa 8% do mercado do petróleo, conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Mulheres na luta por seus direitos. Tássia Navarro. Site do MDA, 24/03/2016.

Hoje, dois séculos depois da instituição do Dia Internacional da Mulher, a luta continua em prol da ampliação dos direitos femininos no meio rural. E para falar das demandas atuais dessas mães, esposas, trabalhadoras e donas de casa, entrevistamos a secretária

executiva do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR), a assentada Verônica Santana.

O que o Dia da Mulher, o mês de março, representa para a mulher trabalhadora rural?

Hoje, acabamos por ter, não um dia, mas o mês de março como um espaço para trazer várias reflexões de tudo o que as mulheres têm passado ao longo de sua história na sociedade, bem como de todo o questionamento de seu papel perante ela. É um mês para irmos à rua e levarmos para a sociedade todo esse debate. A gente leva as grandes pautas que são históricas e estruturantes, mas também as pautas da conjuntura atual.

Quais são as pautas para esse ano?

Nós já trazemos, há algum tempo, a pauta da violência. E a cada ano isso nos desafia. Viemos avançando em algumas conquistas como a lei Maria da Penha, alguns mecanismos de enfrentamento a violência, mas ela também tem se perpetuado na vida das mulheres e em alguns momentos acreditamos que ela tem se agravado. Vemos aí o feminicídio, que temos a impressão de que vem aumentando. Então a questão da violência é uma pauta que sempre está presente na luta das mulheres, tanto a questão das políticas públicas de enfrentamento, como a forma que as mulheres têm avançado em sua estratégia de reação, seja individual ou coletiva. É um momento também para falar das perdas que temos sentido, de alguns retrocessos e ameaças. Algumas perdas de espaço no governo, no corte de orçamentos, que atingem principalmente as mulheres. E cada vez que perdemos espaço em uma política social isso reflete diretamente na vida das mulheres. Então em março, vamos aproveitar a data e levar, no nosso momento de mobilização de rua, essas grandes reflexões.

Que papel a mulher desempenha em busca do reconhecimento de seus direitos?

Estamos fazendo muita coisa. 2015 foi um ano em que as mulheres se mobilizaram e foram às ruas. A gente teve duas grandes marchas, como a das Margaridas e a de Mulheres Negras, que foram momentos muito marcantes, não só por ter um grande número de mulheres, mas que serviu para pautar o governo e a sociedade. Então, nesse momento, o papel é de dizer que continuamos resistindo, continuamos mobilizadas, de outras formas, mas estamos atentas a tudo aquilo que conseguimos. A nossa luta continua, estamos articulando tudo isso e a união e a resistência das mulheres do campo, da cidade, das mulheres negras e as dos vários segmentos é que mantêm a luta ativa.

Qual é importância da mulher trabalhadora rural nessa luta?

É o grande desafio de dar visibilidade à importância que nós temos, que é um papel produtivo. Mostrar que tudo que fazemos no rural tem uma importância econômica e que queremos avançar também na participação política. Então as mulheres rurais estão participando de vários espaços e queremos garantir isso. Hoje está muito mais evidente de que sem as mulheres não teria agricultura familiar, agroecologia, segurança alimentar e democracia no campo. É impossível pensar tudo isso, sem a participação das mulheres. Nós temos um papel fundamental na preservação ambiental, na cultura, na economia. É muito importante trabalharmos a ideia de que somos mulheres rurais, nordestinas, temos nossa diversidade, mas é importante também sabermos que somos mulheres belas e sábias.

Qual é a importância do MMTR para a luta das mulheres?

Estamos completando 30 anos em 2016. Ele surgiu em 1986, por meio de uma grande articulação das mulheres da Paraíba e de Pernambuco, em um momento de resistência das mulheres à seca, quando as políticas eram usadas na época de enfrentamento à estiagem. O movimento já surge com a grande preocupação da participação política das mulheres. Hoje o movimento ainda tem como seu forte a participação feminina e continuamos avaliando ser muito necessário um movimento específico de mulheres, que elas precisam se fortalecer para participar de forma diferenciada dos espaços mistos, levando a reflexão da pauta das mulheres para serem discutidas nesses espaços. Então é necessária a organização das mulheres, para que possamos avançar nas nossas pautas e nos fortalecermos.

O MMTR atua hoje nos nove estados do Nordeste, então atingimos indiretamente todas as mulheres do campo desses estados. A gente tem mulheres que são quilombolas, assentadas - como eu, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras, artesãs, negras, jovens, heterossexuais, lésbicas, então o movimento tem uma diversidade de mulheres. Trabalhamos muito a autoestima das mulheres, inclusive, esse foi o tema deste oito de março em Caruaru (PE), “Mulheres diversas caminhando em união”. Vamos levar essa reflexão, do que há em comum, e o que une essas mulheres tão diversas.

Em busca de novos mercados. Tássia Navarro. Site do MDA, 24/03/2016.

A agricultura familiar brasileira vem ganhando o mundo com a qualidade de seus produtos. A demanda por orgânicos é crescente e o mercado europeu se destaca como um dos mais importantes. E para facilitar o acesso a esse espaço, o MDA decidiu coordenar uma iniciativa, um projeto, para fortalecer cooperativas e associações, ou redes, de agricultura familiar na oferta e comercialização de seus produtos, com foco no mercado europeu.

Os interessados em participar como possíveis beneficiários do 'Projeto de Promoção Comercial Internacional da Agricultura Familiar de base agroecológica e orgânica' tem até o dia 25 de abril para se cadastrarem no site do MDA. A inscrição foi lançada por Chamada Pública, que prevê a identificação de interesse, adesão, habilitação e classificação dos empreendimentos que tenham interesse em participar da iniciativa.

A analista de políticas sociais da Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial do MDA, Heloísia Fontes, explica que o projeto está em construção e é uma parceria do Ministério com a ApexBrasil. "Este é um projeto piloto, que busca fortalecer as cooperativas para exportar, via assessoria qualificada e estratégia estruturada de inserção no mercado externo. É importante destacar que, com essa ação, estamos visando também à melhoria das cooperativas para atuar no mercado nacional. Uma vez que elas sejam competitivas para atuar no mercado externo elas, necessariamente, estarão bem capacitadas para o mercado doméstico", afirma.

O projeto em construção faz parte de uma estratégia do MDA para avançar os mecanismos de promoção comercial internacional. O objetivo é inserir os produtos da agricultura familiar brasileira no mercado de orgânicos alemão e, de forma mais abrangente, europeu. "Nesse primeiro momento vamos mapear quais são os empreendimentos habilitados. Com esse mapeamento faremos uma classificação e, em um segundo momento, uma seleção. Queremos estimular cooperativas que têm potencial para exportar ou já exportam e não conseguem se inserir efetivamente no mercado europeu", destaca Heloísia ao realçar que, a partir das experiências na participação do MDA e expositores na feira BioFach Alemanha, constatou-se que há espaço para uma inserção mais consistente de produtos brasileiros.

Quem pode participar

Os interessados em participar da chamada pública precisam estar organizados em cooperativas, associações ou rede de agricultores familiares, ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica, certificado de orgânico e já ter exportado alguma vez.

Mudança de tributação favorece municípios. Bettina Barros – Valor Econômico. 24/03/2016.

Municípios com alta concentração de imóveis rurais estão se valendo de um convênio firmado com a Receita Federal para ampliar a arrecadação e tentar corrigir o valor da terra em suas áreas de produção agropecuária. Ainda que seja considerado positivo do ponto de vista tributário, o processo também tem gerado reclamações de sindicatos rurais, já que em algumas situações os novos valores superam os praticados no mercado.

Há vários casos no país de cidades que decretaram aumentos reais de quase 100% no Valor da Terra Nua (VTN), a base de referência para cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR) pago pelos proprietários rurais anualmente. Os aumentos passaram a ocorrer desde que a lei 11.250, de 2005, autorizou a Receita Federal a delegar a fiscalização e a cobrança do ITR aos municípios. Até então, o imposto era federal e a arrecadação dividida em partes iguais por União e municípios. Com o convênio, as Prefeituras passaram a fiscalizar e a embolsar 100% do ITR recolhido.

A expectativa de elevação de receitas fez saltar o número de municípios brasileiros que aderiram ao convênio. Dados compilados pelo escritório Guedes Nunes, Oliveira e Roquim Advogados, especializado em direito agrário, mostram que no Centro-Oeste, que lidera produção de grãos do país, a adesão foi maciça - 100% em Mato Grosso do Sul, 92% em Mato Grosso e 75% em Goiás. São Paulo, Paraná, Tocantins e Minas Gerias têm taxas expressivas, quase todas superiores a 60%.

O problema, segundo entidades como Famato e Famasul, que reúnem produtores e pecuaristas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente, é que a nova lei também passou ao município a responsabilidade de criar as tabelas de valor de referência da terra nua, até então elaboradas pelo Incra, e há casos em que os novos resultados estão fora da realidade.

"O que se viu foram aumentos sem metodologia, usando o setor rural como forma de alavancar a arrecadação municipal", diz Carlo Daniel Coldibelli, assessor jurídico do

sistema Famasul. "O ideal seria que a Receita tivesse criado regramentos para a cobrança. As Prefeituras estão desprovidas de elementos técnicos para fazer a análise do preço da terra", afirma.

Desde que os primeiros convênios começaram a ser efetivados, em 2008, os valores de arrecadação de ITR deram uma guinada em muitos municípios. Conforme a Receita, em Mato Grosso do Sul, onde 100% dos 79 municípios tornaram-se conveniados, o aumento nominal foi de 319% de 2008 e 2015, de R$ 44,8 milhões para R$ 188 milhões arrecadados no intervalo - deflacionada pelo IPCA, a alta chega a quase 170%. O montante superou, por exemplo, a arrecadação total do Estado com Imposto sobre Produtos Industrializados (R$ 78 milhões) e representou mais da metade do IPVA (R$ 351 milhões) no ano passado.

Em Leme, no interior paulista, o tributo rendeu ao município R$ 482,4 mil em 2012, R$ 503,6 mil em 2013 e R$ 1,05 milhão em 2014. Questionada, a Prefeitura informou que o aumento se deve ao fato de que, agora, 100% do tributo fica retido no município. Outros cerca de R$ 100 mil foram arrecadados com a fiscalização que passou ser feira nas propriedades.

No município de Acorizal, na baixada cuiabana, os produtores viram o indicador subir de um valor máximo de R$ 3.600 em 2011 para R$ 7.100 no ano passado. "É uma área que não tem soja e tem tanta pedra que dificulta até a pecuária. Portanto, não é valorizada. Mas estão cobrando valores iguais ao de regiões produtivas", diz Maíra Safra, analista de Assuntos Trabalhistas e Tributários da Famato. A orientação da entidade é que os sindicatos discutam com as Prefeituras os parâmetros de preços de terra e convoquem audiências públicas sobre o tema.

Até agora, a recomendação tem surtido efeito em municípios onde o agronegócio tem maior poder de articulação. Em Sinop, as negociações lideradas pelo Sindicato Rural conseguiram reduzir o imposto. As tabelas do Incra em 2011 determinavam um preço de referência entre R$ 1.176 e R$ 9.600 por hectare de terra nua, conforme o imóvel. Em 2015, o valor variou de R$ 800 a R$ 3 mil.

"Houve uma pacificação", diz Antonio Galvan, presidente do Sindicato Rural de Sinop. "A prefeitura entendeu que não resolveria o seu problema financeiro com o ITR. Até porque quebraria o setor". Segundo ele, o mesmo ocorreu em Sorriso, onde o município

ameaçou decretar R$ 50 mil pelo hectare de terra nua, reduziu para R$ 8 mil e chegou ao teto de R$ 3,5 mil.

A questão está longe de solução. Para a Famasul há risco de questionamento judicial para a arbitrariedade desses valores. A entidade diz já ver movimentos individuais nesse sentido, sem fornecer detalhes.

Em São Paulo, o escritório Guedes Nunes, Oliveira e Roquim afirma ter crescido o número de clientes em busca de informações sobre o imposto rural. Como em outros tributos, a verificação do ITR é retroativa em cinco anos. "Chegaram muitos pedidos de verificação de eventuais passivos no ITR" para evitar a malha-fina, afirma o sócio Luiz Ernesto Aceturi de Oliveira.

Uma das explicações para a criação do convênio estava na falta de condições da União de fiscalizar e, sobretudo, ditar preços de terras em um país de enormes diferenças agronômicas. Nesse contexto, afirmam especialistas, houve uma subvalorização crônica do preço da terra nua declarada pelos produtores.

Índice da Ceagesp indica peixes que tiveram queda de preços. MAPA. 24/03/2016.

Cotações da lula, robalo, namorado e abrótea tiveram recuo

Na hora de comprar peixes nesta Semana Santa, o consumidor deve ficar atento aos preços, além da sanidade. De acordo com o Índice de Preços Ceagesp de fevereiro, os pescados que tiveram as principais quedas de cotação foram lula (-22,2%), robalo (-21,3%), namorado (-17,1%) e abrótea (-4,3%). Essas cotações servem de parâmetro para o mercado nacional em setores como pescados, frutas, legumes, verduras e diversos.

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), divulga seu índice de preços todos os meses. No mês passado, os pescados tiveram alta de 1,36%. As maiores elevações ficaram por conta da betarra (14,5%), do camarão ferro (13,5%), salmão (9,1%) e das anchovas (9%).

O Índice de Preços Ceagesp é o primeiro balizador de cotações de alimentos frescos no mercado. Trata-se de um indicador de variação dos valores praticados no atacado de frutas, legumes, verduras, pescado e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos).

Lançado em 2009, o levantamento é elaborado pela Seção de Economia e Desenvolvimento (Sedes) da Ceagesp. Os 150 itens que compõem a cesta de produtos são escolhidos pela importância dentro de cada setor e ponderados de acordo com a sua representatividade.

A Ceagesp tem a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) da América Latina: o Entreposto Terminal São Paulo (ETSP), por onde circulam diariamente cerca de 50 mil pessoas e 12 mil veículos

Bimestre

O Índice de Preços Ceagesp encerrou fevereiro com alta de 2,53%. No primeiro bimestre, a alta acumulada é de 5,46%. Legumes e verduras registraram ligeira retração. Os demais setores apresentaram elevação dos valores praticados.

Historicamente, janeiro e fevereiro contam com majorações de preços em razão, principalmente, do excesso de chuvas e altas temperaturas. Nesse início de ano, os problemas foram agravados pelas chuvas ocorridas no final de 2015. (Com informações da Ceagesp).

Conab conclui censo de armazéns até novembro. CONAB. 24/03/2016.

Técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que atuam na área de armazenagem estão fazendo o censo de armazéns públicos e privados instalados nas principais regiões agrícolas brasileiras. Mais de 5.300 armazéns de 767 municípios estão respondendo a questões como capacidade estática, recepção e expedição de produtos, sistema de pesagem, amostragem e segurança, entre outros quesitos.

A medida atende a legislação pertinente, além de responder pedidos de cadastro do setor privado interessado em prestar serviços ao governo federal. Vão ser gastos nesta operação cerca de R$ 1 milhão.

A programação da equipe de 121 técnicos teve início no mês passado no Rio Grande do Sul, com a visita a 275 armazéns. Neste mês, estão programadas operações nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina e São Paulo, que somam cerca de 4 mil equipamentos e, em abril, entram Goiás e Bahia. O encerramento vai até novembro, no caso de Santa Catarina, enquanto que nos demais ocorre entre abril e junho.

Conab conclui censo de armazéns até novembro. MAPA. 28/03/2016.

Técnicos da empresa estão fazendo o levantamento nas principais regiões agrícolas do país

Até novembro deste ano, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – deve concluir o censo de armazéns públicos e privados das principais regiões agrícolas brasileiras. Mais de 5.300 armazéns de 767 municípios estão respondendo a questões como capacidade estática, recepção e expedição de produtos, sistema de pesagem, amostragem e segurança, entre outros quesitos.

O levantamento é uma prioridade da ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Segundo ela, esses dados sobre são importantes para avaliar a necessidade do setor de armazenagem.

O censo atende a legislação, além de responder pedidos de cadastro do setor privado interessado em prestar serviços ao governo federal. Vão ser gastos nesta operação cerca de R$ 1 milhão.

A programação da equipe de 121 técnicos teve início no mês passado no Rio Grande do Sul, com a visita a 275 armazéns. Neste mês, estão programadas operações em Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina e São Paulo, que somam cerca de 4 mil equipamentos e, em abril, entram Goiás e Bahia. O encerramento vai até novembro, no caso de Santa Catarina. Nos demais estados, ocorrerá entre abril e junho. (Com informações da Conab)

Criada câmara temática do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Cláudia Lafetá - MAPA. 28/03/2016.

Órgão coordenará esforços do Mapa, dos estados e de empresas para institucionalizar o Suasa

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou a criação da Câmara Temática Temporária do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). O órgão foi instituído por meio da Portaria nº 65, publicada nesta segunda-feira (28) no

Diário Oficial da União, e será formado por representantes do governo e do setor produtivo.

“Essa uma iniciativa da ministra Kátia Abreu para coordenar os esforços dos estados, das empresas, do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) e do Mapa. Ela foi constituída para ajudar a institucionalizar o Suasa”, destaca o secretário de Defesa Agropecuária do ministério e presidente da nova câmara setorial, Luís Rangel.

O Suasa tem a finalidade de ampliar a capilaridade da inspeção dos alimentos de origem animal e vegetal. O sistema de defesa agropecuária inclui atividades de sanidade, inspeção, fiscalização, educação sanitária, vigilância de animais, vegetais, insumos, produtos e subprodutos de origem animal e vegetal

A câmara será composta por representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), Secretaria de Integração e Mobilidade Social (SIMS); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Desburocratização de processos

O Mapa tem simplificado processos para que os estados e municípios façam a adesão ao Suasa. Para vender o seu produto, o agricultor familiar tinha que tirar três autorizações diferentes: municipal, estadual e a federal. Agora é necessário apenas uma autorização. Basta que o pequeno produtor procure a Superintendência Federal de Agropecuária do seu estado.

No caso de venda de vegetais para as escolas e postos de saúde era necessária a presença de um profissional para atestar os produtos, o classificador. O Mapa facilitou a vida do agricultor e eliminou a presença obrigatória do classificador.

As pequenas agroindústrias tinham que atender requisitos rigorosos, o que levava grande parte desses produtores à informalidade. O Mapa reduziu as cobranças relacionadas às características físicas das pequenas agroindústrias e tornou menos burocrático o registro sanitário. Produtores de vinhos, cachaça, polpas de frutas e outras bebidas serão beneficiados com a medida.

O Mapa abriu consulta pública, por 60 dias, para que a sociedade envie sugestões ou comentários à proposta que altera normas exigidas a pequenas agroindústrias de mel, ovos

de galinha e de codorna e derivados. A pasta vai adequar a legislação atual para dar segurança jurídica aos pequenos agricultores e, ao mesmo tempo, garantir segurança e inocuidade aos alimentos. O principal objetivo é reduzir cobranças incompatíveis com o tamanho da atividade dos estabelecimentos.

Em fevereiro deste ano, o Mapa permitiu a liberação automática da rotulagem de 90% dos produtos de origem animal (carnes, mel, ovos, pescados e derivados), que têm o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Com a nova determinação, basta que as empresas informem a mudança ao ministério para que o rótulo seja automaticamente liberado.

Câmara de Aves e Suínos

A partir desta segunda-feira (28) a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos tem novo presidente: Rui Eduardo Saldanha Vargas. Ele é vice-presidente e diretor técnico da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). A nova composição da câmara está publicada na Portaria nº 66, que saiu no Diário Oficial desta segunda-feira.

Estados do Nordeste apresentam os mais baixos índices de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). CNA. 29/03/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) constatou que os proprietários de imóveis rurais do Nordeste continuam enfrentando dificuldades no processo de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), cujo prazo final termina no próximo dia 5 de maio. Os dados mais recentes divulgados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do Ministério do Meio Ambiente, indicam que o pior desempenho está registrado no estado de Pernambuco, com apenas 13,6% de adesão. Em seguida aparece Alagoas (15,64%), Paraíba (17,34%) e Bahia (25,44%).

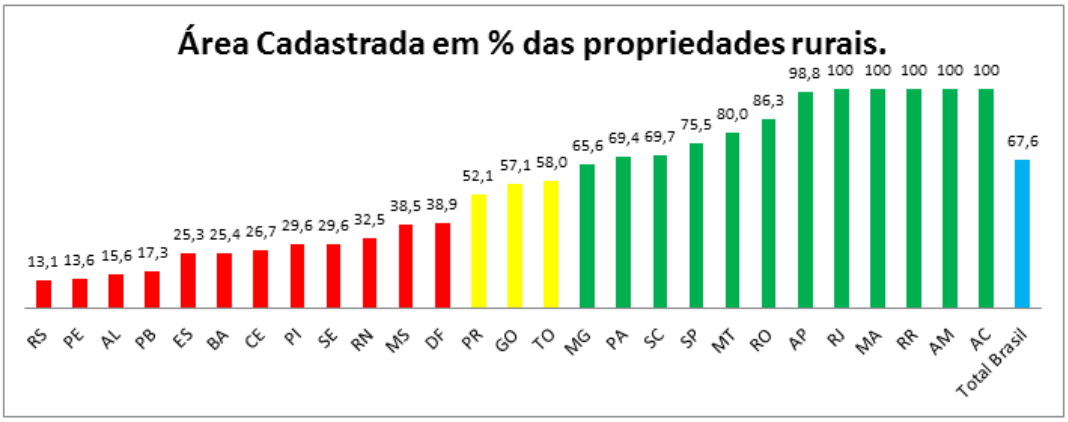
Entretanto, os números gerais, incluindo os 26 estados da Federação, além do Distrito Federal, apresentam melhoria significativa no registro no Cadastro, 67,6%, segundo o levantamento mais recente do SFB. O ponto fora da curva dentre os nove estados nordestinos é o Maranhão, com adesão de 100% dos donos de imóveis rurais. Na mesma situação encontram-se os estados de Roraima, Rio de Janeiro, Rondônia, Amazonas e Acre.

As dificuldades operacionais enfrentadas pelos produtores rurais, especialmente dos pequenos proprietários, dizem respeito a aspectos técnicos, relativos ao Código Florestal,

e a lentidão do acesso à internet, especialmente nas cidades de pequeno e médio porte do interior do país.

Sobretudo, para permitir que os proprietários de imóveis rurais possam fazer a adesão ao CAR, com mais facilidade e informações detalhadas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entidade do sistema CNA, oferece em seu portal de educação a distância (ead.senar.org.br) curso gratuito, ensinando o passo a passo do CAR. O curso Cadastro Ambiental Rural é livre e pode ser feito por qualquer pessoa com 18 anos de idade ou mais.

O SFB divulgou os níveis de adesão dos produtores rurais ao CAR em todo o país, para o mês de fevereiro com a seguinte composição:



Diante deste quadro, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) reforça o alerta aos produtores rurais com passivo ambiental que, não aderindo ao CAR até o dia 5 de maio, poderão enfrentar problemas. A legislação estabelece algumas penalidades, a principal delas é a proibição do acesso ao crédito a partir de maio de 2017. Isso se os produtores não cumprirem as normas de proteção da vegetação nativa em Áreas de Proteção Permanente (APPs); de Reserva Legal (RL); e nas Áreas de Uso Restrito (AUR).

Pontos críticos - A legislação que define o CAR, segundo a CNA, é complexa e exige condições que dificultam a declaração, pelo proprietário de imóvel rural. Além disso, existem obstáculos adicionais importantes a serem superados. A situação mais preocupante diz respeito ao acesso à internet, especialmente nas áreas rurais e naqueles municípios onde o acesso é precário devido a problemas de infraestrutura, logística e desenvolvimento tecnológico. Essa situação é mais grave nos estados do Nordeste.

SAIBA MAIS

Perguntas mais frequentes:

1. O que é o CAR?

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) consiste no registro público eletrônico das informações ambientais do imóvel rural.

2. O CAR é obrigatório?

Sim. O Novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 2012, estabelece que todos os imóveis rurais sejam cadastrados no CAR. Além disso, o Poder Público está oferecendo todas as ferramentas necessárias para o devido cumprimento da Lei.

3. Como fazer o CAR?

O preenchimento deve ser feito eletronicamente por rede global de computadores em sistema próprio. Caso o proprietário/possuidor necessite de orientação para a realização do cadastro deve procurar as prefeituras, secretarias de meio ambiente, sindicatos, cooperativas ou técnicos facilitadores.

4. Todos os estados já podem realizar o CAR?

Sim.

5. O que precisa ser declarado no CAR?

O CAR é composto de dados pessoais do proprietário ou possuidor rural, podendo ser pessoa física ou jurídica, além de dados cadastrais e da localização georreferenciada das Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas de Reserva Legal (RL) e áreas de uso restrito (AUR) de todos imóveis rurais do país.

6. Se não aderir ao CAR, serei autuado?

Caso proprietário ou possuidor rural tenha algum passivo ambiental relacionado à APP, RL ou uso indevido de AUR, o preenchimento do CAR abre a possibilidade de facilitar a regularização ambiental. A não inscrição no CAR pode trazer prejuízos para obter crédito rural e insegurança jurídica.

7. O que o CAR tem a ver com as minhas questões fundiárias?

O CAR não é documento de comprovação fundiária, é um documento declaratório sobre a situação ambiental de uma área cuja responsabilidade de manutenção é daquele que declarou. Portanto, não gera direitos sobre a forma de uso do solo.

8. E se tiver sobreposição com os confrontantes?

O sistema gera um alerta para que o declarante possa corrigir ou alterar as informações declaradas.

9. Depois do cadastro, o que acontece?

Após a validação das informações inseridas no Sistema, é gerado um demonstrativo da situação ambiental do imóvel. Essa situação poderá ser considerada regular em relação às áreas de interesse ambiental ou, caso possuam algum passivo, serão consideradas pendentes de regularização.

Fonte: MMA

Entendendo os termos do Código Florestal:

APP ou Área de Preservação Permanente: Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo de espécies de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

Matas Ciliares: Vegetação que é adjacente aos cursos de água e pode fazer parte da APP de curso de água. O termo refere-se ao fato de que ela pode ser tomada como uma espécie de "cílio" protetor desses sistemas.

ARL ou Área de Reserva Legal: Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Área de Uso Restrito - São os pantanais e planícies pantaneiras, além das áreas com inclinações entre 25° e 45°.

OIE reconhece trabalho do Mapa para declarar centro de hipismo como livre de doença de equídeos. Cláudia Lafetá - MAPA. 29/03/2016.

Área faz parte do Complexo Militar de Deodoro, onde serão realizadas as provas equestres

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu o trabalho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para garantir a sanidade dos equinos atletas e a

biossegurança no Complexo Militar de Deodoro (CMD), onde está o Centro Olímpico de Hipismo (COH), que será palco de provas hípicas durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Em carta enviada ao Mapa, a entidade internacional considera o COH como zona livre de doenças de equídeos e diz que o Brasil seguiu criteriosamente as suas recomendações para tornar o centro de hipismo uma área segura no aspecto sanitário para a competição.

O Departamento de Saúde Animal (DSA) do Mapa desenvolveu o projeto de "Auto Declaração do Brasil para o Estabelecimento de uma Zona Livre de Doença de Equídeos (EFDZ)" no Complexo Militar de Deodoro", especialmente no Centro Olímpico de Hipismo. O trabalho estabeleceu as condições sanitárias no Corredor de Biossegurança, que inclui o Aeroporto do Galeão e a rota de deslocamento entre o aeroporto e o COH e o COH. Além disso, criou as garantias sanitárias de uma zona de alta vigilância para todo o CMD.

"A OIE reconheceu e felicitou os esforços do Mapa para garantir a retirada de todos os animais do centro de hipismo desde abril de 2015 e a manutenção do vazio sanitário até o fim dos jogos, bem como todo o planejamento de biossegurança que será aplicado no Centro Olímpico de Hipismo, disse o diretor do Departamento de Saúde Animal, Guilherme Marques.

Além disso, a OIE destaca a descrição detalhada do estudo de vigilância ativa realizada pelo DSA entre julho e novembro de 2015 em todo COH para as doenças de mormo e anemia infecciosa equina. Também ressalta a clareza na apresentação dos resultados das investigações das doenças. A OIE elogia o Brasil pelo extenso trabalho que tem sido realizado para a preparação segura e bem-sucedida dos Jogos Olímpicos 2016, no Rio de Janeiro.

Há quatro anos, o Mapa vem desenvolvendo e implantando medidas sanitárias e de biossegurança para que as provas equestres dos XXXI Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 tenham garantia sanitária dos cavalos participantes e do plantel nacional de equinos. As ações de vigilância levaram à elaboração de um estudo oficial, que resultou no "Auto Declaração do Brasil para o Estabelecimento de uma Zona Livre de Doença de Equídeos (EFDZ)".

Movimento Pró-Logística percorre BR-174 em Mato Grosso para avaliar condições da Rodovia. CNA. 29/03/2016.

Representantes do Movimento Pró-Logística da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Mato Grosso (Aprosoja-MT) percorreram, entre os dias 21 e 25 de março, a BR-174 em Mato Grosso, para analisar a infraestrutura da rodovia. A equipe, formada por entidades públicas e privadas ligadas à agropecuária brasileira, cruzou 2.544 km, saindo de Cuiabá, passando por Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Brasnorte, Juína, Castanheira, Juruena, Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã, Vilhena, Comodoro, Pontes e Lacerda e Cáceres. Durante o "Estradeiro", foram avaliadas as situações das rodovias, levando em consideração o pavimento, sinalização e geometria da via, bem como as condições para o escoamento de produtos agropecuários como soja, milho, madeira e cargas vivas.

Segundo a assessora técnica da Comissão de Logística e Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Elisangela Pereira Lopes, o objetivo do evento é elaborar um relatório com indicações das ações necessárias para melhorar a infraestrutura da rodovia e reduzir os custos do transporte. "Após a análise dos trechos, o relatório é encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (SINFRA), para possíveis providências".

Durante o trajeto, a equipe promoveu simpósios nos municípios de Tangará da Serra, Brasnorte, Juína, Juruena, Aripuanã e Colniza para apresentar a evolução da produção e exportação dos produtos agropecuários no Mato Grosso em contraponto com a infraestrutura e logística existente na região. De acordo com Elisangela, os produtores apontaram a necessidade, que na grande maioria, são de pavimentação de trechos de acesso a BR-174. "As condições das rodovias pavimentadas são boas. Entretanto, em alguns trechos, os principais problemas são a presença de buracos ou ausência de sinalização e acostamento", afirmou a assessora.

Para a equipe do Movimento Pró-Logística, os trechos mais críticos estão nos municípios de Juína a Colniza, em que a estrada não é pavimentada. O primeiro "Estradeiro" da BR-174 foi realizado em 2013, e desde então, foi possível notar os avanços. A manutenção das estradas, com cascalho, tem permitido a boa fluidez para os caminhões que utilizam

a via. Foi constatado, que mesmo em período de chuvas, não há maiores dificuldades em percorrer a estrada.

A assessora técnica da CNA explica que uma estrada não pavimentada não é necessariamente uma via ruim ou de péssima qualidade, desde que proporcione boas condições de tráfego. “Para tanto, é preciso realizar serviços de manutenção que favoreçam boas condições de rolamento, superfície resistente para suportar o trânsito de veículos de cargas e um sistema de drenagem eficiente”.

Ainda este ano, estão previstos mais outros três “Estradeiros”, nas BRs 364, 158 e 163. Dentre os participantes no evento da BR-174 estavam a Aprosoja, CNA, DNIT, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat).

GPA anuncia compromisso para vetar compras de carne de áreas de desmate. Bettina Barros – Valor Econômico. 30/03/2016.

O Grupo Pão de Açúcar (GPA) reunirá hoje em sua sede, em São Paulo, seus fornecedores de carne bovina para anunciar um compromisso oficial pelo desmatamento zero na Amazônia. A maior rede varejista do país pretende dar uma resposta à sociedade civil sobre como pretende evitar a aquisição da carne de animais oriundos de áreas de desmate através de uma política nacional de compras para o segmento.

É também uma ação voltada para o grupo ambientalista Greenpeace, que jogou o peso da cadeia predatória da carne sobre grandes frigoríficos e, posteriormente, sobre grandes redes de supermercados. Em seu último relatório, intitulado "Carne com gosto de desmatamento: em um supermercado perto de você", o Greenpeace acusou o GPA e outros de não ter políticas comerciais responsáveis e ainda ignorar riscos inerentes da pecuária em crimes ambientais e do trabalho.

O que se pretende com a nova orientação é criar processos que identifiquem irregularidades ambientais nas propriedades rurais, mas, sobretudo, capazes de trazer o setor para a regularização. "Esse não deve ser um processo de exclusão do fornecedor, mas de inclusão. Senão outro compra a carne que eu rejeitei, e a mudança na cadeia não acontece", afirma Paulo Pompílio, diretor de Relações Corporativas do GPA.

De acordo com o executivo, as novas regras de compra atingirão todos os 30 fornecedores atuais de carne bovina do grupo, responsáveis pela entrega de seis mil toneladas de carne por mês às bandeiras Pão de Açúcar, Extra, Minimercado Extra e Minuto Pão.

Três deles - JBS, Minerva e Marfrig - entregam cerca de 70% do volume total de carne bovina adquirida pelo grupo e já desenvolveram sistemas próprios de averiguação da procedência dos animais, que vêm funcionando com maior ou menor grau de eficiência. O problema, alerta o Greenpeace, está nos 30% restantes.

Por esse motivo, o lançamento de uma política nacional de compras era uma reivindicação antiga da ONG. "Sabíamos que alcançar os fornecedores menores seria mais eficiente via o varejo, que é quem tem o poder da compra", afirma Adriana Charouz, da campanha Amazônia do Greenpeace. "Para nós, o anúncio público do compromisso ajudará a desencadear as mudanças necessárias no setor".

Conforme Laura Pires, gerente de sustentabilidade do GPA, uma empresa de consultoria desenvolveu o software que será oferecido aos fornecedores. A empresa disponibilizará a ferramenta até junho e os fornecedores do grupo terão até o fim deste mês para preencher as informações que darão suporte a um diagnóstico in loco pela consultoria. "Mas os fornecedores que se negarem a colaborar com a implementação dessa política serão excluídos do nosso portfólio".

Laura afirma que o tema desmatamento não estava totalmente no radar do grupo, mas vem ganhando importância na medida em que o setor, como um todo, amadurece para o assunto. Questionada, ela diz não saber "qual a fotografia" que receberá dos diagnósticos dos fornecedores.

A expectativa do GPA é de que os fornecedores recebam bem a medida, e eles serão informados sobre os próximos passos tão logo eles sejam definidos. Ainda faltam definições cruciais para o sucesso dessa política - por ora, o GPA não sabe dizer como será o monitoramento dos fornecedores após o diagnóstico inicial, nem a periodicidade das averiguações nas propriedades rurais.

De acordo com o Greenpeace, outros concorrentes do GPA, grandes e regionais, ainda precisam avançar na agenda do desmatamento da Amazônia.

Deputadas do PR convidam Kátia Abreu a se filiar ao partido. MAPA. 30/03/2016.

As deputadas federais do Partido da República (PR) Christiane Yared (PR), Gorete Pereira (CE), Magda Mofatto (GO) e Zenaide Maia (RN) convidaram nesta quarta-feira (30) a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) a se filiar ao PR. Elas se reuniram no gabinete da ministra nesta tarde, em Brasília.

"Estamos aqui para convidá-la devido ao carinho e a admiração que temos pela senhora como política e ministra", afirmou Yared. "Agregaria muito ao partido", acrescentou Maia. Kátia Abreu agradeceu e disse ter ficado honrada com o convite.

Mapa e Embrapa lançam curso virtual de irrigação. Cláudia Lafetá - MAPA. 31/03/2016.

Objetivo é aumentar e melhorar a capacitação de mão-de-obra para o setor

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), lançaram este mês o IrrigaWeb – Capacitação em Uso e Manejo de Irrigação. Trata-se de uma ferramenta virtual com cursos relacionados à agricultura irrigada para técnicos que trabalham na área.

"A irrigação é carente de aperfeiçoamento profissional. Com o curso, o Mapa e a Embrapa vão potencializar o conhecimento para um maior número de profissionais", diz o coordenador-geral de Irrigação e Estratégias contra a Seca do ministério, Demetrios Christofidis.

De acordo com ele, o IrrigaWeb possibilita, por exemplo, o aprimoramento do manejo, a elevação da produtividade e os cuidados com o meio ambiente. Também pode contribuir para a geração de empregos especializados e retornos sociais e econômicos, bem como para regular a oferta de alimentos, reduzir a pressão sazonal dos preços dos alimentos e bem-estar no meio rural.

O Mapa, assinala Christofidis, incluiu nos planos agrícola e pecuário vários instrumentos de incentivo à adesão dos agricultores à irrigação, o que reforça a estratégia de expandir a agricultura irrigada em 1,5 milhão de hectares de solos aptos, entre 2016 e 2019. "Por isso, precisamos de profissionais competentes e capacitados."

Módulos

O IrrigaWeb tem módulos técnicos, testes-provas objetivas, videoconferências, oficinas online, vídeos técnicos e de divulgação estão distribuídos em uma carga horária de 200 horas.

Os módulos técnicos e as videoconferências online abordam quatro assuntos: água na agricultura irrigada; necessidades de água, disponibilidade de água e balanço hídrico, requisitos e condições para água pelas culturas; métodos e manejo para aplicações de água e aos cultivos; e produtos adotados na irrigação de cultivos.

No primeiro módulo foram selecionados 500 participantes, que já começaram o curso. O foco principal da seleção é desenvolver as capacidades dos envolvidos com os empreendimentos de irrigação, especialmente os já existentes e nos polos e áreas potenciais para o desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada.

Ao longo deste ano, o MAPA e a Embrapa vão promover outros cursos do IrrigaWeb.

Cisternas garantem água, segurança alimentar e vida digna aos sertanejos. Site do MDS, 31/03/2016.

ACESSO À ÁGUA

Parceria entre MDS e BNDES vai financiar mais tecnologias de convivência com Semiárido e fortalecimento da produção da agricultura familiar

Brasília, 31 – Juntamente com a água para as famílias do Semiárido, as cisternas levam mais segurança alimentar e nutricional e vida digna aos sertanejos. Por meio de uma parceria, A parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), estão levando mais cisternas de produção para a população do Semiárido, fortalecendo um círculo virtuoso iniciado com a implantação das cisternas, que garantem o estoque de água utilizado na produção de alimentos, que geram segurança alimentar, renda e desenvolvimento regional.

A ação do governo federal que proporciona às famílias da região a possibilidade de produzir mesmo nos períodos de seca, de 2011 a 2016, entregou mais de 160 mil tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos. São cisternas do tipo calçadão e de enxurrada, barragens subterrâneas e barreiros trincheira, entre outros modelos, que armazenam água no período da chuva. “As cisternas são o esforço para

garantir que o sertanejo viva de forma digna mesmo nos períodos de pior estiagem", destaca a ministra Tereza Campello.

A tecnologia social mais comum tem capacidade mínima para armazenar 52 mil litros de água ou mais, dependendo do modelo, e são um incentivo aos agricultores familiares para continuarem na terra, voltarem a produzir alimentos e a criar os animais. Soluções simples para captar e armazenar água da chuva, tanto para consumo humano como para a produção de alimentos, estas tecnologias sociais têm levado alívio aos agricultores familiares nos períodos de seca. "A reserva de água significa mais autonomia para as famílias planejarem sua produção de alimentos e a criação de pequenos animais, independentemente do período regular de estiagem", explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnoldo de Campos.

Água para beber – Já as cisternas de água para beber – também chamadas de cisternas de primeira água – reservam água da chuva, de forma apropriada para o consumo, para que as famílias possam usar nos períodos de estiagem. Os reservatórios asseguram água para cozinhar, beber e para a higiene pessoal. Mais de 1,2 milhão de famílias deixaram de recolher água com a lata d'água na cabeça, por receberem as unidades de captação da água da chuva. Ao todo, o Semiárido ganhou uma capacidade de armazenamento de 17,8 bilhões de litros de água.

As maiores beneficiadas foram as mulheres e crianças, sobre quem recaía a tarefa de ter que caminhar longas distâncias e perder várias horas do dia para buscar água. Antes das cisternas, cada família perdia, em média, até seis horas por dia para ir buscar água em açudes – tempo que hoje pode ser dedicado a outras tarefas e para a melhoria da convivência familiar.

A construção das cisternas ainda gera renda nos municípios, movimentando a economia local, promovendo o desenvolvimento local. Desde a compra dos materiais necessários para a construção das cisternas, toda a comunidade é mobilizada para atuar no projeto. É a comunidade quem indica também as pessoas que irão receber o treinamento para a construção das cisternas. Além de receberem um auxílio financeiro, os pedreiros são capacitados por meio do Programa Cisternas. As famílias beneficiadas também participam de cursos de formação sobre a gestão, boas práticas e o tratamento da água armazenada.

Na escola – O programa Cisternas também tem a meta de construir cinco mil tecnologias de captação de água da chuva para consumo em escolas públicas do Semiárido. Em parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), o repasse do MDS para a ação será de R$ 69 milhões. Feitas com placas de cimento, assim como a cisterna de consumo familiar, a cisterna escolar tem capacidade maior de armazenagem (52 mil litros) e pode garantir o acesso à água por oito meses (contando 20 dias de aula por mês).

A implantação de cisternas nas escolas garante água limpa e de boa qualidade aos alunos e impede que as aulas sejam interrompidas por falta de água. Os professores também são capacitados para a gestão da água captada e armazenada, com orientação sobre a finalidade da água coletada, a importância da educação alimentar e nutricional e temas de convivência com a estiagem para serem desenvolvidos com os estudantes. O valor repassado pelo MDS inclui ainda a implantação de bomba elétrica e a compra de filtros de barro para utilização e tratamento da água coletada.

Parceria – A parceria entre MDS e BNDES está na segunda etapa. Serão construídas 3,4 mil tecnologias sociais para apoiar a produção agrícola, com investimento de R$ 46,8 milhões. Também serão construídos bancos comunitários para selecionar e preservar as sementes nativas adaptadas ao Semiárido. Na primeira etapa, foram investidos R$ 84 milhões para implantar 20 mil tecnologias para produção, por meio da Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) e da Fundação Banco do Brasil (FBB).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa